UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ANDERSON RODRIGO TAVARES SILVA

A CIVILIZAÇÃO DO MANGANÊS:
o cotidiano dos trabalhadores da vila Serra do Navio, Amapá

Belém
2009

ANDERSON RODRIGO TAVARES SILVA

A CIVILIZAÇÃO DO MANGANÊS:
O cotidiano dos trabalhadores da vila Serra do Navio, Amapá

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo curso internacional de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro

Belém
2009

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPa)

Silva, Anderson Rodrigo Tavares
A Civilização do manganês: o cotidiano dos trabalhadores da vila Serra do Navio, Amapá; Orientador, Maurílio de Abreu Monteiro. – 2009.
123 f.: il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.

1. Trabalhadores- Serra do Navio (AP). 2. ICOMI. 3. Minério de manganês – Amapá. 4. ICOMI – Trabalhadores- Serra do Navio (AP). 5. Serra do Navio (AP). I. Monteiro, Maurílio de Abreu, orientador. II. Título.

CDD 21. ed. 305. 098116

ANDERSON RODRIGO TAVARES SILVA

A CIVILIZAÇÃO DO MANGANÊS:
O cotidiano dos trabalhadores da vila Serra do Navio, Amapá

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo curso internacional de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. Maurílio de Abreu Monteiro

Aprovada em: 03/11/2009.

Banca examinadora:

Dr. Maurílio de Abreu Monteiro
NAEA/UFPA – Orientador

Rosa Elisabeth Acevedo Marin
NAEA/ UFPA- Examinadora interna

Franciane Gama Lacerda
IFCH/UFPA- Examinadora externa

AGRADECIMENTOS

É coisa bem estranha e nostálgica recordar um percurso que já perdura mais de sete anos. Quando lembro que cheguei aonde poderia muito bem não estar, rememoro involuntariamente algumas das dificuldades enfrentadas pelo caminho e as pessoas que me ajudaram a superá-las.

Lembro das grandes amizades feitas em sala de aula desde a época da graduação e ao longo do mestrado que renderam boas leituras, discussões acadêmicas e inesquecíveis momentos de descontração. Em ordem alfabética: Adalberto Portilho, Bruno Malheiro, Carolina Santos David Salomão, Eder Monteiro, Emanuel Negrão, Ernesto Padovani, Helison Geraldo, Juliana da Mata, Milene Mauande, Raphael, Sildo Cordovil, Tarcísio Cardoso, dentre outros que por questão de espaço não poderão ser lembrados.

Como bolsista desde 2003 pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) conheci também algumas pessoas extraordinárias daquele lugar, como a Regiane Paracampos, o Albano, o Cleyson e o Estevão Barbosa. Um especial reconhecimento ao professor Maurílio Monteiro por ter me concedido uma bolsa de pesquisa e por ter me monitorado com sugestões, correções e indicações de bibliografias que me ajudaram a obter um maior embasamento teórico, metodológico e empírico sobre o tema estudado.

A realização de uma pesquisa em outro estado me levou a necessidade de entrar em contato com várias pessoas, sem a boa vontade de algumas delas talvez eu não tivesse conseguido concluir este trabalho. Deste modo, minha especial gratidão ao professor Emanuel Lima do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) Rogério Meireles e sua família; ao Igor Zwicker, diretor da 2ª Vara do Trabalho de Macapá; aos funcionários da Biblioteca Pública Estadual Elcy Lacerda em Macapá que foram hospitaleiros, prestativos e atenciosos quando lá estive e aos ex-funcionários da ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S. A) que compartilharam suas experiências em entrevistas de fundamental relevância para o atual trabalho. Em especial ao Sr. Pedro Filho, que também emprestou sua coleção completa de um periódico da companhia chamado “ICOMI-Notícias”.

A vivência intensa dentro deste ambiente acadêmico me propiciou também conhecer uma pessoa que se tornou muito especial em minha vida, a professora. Msc. Daniella Moura. Ela merece ser lembrada não apenas pelo fato de ser minha parceira ao longo destes anos,

como também pelas eventuais sugestões e outras contribuições bastante profícuas a esta dissertação.

Agradeço, sobretudo, à minha família. Sou grato à minha mãe e à minha avó, pela força e patrocínio que me possibilitou dedicar-me apenas aos estudos, ao Thiago Barros, à Roberta Assunção, a todos os amigos do SOME e às demais pessoas que me ajudaram e incentivaram desde o tempo em que ingressar na universidade era ainda apenas um sonho de vestibulando.

Que multidão de dependências na vida, leitor! Umas coisas nascem de outras, enroscam-se, desatam-se, confundem-se, perdem-se, e o tempo vai andando sem se perder a si mesmo.

Machado de Assis

RESUMO

Pesquisa realizada sobre a história social do projeto ICOMI, que funcionou no Amapá, Brasil. O projeto teve início em 1953 e consistia na exploração industrial das minas de manganês descobertas na região de Serra do Navio, perdurando até o ano de 1997 quando a empresa responsável encerrou oficialmente suas atividades. Buscou-se um enfoque micro-histórico do cotidiano dos trabalhadores a partir da leitura, dentre outras documentações, de reclamações trabalhistas efetuadas por mineradores da ICOMI junto à Justiça do Trabalho. Foram enfatizados os pequenos conflitos travados no dia-a-dia nos locais de trabalho e moradia. Pretendeu-se identificar as diferentes formas de identidade, solidariedade e rivalidade desse grupo de trabalhadores no contexto da duração das atividades de mineração realizadas por esta empresa no Amapá.

Palavras-chave: ICOMI. Cotidiano. Trabalhadores. Serra do Navio.

ABSTRACT

This research work focuses the social history of ICOMI, a mining project executed in the state of Amapá, northern Brazil. The project started in 1953 and consisted of industrial mining of manganese, which was discovered in the area called Serra do Navio. Mining work went on until 1997, when the company officially ceased its activities. A micro-historic approach was taken on miners daily activities based on labor claims filed by those workers at Labor Court, among other documentation. Minor conflicts among miners in their daily lives at work or home were also looked into. This paper is intended to determine different forms of identity, solidarity and rivalry in this group of workers in the context of mining activities performed by that company in Amapá.

Key words: ICOMI. Daily. Life workers. Serra do Navio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Garimpeiro no Amapá..... 32
Fotografia 2 – Detalhes da mineração a céu aberto em Serra do Navio..... 33
Fotografia 3 – Primeira viagem de Bratke a Serra do Navio..... 47
Fotografia 4 – Casas operárias geminadas..... 50
Fotografia 5 – Residência de funcionários graduados..... 51
Croqui 1 – Planta geral de Serra do Navio..... 52
Fotografia 6 – Vacinação contra a febre amarela em Serra do Navio..... 57
Quadro 1- “Decenalistas” premiados em 1963..... 65
Esquema 1- Mapeamento esquemático de normas e práticas em Serra do Navio..... 70
Fotografia 7- Vista aérea de Serra do Navio no início dos anos 1990..... 92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALBRAS - Alumínio do Brasil S. A.

ALUNORTE - Alumina do Norte do Brasil S. A.

ASSNAV - Associação das Senhoras de Serra do Navio

CIPA- Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CNPQ - Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CVDCI - Corpo de Voluntário de Defesa Contra Incêndios

DMA - Divisão de Manutenção

DMN- Divisão de Mina

EFA - Estrada de Ferro do Amapá

FGTS- Fundo de Garantia de Tempo de Serviço

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOM I - Indústria e Comércio de Minérios S. A.

JTM - Justiça do Trabalho de Macapá

MEC - Manganês Esporte Clube

NAEA- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

STIEAPA - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Extrativas do Amapá e Pará

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

UNIFAP - Universidade Federal do Amapá

VAM - Vila Amazonas

VSN- Vila Serra do Navio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 12

2 DE "MILAGRE NO MEIO DA SELVA AMAZÔNICA" O "COMPLEXO PROBLEMA SOCIAL DA ICOMI": OS VÁRIOS DISCURSOS ACERCA DA VILA E DO MODO DE VIDA EM SERRA DO NAVIO..... 17

2.1 AS VÁRIAS HISTÓRIAS SOBRE A ATUAÇÃO DA ICOMI NO AMAPÁ..... 18

2.2 ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO DE SERRA DO NAVIO..... 26

2.3 ENTRE EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DE SERRA DO NAVIO: OS PROCESSOS JUDICIAIS TRABALHISTAS E OS RELATOS ORAIS DOS "OPERÁRIOS DO MANGANÊS"..... 37

3 "A CRÍTICA INEXISTE": O IDEÁRIO "ICOMIANO" DA PERFEITA "VIDA NO CORAÇÃO DA FLORESTA"..... 44

3.1 CONSIDERAÇÕES DE UM ARQUITETO "ICOMIANO"..... 46

3.2 "DE TUDO PARA TODOS": O DIA-A-DIA DOS "OPERÁRIOS DO MANGANÊS"..... 54

3.3 "VIDA NO CORAÇÃO DA FLORESTA": AS CONTINUIDADES E INTERMITÊNCIAS DO CALENDÁRIO "ICOMIANO"..... 61

3.4 DISCIPLINA RÍGIDA: AS CONTRADIÇÕES DA "CIDADE DO MANGANÊS".. 67

4 TRABALHO, LAR E (IN)DISCIPLINA..... 73

4.1 TRABALHO DIUTURNO, PRODUTIVIDADE, HIERARQUIAS, RIVALIDADES E SOLIDARIEDADES EM SERRA DO NAVIO..... 76

4.2 DOENÇAS E ACIDENTES DE TRABALHO..... 86

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 103

REFERÊNCIAS..... 105

APÊNDICE..... 115

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo discute as experiências[1] e as memórias[2] dos trabalhadores da vila Serra do Navio, no Amapá, ao longo da atuação da Empresa Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI) neste estado. A extração do manganês da Serra do Navio por esta empresa constitui-se como a precursora experiência de mineração em escala industrial na Amazônia, assim como a primeira a interferir diretamente na frágil organização da sociedade local.[3] Por conta desses fatores, cresce a relevância de estudos que reflitam acerca da atuação da referida empresa no Amapá.

Contudo, ter como objeto de estudo um problema histórico envolvendo o empreendimento desenvolvido pela ICOMI no Amapá, não é privilégio exclusivo do atual trabalho. Ao longo dos 44 anos em que perdurou a extração em moldes industriais das minas de manganês na Serra do Navio (1953 a 1997) e, especialmente, durante os nove anos que precederam seu encerramento, surgiu um interesse crescente em diferentes áreas do conhecimento sobre alguns aspectos relacionados à sua história.

Esses trabalhos possuem, em sua maioria, um direcionamento para o viés político-econômico do empreendimento. Enfatizando os grandes acontecimentos, eles acabaram consagrando na historiografia os nomes das principais lideranças políticas da empresa concessionária (ICOMI) das jazidas de manganês da Serra do Navio e do, até então, Território Federal do Amapá[4]. Conseqüentemente, relegaram a um segundo plano ou simplesmente ignoraram a participação dos demais segmentos sociais, que também tiveram sua participação no percurso do projeto.

As pesquisas recentes que tentaram fugir deste viés esbarraram na dificuldade de acesso a uma documentação que contivessem vestígios de outras opiniões acerca do

---

[1] Experiência é entendida aqui segundo a perspectiva de Thompson, ou seja, como fruto das "relações de produção em que os homens nasceram", bem como a partir da "forma como estas são tratadas em termos culturais: encarnadas em sistemas de valores, idéias e formas institucionais". THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 10.

[2] Memória é compreendida a partir da leitura de Le Goff como a "propriedade de conservar informações [...] ou que ele representa como passadas", não coincidindo, desta feita, com a noção de história de Bloch ("as experiências dos homens no tempo"). LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003. p. 419.

[3] MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá**:** meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, 2004. p. 5.

[4] De 1949 a 1988 o atual estado do Amapá encontrava-se na situação de Território Federal do Amapá. Segundo alguns autores, a transformação de região anteriormente pertencente ao Estado do Pará em Território estava diretamente relacionada aos *Royalties* que seriam obtidos com o incipiente início da mineração do manganês. Dentre estes autores destaca-se Cunha. CUNHA, Álvaro da. **Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá**. Macapá: Rumo, 1962.

empreendimento além das do estado e da empresa ICOMI. Tal obstáculo acarretou até hoje em poucos estudos cuja ênfase não recaiu unicamente na perspectiva político-econômica.

A presente pesquisa vem explorar a possibilidade de outros caminhos para os estudos sobre a ICOMI, que é analisado aqui a partir de visões e memórias de seus trabalhadores. Partindo da investigação de centenas de reclamações trabalhistas efetuadas por funcionários e ex-funcionários da empresa, entre os anos de 1973 a 2003, encontradas nos arquivos da 1ª e 2ª varas do Trabalho de Macapá, e de entrevistas realizadas com dezenas de ex-funcionários da ICOMI, tentou-se identificar quais as opiniões e memórias desses atores sobre a ICOMI a partir de suas experiências individuais como trabalhadores da empresa e moradores da *Company Town*[5], construída pela mesma perto das minas.

Partindo da indagação de Hobsbawm[6] sobre as contribuições da história dos movimentos populares à História, procurou-se questionar sobre o que essas experiências e memórias têm de contrastante com a memória oficial sobre o empreendimento, no intuito de tentar identificar e desfazer alguns possíveis mitos formados a partir do discurso oficial.

Buscou-se, também, na leitura entrecruzada das documentações priorizadas para o presente trabalho: reclamações trabalhistas, entrevistas e os diferentes discursos produzidos pela direção da empresa em seus periódicos e relatórios; a realização de um exame dialético de alguns "conceitos brandos das autoridades dominantes",[7] como as noções de "progresso" e "modernidade" amplamente lembrados nos discursos da mineradora, visando revelar outros significados que esses conceitos podem ter a alguns dos vários segmentos de trabalhadores da empresa.

Devido à ênfase de análise sobre os trabalhadores de Serra do Navio, procurou-se respeitar as suas diversas representações e experiências acerca do projeto. Estes se diferenciam dos trabalhadores de Vila Amazonas - a segunda *Company Town* construída sob autorização da empresa ICOMI no Amapá - por vários elementos como o maior controle exercido pela administração da vila Serra do Navio sobre o espaço de circulação dos funcionários e a maior quantidade e diversidade de empregados que influenciavam uma maior

---

[5] Designação usada para classificar as cidades construídas por empresas, geralmente próximas ao local de trabalho, no intuito de propiciar maior apoio logístico aos trabalhadores e seus familiares. Ver: RODRIGUES, Roberta Menezes. **Company Towns e empresas de extração e transformação mineral na Amazônia oriental:** especificidades, processos e transformações de um modelo urbanístico. 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

[6] HOBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: _____. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 222.

[7] THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: _____. E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 68.

pluralidade de posicionamentos diante das várias normas de conduta e disciplinarização implementadas pela empresa. Contribuindo, desta feita, para uma ampliação do conhecimento acerca das dinâmicas que envolvem a implantação de grandes projetos na Amazônia na segunda metade do século XX.

Diante disso, o primeiro capítulo procura introduzir a discussão sobre o tema, partindo da leitura crítica de alguns estudos já realizados sobre a ICOMI e de dois relatórios escritos pela mesma na década de 1970. Identificando o que essas pesquisas e relatórios indicam sobre a vila e os trabalhadores de Serra do Navio, tenta-se perceber, inicialmente, como os empregados eram representados nos relatórios da mineradora e quais interesses havia por trás de seu discurso. Esse debate se propõe a revelar uma proximidade entre os resultados de grande parte desses estudos com as vozes oficiais acerca dos trabalhadores e apresentar a possibilidade de outro olhar sobre a ICOMI a partir da investigação de documentos que torne exeqüível perceber opiniões de outros sujeitos históricos sobre a experiência desta empresa no Amapá.

No segundo capítulo, alguns aspectos do dia-a-dia dos trabalhadores na vila residencial serão o principal objeto da análise. A moradia, a alimentação, a vigilância e as ocasiões de lazer serão analisadas a partir de olhares e reminiscências de alguns "operários do manganês", bem como de documentações criadas pela ICOMI, como o periódico "ICOMI-Notícias". Diante disso, pretende-se seguir um caminho onde valorizar-se-á a idéia de consenso na vila residencial criada pela empresa e suas possíveis relações com o mundo do trabalho. Desse modo, será investigado como e por que o cotidiano da vila e, notadamente os momentos de lazer dos trabalhadores, eram também os instantes em que ocorriam, com maior freqüência, tentativas de interiorizar de forma simbólica nos funcionários os valores defendidos pela ICOMI.

O cotidiano do trabalho[8] em Serra do Navio é o objeto do último capítulo. As disputas trabalhistas individuais serão analisadas no intuito de tentar identificar questões sociais mais amplas dentro do mundo do trabalho, como, por exemplo, a existência de uma estreita relação entre o espaço público e o espaço privado em Serra do Navio, de acordo com o que a bibliografia sobre o tema indica ocorrer em cidades construídas por empresas[9].

---

[8] Visto aqui segundo a visão de Matos, ou seja, como o "deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano, com uma politização do dia-a-dia". MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cultura. História, cidade e trabalho. Bauru: EDUSC, 2002. p. 22.

[9] Como, por exemplo, a visão de Lopes em: LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo:** o trabalho dos operários do açúcar**.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 15.

As memórias dos entrevistados também serão abordadas com o objetivo de revelar a multiplicidade de posicionamentos dos trabalhadores, em face das noções de trabalho e disciplina, de acordo com seu tempo de serviço e posição dentro da hierarquia social e funcional da companhia. Desse modo, serão discutidas as opiniões dos trabalhadores, enfatizando as estratégias de coerção e disciplinarização utilizadas pela empresa e as formas de negociação e resistência suscitadas pelos funcionários. Nesse sentido, a jornada de trabalho, a questão salarial, as doenças, os acidentes, as hierarquias e a disciplina serão lembradas no intuito de refletir historicamente sobre estes conflitos e as negociações cotidianas na área industrial e, na maneira como em vários momentos estes se estendiam para a área residencial de Serra do Navio.

O objetivo fundamental neste debate é apresentar alguns aspectos referentes ao cotidiano de trabalhadores de Serra do Navio, entendendo-o não apenas como um espaço de dominação, mas como uma complexa relação de dominação e resistência à dominação.[10] Identificar algumas das várias esferas em que se desenrolam estes conflitos cotidianos, consiste na principal tarefa desta investigação. Desse modo, pretende-se resgatar elementos sobre a história de Serra do Navio a partir de uma relação com a memória social de alguns de seus trabalhadores. Memória aqui entendida como social, e não coletiva, de acordo com a perspectiva de Portelli sobre as recordações do passado.[11] Reminiscências estas que, embora sejam re-elaborações individuais do passado a partir do presente, podem perfeitamente acrescentar informações relevantes para se construir uma memória social da vila Serra do Navio e seus trabalhadores.[12]

Ao traçar os fios do cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio, optou-se por tentar responder minimamente a perguntas, tais como: quais motivos levaram a direção da empresa a decidir sobre a construção de uma *Company Town* na área do entorno das minas de Serra do Navio? A vila atendeu aos interesses da empresa? Houve muitas discrepâncias entre o modelo de convivência idealizado pela companhia e o vivenciado pelos trabalhadores? Como se exercia o controle da administração da empresa sobre seus funcionários? Até onde se pensou

---

[10] De acordo com a perspectiva de Thompson. THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998. p. 68.

[11] Segundo o autor, referir-se às várias reminiscências sobre determinado evento ou período enquanto memória coletiva e não social é um método demasiado sintético que não abarca o caráter dinâmico e multifacetado destas memórias. Ver: PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho:** algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: PERELMUTTER, Daisy; ANTONACCI, Maria Antonieta (Org.) **Ética e história oral**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 1997. p. 16. (Projeto história, n. 15).

[12] FONTES, Edilza. **O pão nosso de cada dia**: trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940-1954). Belém: Paka-tatu, 2002. p. 21.

que ele poderia chegar e até onde o controle se concretizou? Qual a importância dos trabalhadores de Serra do Navio na reinvenção deste espaço?[13]

Assim sendo, o estudo das experiências e memórias de trabalhadores de Serra do Navio visa colaborar para o campo da História Social Amazônica suscitando novos problemas e embates teóricos e historiográficos a partir da investigação do cotidiano de sujeitos históricos em *Company Towns* que, a partir da experiência de Serra do Navio com a ICOMI, tornou-se uma referência às demais empresas mínero-metalúrgicas que, algumas décadas depois, vieram a se instalar na Amazônia.

[13] Espaço compreendido a partir de uma dupla possibilidade: pela configuração territorial, isto é, como conjuntos de dados naturais mais ou menos modificados pelo homem e pela dinâmica social que é o conjunto de relações que definem uma sociedade num dado momento. SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 29.

2 DE "MILAGRE NO MEIO DA SELVA AMAZÔNICA" O "COMPLEXO PROBLEMA SOCIAL DA ICOMI": OS VÁRIOS DISCURSOS ACERCA DA VILA E DO MODO DE VIDA EM SERRA DO NAVIO

Como todo processo relativamente longo, tal qual o projeto de extração de minério de manganês em moldes industriais desenvolvido pela ICOMI em Serra do Navio[14], que perdurou de 1953 até 1997 quando a empresa, alegando a inviabilidade econômica das jazidas remanescentes, encerrou suas atividades e repassou a administração da Estrada de Ferro do Amapá (EFA), dentre outros equipamentos e serviços, para o governo estadual; a história da primeira experiência de mineração na Amazônia possui diferentes versões.

Isso, todavia, não significa que uma das histórias nega a outra, ou que uma versão é mais "verdadeira" ou menos "mentirosa", e sim que cada história se constrói a seu tempo. Elucidando melhor tal questão, a história muda com o passar do tempo, de acordo com as mais diversas influências e imbricações que podem ser de cunho político, econômico, social ou cultural. Portanto, estudar a história de uma sociedade (neste caso, os trabalhadores de Serra do Navio) não exclui o fato de o historiador também se encontrar inserido dentro de um conjunto de relações sociais, de posições políticas e condição econômica onde nem o mais imparcial dentre os imparciais consegue ser totalmente imparcial.[15]

Contudo, o principal fator não está relacionado apenas à questão da (im)parcialidade, mas a um dos pressupostos clássicos que Bloch[16] sempre evidencia em seus estudos: o debate sobre a verdade em História. A História nunca poderá comprovar (embora alguns tentem) algo que já aconteceu. Desse modo, tudo que se tem são evidências (pistas) que junto ao método histórico podem ajudar a elucidar um acontecimento. Ou seja, em História pode-se até afirmar que algo ocorreu em dado momento e em algum lugar, mas dificilmente poderá se afirmar de maneira unânime as motivações que levam determinado acontecimento histórico a se dar desta ou de outra forma.

Isso também não significa que tudo o que já foi escrito sobre a empresa ICOMI e sua atuação na vila Serra do Navio deva ser ignorado. Embora o método de análise, os documentos, o enfoque e o contexto histórico deste estudo sejam diferentes das pesquisas já

---

[14] Esta empresa, cujo principal sócio era Augusto Trajano de Azevedo Antunes, possuía sede em Minas Gerais e foi a vencedora da concorrência aberta pelo governo federal, em 1946, para explorar as jazidas de manganês de Serra do Navio. No entanto, após vencê-la a empresa, alegando falta de suporte técnico para exercer as atividades requeridas, associou-se a *Bethlehem Steel Company* (uma das maiores mineradoras do mundo no período) que adquiriu 49% das ações da ICOMI (o máximo de ações possíveis de serem obtidas por uma empresa estrangeira segundo a legislação brasileira vigente à época). Ver. MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, 2004.

[15] BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zaar, 2001. p. 67.

[16] BLOCH, Marc. Op. cit. p. 69.

realizadas sobre o tema, existem importantes contribuições de alguns autores que são de grande relevância à pesquisa, justamente por terem levantado algumas discussões que proporcionaram outros debates e refutações e terminaram por implantar um verdadeiro problema historiográfico. Tal problema se materializa em pontos como a condição dos trabalhadores da empresa ICOMI diante do que Lopes chama de "relação de dominação e imobilização da força de trabalho pela moradia em fábricas com vila operária".[17]

Porém, tal análise não deve se dar sem levar em consideração algumas preocupações de cunho historiográfico e metodológico. Ou seja, o exame de tais trabalhos será feito considerando uma série de aspectos (já mencionado anteriormente), contudo, diferente do enfoque dos outros estudiosos que se dedicaram à análise da ICOMI, o principal nesta pesquisa é estudar como eram as relações sociais entre a empresa e os trabalhadores dentro do universo cotidiano de Serra do Navio.

Por isso, ao realizar uma releitura destes trabalhos, tentar-se-á absorver o que estes autores pensam (e se possível por que chegaram a tal conclusão) sobre o histórico das relações sociais entre trabalhadores da ICOMI ao longo da atuação da empresa no Amapá, assim como sobre a temática do processo de construção de *Company Towns* e sua gestão pela empresa. Identificando não apenas a conclusão a que chegaram tais autores, mas também o caminho percorrido pelos mesmos, no que concerne à metodologia, aos dados consultados e ao processo de construção do conhecimento em cada caso.

2.1 AS VÁRIAS HISTÓRIAS SOBRE A ATUAÇÃO DA ICOMI NO AMAPÁ

Durante os 44 anos em que perdurou a extração das minas de manganês de Serra do Navio, sempre houve interesse de alguns estudiosos em desvelar algumas das principais nuanças que marcaram o período de atuação da ICOMI no Amapá. Embora os autores sejam das mais variadas áreas do conhecimento, o que se percebeu na maior parte destes trabalhos foi um direcionamento para o viés político-econômico do empreendimento.

Desse modo, o foco privilegia, principalmente nos estudos mais antigos, os grandes acontecimentos e datas na história da empresa, aspecto repetido até mesmo em alguns estudos recentes sobre o tema, o que terminou por consagrar na literatura amazônica, em grande parte dos casos, as principais lideranças políticas do Amapá e da empresa ICOMI, relegando,

[17] Tal frase diz respeito aos casos em que a empresa constrói e administra vilas para os seus trabalhadores o que, segundo o autor, leva a um controle quase total da companhia sobre a classe trabalhadora, tanto dentro quanto fora da fábrica. LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe:** na cidade das chaminés. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 38.

conseqüentemente, a um segundo plano a participação dos demais segmentos sociais na trajetória deste projeto.[18]

Muito embora uma nova geração de pesquisadores tenha priorizado enfoques menos tradicionais acerca do tema, não obstante, também tiveram dificuldades em construir um novo olhar sobre a história da ICOMI no Amapá, visto que, na maioria destes estudos, mesmo os que tentaram reconstruir a participação de grupos sociais específicos, como o estudo de Barbosa *et al* sobre a participação das mulheres no "Projeto ICOMI",[19] o fato do aspecto monumental do documento[20] ser relegado a um segundo plano, tornou seus resultados bem próximos da memória oficial que se tem do projeto. O que acabou por reforçar imagens historicamente construídas pelos grupos dominantes sobre esta população, visto que as documentações analisadas nos referidos estudos findam por ser, geralmente, as produzidas e preservadas pela própria empresa mineradora.

No entanto, isso não significa que estas documentações não sirvam para um estudo sobre a atuação da empresa ICOMI no Amapá e todas as dinâmicas do período em que perdurou a exploração do manganês no Amapá, mas sim que estes vestígios devem ser lidos levando-se em consideração uma série de pressupostos metodológicos onde o principal é atentar para a origem das fontes de pesquisa, não no sentido de validar ou invalidar as mesmas, porém com o intuito de saber quem o escreveu, e principalmente, por que o escreveu. Ou seja, tentando entendê-la mais enquanto uma representação do passado do que como uma sentença objetiva.[21]

Outro aspecto comum na maioria destes estudos mais recentes é a opção metodológica que procura enfatizar a disciplina industrial,[22] ou seja, as práticas de coerção e disciplina implementadas pela empresa sobre seus trabalhadores e familiares, como o trabalho de

---

[18] Os principais estudos que seguiram esta linha historiográfica foram: CUNHA, Álvaro da. Op. cit. DRUMMOND, José A.; PEREIRA, Mariângela de A. P. **O Amapá nos tempos do manganês:** um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000. Rio de janeiro: Garamond, 2007; REIS, Olegário Pereira. **A crise do manganês amapaense:** o dilema das economias produtoras-exportadoras de matérias-primas. Belém: SUDAM, 1968.

[19] BARBOSA, N. N. et a*l*. **A representação da mulher na revista ICOMI-Notícias:** um estudo exploratório do papel da mulher no projeto ICOMI – 1964-1967. 2002. 84 f. Monografia (Especialização em História) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2002.

[20] Sobre este ponto faz-se mister apontar o caráter monumental do documento histórico, cabendo ao investigador a partir de sua *expertise* saber dialogar criticamente com o material documental pesquisado, no sentido de saber que dentre as características principais das evidências produzidas não consta serem elas escritas para posteriores estudos de cunho histórico, entretanto contêm posicionamentos ou anseios políticos e ideológicos que, às vezes, não são percebidas nem mesmo por quem os produz. No limite, trata-se de compreender o caráter não-neutro destas evidências, identificando sua origem, seu autor e o porquê de ter sido escrito em dado contexto histórico e espacial e às vezes até por que foi preservado. LE GOFF, Jacques. Op. cit.

[21] DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica:** memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

[22] RAGO, Luzia Margareth**. Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar**:** Brasil 1890-1930. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 3.

Rodrigues que enfatiza a forma arquitetônica como um importante mecanismo de controle dos trabalhadores e seus familiares em Serra do Navio.[23] Assim, há poucos trabalhos que priorizam as visões e experiências destes trabalhadores sobre as normas de conduta impostas pela ICOMI, em relação aos que enfocam os mecanismos de controle implementados pela empresa, o que terminou por construir uma imagem homogênea e estática dos trabalhadores de Serra do Navio, haja vista que sugerem (pela não discussão do tema), ou em alguns casos defendem, a idéia de que os trabalhadores da ICOMI sofreram uma total submissão às normas disciplinares implementadas pela empresa.

Deve-se salientar que a extração do manganês no Amapá perdurou durante quase meio século. Ao longo desse período, várias modificações ocorreram tanto no cenário internacional[24] quanto no nacional e regional, o que certamente levou a outras modificações no âmbito interno da empresa, como o perfil de seus trabalhadores. Estas "crises mundiais" tiveram conseqüência direta na vida dos trabalhadores, visto que nestes momentos ocorria a demissão em massa de funcionários, como pode ser percebido a partir da quantidade de processos trabalhistas encontrados nos anos de 1966 (doze processos trabalhistas encontrados na 1ª e 2ª Junta do Trabalho de Belém) e, principalmente, em 1985 (84 processos trabalhistas encontrados na 1ª Vara do Trabalho de Macapá) quando, aparentemente, houve a maior quantidade de funcionários demitidos pela empresa.

Não convém apresentar reflexões aleatórias relacionadas à empresa ICOMI, ou seja, que não possuam alguma proximidade com o problema deste estudo. Por conta disso, a análise far-se-á de acordo com o que algumas destas reflexões possuam em relação com as discussões apresentadas a seguir. A partir desta delimitação, pode-se dizer que além de alguns trabalhos considerados clássicos sobre o assunto, como o estudo de Cunha, Pereira e outros, far-se-á uma contextualização das reflexões apresentadas com o problema principal deste capítulo: identificar e analisar as diferentes visões que se tinha da empresa ICOMI, da vila Serra do Navio e das relações sociais entre empresa e trabalhadores dentro daquele espaço.[25]

---

[23] RODRIGUES, Roberta Menezes. Op. cit.

[24] Pode-se citar, como exemplo, as crises mundiais que levaram à queda do preço do manganês no mercado internacional em 1966 e 1984. REIS, Olegário Pereira. Op. cit. MONTEIRO, Maurílio de Abreu**.** Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Novos cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, 2005. p. 141-187.

[25] Entendido na perspectiva de Lefebvre como um espaço qualificado e quantificado, ou seja, que não se limita à mera formalização cartográfica. LEFEBVRE, H. **Crítique de la vie quotidienne**. Paris: L' Arche Editeur, 1958.

Diante disso, o estudo de Brito[26] sobre o papel do Estado durante a implantação do projeto de mineração no Amapá é talvez a mais conhecida pesquisa em termos de referência sobre a história política produzida acerca da ICOMI, influenciando a elaboração de algumas monografias produzidas sobre a ICOMI na mesma década.[27] Contudo, estas monografias tiveram como principal preocupação efetuar recortes temáticos dentro da pesquisa de Brito, o que levou a poucos debates novos sobre o assunto em virtude de partirem de um modelo analítico onde se buscava excessivamente casos empíricos a partir de interpretações gerais da obra de Brito. A pouca preocupação em elucidar e investigar um problema dentro desses recortes, porém, terminou por levar a conclusões semelhantes as já contidas na pesquisa do sociólogo amapaense.

Em seu trabalho, mesmo priorizando as articulações entre Estado e empresa, inclusive apontando o Estado como o principal articulador e mediador das ações da empresa no Amapá, Brito apresenta possibilidades de novas abordagens sobre a história da ICOMI, pois não se preocupa tão somente com estas articulações políticas durante a implementação do projeto, mas traça um perfil periférico das mudanças socioculturais manifestadas pelos trabalhadores da empresa com o decorrer do mesmo.

O autor descreve algumas mudanças drásticas nos hábitos e costumes da população de Serra do Navio no âmbito das relações de trabalho, pois teria havido a partir do início do projeto uma mudança das relações baseadas no sistema de aviamento (resquício das várias atividades extrativistas realizadas na Amazônia), onde através do sistema de barracão o empregador paga o empregado com gêneros alimentícios e de primeira necessidade;[28] para o regime de trabalho assalariado, no qual o indivíduo se submete ao pagamento de um salário pré-estabelecido em contrato. A nova situação do operário diante do contrato de trabalho regido pelas leis trabalhistas vigentes teria concedido vários direitos, mas também proporcionado deveres como, por exemplo, a estipulação de uma jornada de trabalho e um local de produção sob os quais o operário deveria se adaptar.

Aliado a isso, Brito aponta o crescimento da migração para o Amapá por conta dos vários anúncios nos jornais das principais cidades da região à época (especialmente Belém, em jornais como a "Folha do Norte"), descrevendo a necessidade de mão-de-obra para

---

[26] BRITO, Daniel Chaves de. **Extração mineral na Amazônia**: a experiência de exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá. 1994. 148 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 1994.

[27] NOBRE, Izanil Rodrigues et al. **Vila Amazonas:** comunidade urbana às margens do rio. 1997. 56f. Monografia (Especialização em História) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 1997.

[28] MOURÃO, Leila. **Memória da indústria paraense.** Belém: FIEPA, 1989. p. 51.

trabalhar na construção da estrada de Ferro, das *Company Towns* e do parque industrial. Segundo o autor, havia uma diferenciação entre as vantagens que eram oferecidas a pessoas que vinham trabalhar em cargos de nível operário em relação aos que vinham laborar em cargos de nível superior ou técnico, especialmente no que se refere aos salários. Havendo pouca mão-de-obra especializada na região à época do início do projeto, estes funcionários seriam geralmente recrutados na região centro-sul do país, ou até no exterior (como no caso da construção da estrada de ferro), enquanto que os "braçais"[29] eram selecionados em Belém e Macapá. Como será visto mais adiante, a seleção dos funcionários não levava em consideração apenas a sua qualificação, mas também aspectos ligados à família, à idade, ao gênero, à capacidade de adaptação ao regime de trabalho e à vida na *Company Town*.

Segundo o autor, a primeira fase do projeto (período de construção da infra-estrutura) teria sido marcada pelo processo de adaptação e submissão dos trabalhadores com o trabalho em regime assalariado e com uma nova noção de tempo e espaço no processo produtivo. Este seria consolidado com o início da extração do minério. No entanto, apresenta uma perspectiva de deferência destas classes diante das mudanças ocorridas no processo produtivo, haja vista que o autor aponta a existência de uma política de compensação e de manipulação do poder por meio de tratamento ríspido e formas simbólicas onde seria interiorizado em cada funcionário "um tipo de dominação e controle que os tornasse capazes de atender às exigências de um trabalho que requer a adaptação a um tempo certo de jornada de trabalho e a um espaço definido e organizado alheio às suas vontades."[30]

Em determinado momento, Brito argumenta que o funcionário da empresa enxergava vantagens até em trabalhar em regime irregular (regime noturno intercalado com o diurno), fato reiterado pelo próprio autor como um dos principais focos de reclamação dos empregados, simplesmente pelo fato de possibilitar rendimentos extras aos mesmos. Diante disso, percebe-se que Brito optou em sua pesquisa por uma visão de deferência da classe trabalhadora de Serra do Navio, onde todos os conflitos são contornados pela empresa e a autonomia do trabalhador fica submetida à nova disciplina industrial implementada pela ICOMI no Amapá.

Outro aspecto relevante no trabalho de Brito é a discussão das opiniões de ex-trabalhadores sobre sua vida na empresa, com base em entrevistas gravadas no período de sua

[29] Segundo Brito, "braçais" eram os funcionários da empresa que trabalharam na primeira fase do projeto (período em que se construiu a base infra-estrutural) executando tarefas semelhantes às dos operários na fase posterior (período em que se dá o início da extração industrial do manganês). É comum na literatura encontrar referências a estes trabalhadores como sendo possuidores de pouca ou nenhuma qualificação profissional durante o início das atividades de mineração em Serra do Navio. BRITO, Daniel Chaves de. Op. cit. p. 5.

[30] BRITO, Daniel Chaves de. Op. cit. p. 68.

pesquisa. Ao ignorar fatores como a segregação espacial diferenciada dos trabalhadores na *Company Town*, o tempo de serviço dos empregados, a divisão e diferença de tratamento efetuada pela firma com relação a trabalhadores e familiares advindos da região Centro-sul em relação aos operários contratados na região Norte (elementos que fatalmente influenciaram as opiniões dos ex-funcionários entrevistados), o autor terminou por homogeneizar as experiências desses trabalhadores, ajudando assim a consagrar alguns estereótipos clássicos sobre a história de vida destes sujeitos, tais como sua total submissão e adaptação à nova disciplina industrial implementada pela ICOMI em Serra do Navio.

Tal fato aparentemente se deu em boa parte por conta da documentação priorizada (relatórios da empresa e outros documentos oficiais), assim como por conta do viés metodológico que, de certo modo, leva a uma compreensão do choque cultural acarretado pela implantação de um projeto de extração mineral em moldes industriais na Amazônia, mais sob a perspectiva da aculturação[31] das populações locais, do que sob o olhar do hibridismo e circularidade cultural.[32]

Outro estudo de referência sobre a vila Serra do Navio foi elaborado em 2003 por Rodrigues.[33] Efetuando um estudo comparativo entre quatro das principais *Company Towns* da Amazônia - Vila Serra do Navio e Vila Amazonas, no Amapá; Núcleo urbano de Carajás e Vila dos Cabanos, no Pará -, a autora aponta a importância da forma arquitetônica das vilas e, no caso de Serra do Navio, o aproveitamento da topografia irregular do lugar para manifestar simbolicamente e facilitar a materialidade das hierarquias, da segregação, do controle e da vigilância efetuados pelos dirigentes da companhia sobre os trabalhadores e seus familiares.

Rodrigues identifica algumas similaridades entre as *Company Towns* pesquisadas, no entanto, reconhece a necessidade de analisar a "diversidade de formas, contextos e processos vigentes"[34] em cada uma delas, apontando o contexto histórico de criação destes núcleos habitacionais como o elemento diferenciador dos tipos de gestão adotados em cada uma delas. A principal contribuição da autora, não obstante, diz respeito à identificação das *Company Towns* na Amazônia como centros responsáveis pela remodelação da forma de pensar o

---

[31] Entendido aqui na perspectiva de Bosi, ou seja, como um fenômeno que resulta do ato de sujeitar um povo ou adaptá-lo tecnologicamente a outro com padrão tido como superior e sendo decorrente do contato de duas sociedades diferentes, sendo também passível de ocorrer em qualquer período histórico. BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

[32] Compreendido aqui na perspectiva de Ginzburg que entende não serem os valores culturais transmitidos na direção que segue das camadas eruditas para as camadas populares, ao invés disso seria fruto da constante interação cultural entre os dois grupos. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 19.

[33] RODRIGUES, Roberta Menezes. Op. cit.

[34] RODRIGUES, Roberta Menezes. Op. cit. p. 2.

planejamento urbano, visto que a composição das vilas obedece a algumas peculiaridades, como a organização racional do espaço que se diferencia da maioria das cidades da região, bem como a qualidade e facilidade de acesso a seus equipamentos e serviços.

Além disso, aponta outra diferença entre as *Company Towns* na Amazônia, a existência da "vila de tipo aberto" e da "vila de tipo fechado", onde no último (por ser de uso exclusivo da empresa) haveria uma tendência à "padronização, ao segregacionismo hierárquico e ao isolamento",[35] facilitada pela distância em relação a outros centros, possibilitando à empresa exercer um papel de autoridade e um maior controle tanto do processo de entrada e saída de pessoas, bem como sobre a vida dos moradores.

Dentro da análise comparativa dos projetos urbanísticos das quatro *Company Towns*, Rodrigues discute também, especialmente sobre Serra do Navio, alguns dos mecanismos de coerção adotados pela empresa, como por exemplo, a forma como ocorreu a manutenção da diferenciação e hierarquização através da forma arquitetônica, segundo as reflexões de Foucault. No entanto, no que diz respeito ao poder simbólico a autora aponta a existência de hierarquias rígidas em Serra do Navio, mas sem apresentar sob qual discurso e sobre quais simbologias se organizavam e se manipulavam estas hierarquias.

Com relação ao posicionamento e opinião dos habitantes a tal postura, quase não há referência na obra da autora. O que se evidencia é uma idéia de quase total passividade dos habitantes da vila a todos os mecanismos de coerção implementados pela empresa na *Company Town* de Serra do Navio. Há críticas da autora apenas com relação à situação de falta de perspectiva econômica sob a qual a população de Serra do Navio teria ficado a partir do final do empreendimento e repasse da *Company Town* para a esfera pública municipal.

Mais recentemente, Barbosa[36] et al apresentaram um novo conjunto de discussões sobre a atuação da ICOMI no Amapá. Em uma pesquisa sobre a representação das mulheres na revista "ICOMI-Notícias" - periódico publicado mensalmente pela empresa ICOMI que, dentre outras coisas, retratava notícias das *Company Towns* da empresa no Amapá (Serra do Navio e Vila Amazonas) e divulgava projetos dirigidos pela empresa em nível nacional e regional - os autores inauguraram o enfoque sobre a relação de gênero dentro das vilas construídas pela ICOMI no Amapá. Segundo os mesmos, havia uma diferenciação de papéis em Serra do Navio entre homens e mulheres, onde ao segundo grupo geralmente cabiam apenas obrigações relacionadas ao espaço privado. A exceção à regra seriam as profissionais

[35] RODRIGUES, Roberta Menezes. Op. cit. p. 6.
[36] BARBOSA, N. N. et. al. Op. cit.

do magistério que trabalhavam na escola de Serra do Navio,[37] pois eram em sua maioria mulheres, bem como seria o único setor em que não se encontravam submetidos diretamente à autoridade de homens.

Ainda neste estudo, os autores percebem algumas diferenças de posicionamento da mulher de acordo com sua classe social, onde cabia às mulheres dos funcionários de nível técnico e administrativo um papel de destaque nas festas periodicamente realizadas no clube social de Serra do Navio, o Manganês Esporte Clube (MEC), que mereceu destaque nas reportagens da revista publicada pela empresa, a "ICOMI-Notícias". Lá, estas mulheres eram as protagonistas das imagens, exibindo penteados, sapatos e objetos da última moda das regiões de onde vinham, o que, segundo os autores, causava um sentimento de "inveja" nas mulheres dos operários que não possuíam condições materiais para comprá-las. Posteriormente, será visto que este sentimento de inveja ensejava uma certa pressão social sobre os operários, no sentido de tentar galgar melhores cargos na empresa, visto que suas mulheres, de modo geral, possuíam poucas oportunidades de emprego em Serra do Navio.

Não obstante, novamente, em relação às experiências dos "mineiros de Serra do Navio" que eram a ampla maioria na vila, não há destaque. Somente no início os autores apontam que as vilas construídas pela ICOMI no Amapá inauguraram um novo modelo de trabalho baseado na disciplina industrial, ao qual os operários teriam se adaptado sem nenhum problema.

Já o artigo de Monteiro sobre os impactos sócio-ambientais ocasionados pela instalação do empreendimento de extração de manganês no Amapá,[38] embora tivesse como preocupação inicial analisar a dinâmica política, econômica e o impacto socioambiental que envolveu a valorização do manganês no Amapá, reconhece "a relevância de se meditar sobre a história e sobre o saldo da atuação da empresa naquele Estado".[39]

Além disso, contém uma avaliação crítica de um conjunto de relatórios produzidos pela ICOMI ao longo de sua história no Amapá. Identificando uma série de elementos contraditórios nos discursos da empresa, inclusive no que diz respeito às relações sociais com seus trabalhadores; é o primeiro autor a defender que a relação entre as populações de Serra do Navio e a ICOMI também foi marcada por conflitos. Sua análise baseia-se num relatório do ano de 1972, onde a empresa apresenta uma série de comentários polêmicos com relação a

[37] A autora também destaca uma certa autonomia do grupo das enfermeiras e técnicas de enfermagem em Serra do Navio, mas argumenta que, ao contrário das profissionais do magistério, estas se encontravam subordinadas aos chefes da divisão, ou seja, os médicos. BARBOSA, N. N. et al. Op. cit. p. 12.
[38] MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Op. cit. p. 5-41.
[39] MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Op. cit. p. 5.

seus funcionários. No entanto, embora a leitura dos relatórios tenha possibilitado este tipo de reflexão, os questionamentos sobre, por exemplo, quais motivos teriam levado à ocorrência destes conflitos em Serra do Navio, não são explicitados.

Este conjunto de trabalhos, embora não tivessem como preocupação inicial estudar o cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio, permite a observação de uma série de questões relevantes concernentes ao cotidiano desses trabalhadores. Aspectos relacionados à lógica de dominação peculiar exercido pela empresa sobre seus trabalhadores, em vista de Serra do Navio ser caracterizada como uma vila de tipo "fechada", por se encontrar a cerca de 200 quilômetros da capital Macapá; ao espaço planejado onde o trabalhador e sua família encontravam-se subordinados a um sistema de segregação hierárquica, elaborado a partir da forma arquitetônica da vila; à rígida disciplina industrial a qual os trabalhadores tiveram de se submeter e a existência de alguns conflitos entre trabalhadores e empresa decorrentes da dificuldade de alguns tipos de funcionários em se adaptar a esta realidade.

Contudo, as experiências dos trabalhadores de Serra do Navio durante toda a história da empresa ICOMI no Amapá ficaram restritas a isso? O cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio era muito mais dinâmico, conflituoso e contraditório do que já foi um dia apresentado. Diante disso, como foi possível a publicação de tantos trabalhos sobre a história da ICOMI no Amapá apresentando visões "brandas" ou de submissão sobre o relacionamento entre trabalhadores e empresa?

2.2 ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DO COTIDIANO DE SERRA DO NAVIO

Partindo da análise documental que serviu de referência para os estudos comentados acima, percebeu-se que, em grande medida, a opinião quase unânime sobre a posição de submissão dos trabalhadores da ICOMI se deve ao tipo de evidência e à forma com que os mesmo foram lidos. Faz-se aqui relevante, novamente, lembrar as contribuições de Le Goff[40] sobre a relação documento/monumento, onde o autor comenta a questão da não neutralidade dos documentos oficiais, assim como há também o aspecto ligado à relação estreita que se tem entre estes vestígios e a memória. Assim sendo, a memória guardada sobre a história da ICOMI no Amapá está muito próxima do conteúdo contido nos documentos oficiais sobre o

[40] Segundo o autor, cada documento reproduz o ponto de vista de um dado indivíduo ou grupo de indivíduos sobre um acontecimento. Portanto, na visão do autor não existe documento neutro, ou seja, o que se percebe é a existência de discursos conflitantes ou não entre os documentos, onde normalmente o que prevalece é o documento que contém o discurso mais atinado com a classe dominante. LE GOFF, Jacques. Op. cit.

tema, visto que, de modo geral, são estes que vinham sendo os únicos referenciais de pesquisa sobre o assunto.

No entanto, tal dificuldade vem sendo superada nos últimos anos, quando começou a haver a absorção, por parte de pesquisadores locais, de alguns novos enfoques resultantes do movimento chamado de "revolução documental"[41] que ampliou consideravelmente o número de documentos passíveis de leitura pelo historiador. A partir daí, não foram apenas os materiais escritos produzidos pelas autoridades as únicas dignas de credibilidade. Esta ampliação permitiu, por sua vez, a inclusão de outros alvos para seus estudos não mais ligados somente aos eventos políticos, às tendências econômicas e às estruturas sociais, mas também à história das mentalidades, da cultura material e, como não poderia deixar de ser, à história da vida cotidiana.

Não teria sido possível o desenvolvimento destes novos campos do saber se os pesquisadores continuassem se limitando às documentações consideradas tradicionais, a saber, os "documentos oficiais" produzidos pelas instituições e preservados em seus arquivos. Por conta disso, vem se fazendo um uso crescente de evidências variadas no intuito de obter novos olhares sobre temas já amplamente discutidos a partir desta "documentação oficial", de forma que este movimento de renovação acabou concomitantemente por ampliar a área de atuação do historiador abrindo novos campos de pesquisa.

Uma das conseqüências deste movimento de renovação, foi que se denominou os "Grandes Projetos da Amazônia" que passaram a ser aceitos como temas em potencial na atualidade. Tendo como um de seus precursores Fontes,[42] que estudou ainda no início da década de 1990 o dia-a-dia dos trabalhadores da construção civil no canteiro de obras da ALBRAS/ALUNORTE, duas empresas de mineração e metalurgia que se instalaram no Pará na década de 1980, foi somente nos primeiros anos do século XXI que esta temática começou a vislumbrar com maior constância os recursos metodológicos da análise histórica. Para a investigação do cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio, problema principal desta proposta de estudo, optou-se por recorrer a procedimentos metodológicos de diferentes ordens atualmente utilizados para a investigação da história da vida cotidiana e de empresas que

---

[41] Movimento iniciado por um grupo intelectual que posteriormente ficou conhecido como "Escola dos Analles" ainda na década de 1930. Chegando muito tempo depois ao Brasil, proporcionou uma verdadeira revolução nos métodos de pesquisa do historiador. DUBY, Georges; LE GOFF, Jacques; LADURIE, Emmanuel Le Roy (Org.). **A Nova história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições,1991. p. 9.

[42] FONTES, Edilza. **O peão de trecho e o peão de casa:** a identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRAS/ALUNORTE. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). **"Energia na Amazônia".** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; EDUFPA, 1996. v. 2. p. 335-348.

sejam capazes de revisar elementos sobre a história da empresa ICOMI, exigindo, assim, um método de pesquisa multidisciplinar.

Dentro desta perspectiva de análise, e observando o caráter subjetivo da pesquisa em ciências sociais, onde predomina a pluralidade de vozes e os conflitos decorrentes de visões de mundo e interesses divergentes, optou-se em efetuar uma "história de baixo para cima"[43] de modo a possibilitar a apreciação das vozes dos indivíduos menos privilegiados naquele contexto, ou seja, os grupos de trabalhadores de Serra do Navio que possuíam cargos de nível operário. Entende-se que a análise das experiências destes trabalhadores seja importante na tentativa de descobrir o que as ações e pensamentos destes sujeitos tinham de contrastante com a "memória oficial"[44] sobre a história da ICOMI. O que, de certa forma, pode também ser entendido como o "detalhe revelador" sugerido por Gizburg.[45]

Quando se fala em "história de baixo para cima", também é imperativo observar alguns conceitos como a preocupação em não confundir "classe operária" com "movimento operário", onde no ímpeto de construir um perfil mais ativo e participante de determinado grupo de operários, termina-se por divulgar os pensamentos e ações de um pequeno grupo mais engajado como se fosse o todo da classe operária[46] e não apenas parte dela.

Da mesma forma, não se pode concluir, a partir da análise de um número limitado de membros que a classe trabalhadora de Serra do Navio era mais ou menos participativa do que outras classes do seu tempo. Pois, não se tem informações sobre todos os operários que passaram por aquele lugar, mas somente de parte deles, e ainda que houvesse esta possibilidade as experiências daqueles trabalhadores foram únicas. Dessa maneira, um estudo comparativo poderia até ser feito, mas levando em consideração tantos cuidados metodológicos que extrapolaria os limites desta pesquisa. Acredita-se que a falta de detalhes sobre a condição dos trabalhadores em outras *Company Towns* da Amazônia dificulta um trabalho desta monta, contudo não o torna inviável.

Acredita-se que a corrente que busca compreender os trabalhadores como "força de trabalho" ou "mão-de-obra" também deva ser repensada no presente estudo. Pois, entende-se que estas categorias apresentam um significado pouco vasto, bem como de submissão dos trabalhadores. Como já dito anteriormente, acredita-se que em Serra do Navio havia uma

---

[43] Expressão usada por Hobsbawm para designar estudos históricos voltados a reconstituir trajetórias de grupos sociais menos privilegiados, a exemplo dos grupos de operários, de mulheres etc. HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

[44] HOBSBAWM, Eric. Op. cit. p. 225.

[45] Diz respeito ao método do paradigma indiciário, onde a escala de análise de pesquisa é reduzida, porém sempre visando o esclarecimento de problemas mais gerais da sociedade. GINZBURG, Carlo. Op. cit. p. 12.

[46] Utilizado aqui na perspectiva de Thompson. THOMPSON, E. P. Op. cit. v. 3.

rígida disciplina industrial, mas discorda-se da idéia de que teria havido uma total submissão dos trabalhadores aos ditames da empresa ICOMI. Assim sendo, não se pretende pintar nem "heróis da resistência" tampouco "pobres coitados explorados pelo poder do capital"[47]. A intenção é analisar as experiências cotidianas dos trabalhadores de Serra do Navio em sua diversidade, no sentido de tentar compreender como se deu o processo de formação da mesma enquanto classe.

A escolha da documentação a ser estudada é mais uma questão quando se pretende realizar uma história "de baixo para cima". Deve-se ter em mente que, das "fontes" acessíveis, poucas são as que foram produzidas por estes grupos sociais considerados "marginalizados". Nessa conjuntura, é importante perceber que esses grupos residiam numa *Company Town*, sendo continuamente vigiados, disciplinados e em vários momentos reprimidos. Por conta destes e outros fatores, a maioria da documentação sobre os trabalhadores de Serra do Navio nasceu em oposição aos mesmos, de modo que devem ser analisadas como formas de representação dos grupos dominantes sobre esta população, mas que ainda assim, podem ajudar a desvendar muito do universo social daquela sociedade.

Partindo deste pressuposto, a empresa ICOMI produziu ao longo de sua atuação no Amapá os mais diversos tipos de documentação. Dentre periódicos, relatórios, livros e outros documentos elaborados, é importante compreender quais discursos são apresentados em cada um deles, sob quais circunstâncias foram criados, com qual finalidade e, por último, quais imagens de seus trabalhadores são desenhadas pela empresa ICOMI em cada uma delas. É importante atentar para o fato de que estes vestígios são diferentes entre si tanto no que concerne ao tipo quanto à sua origem, pois foram produzidos em diferentes momentos da história da empresa. Esse lapso temporal, inclusive, proporciona a ocorrência de algumas sérias contradições no discurso da empresa quando comparadas entre si. Percebeu-se que algumas delas se davam ao acaso, mas outras não.

Assim sendo, dentre as evidências priorizadas para o presente estudo, optou-se num primeiro momento por um conjunto que engloba um periódico produzido pela empresa chamado "ICOMI-Notícias", uma publicação de periodicidade mensal que durante a primeira década de funcionamento da vila (década de 1960) procurou retratar, de forma institucional, a vida social dentro de Serra do Navio a partir de centenas de reportagens e um formato

[47] As expressões entre aspas fazem alusão às diferentes formas discrepantes e dicotômicas pelas quais a classe operária foi estudada e que são criticadas por Hobsbawm em "Mundos do Trabalho" por acreditar que este tipo de leitura não acrescenta profundidade ao debate historiográfico sobre está temática. HOBSBAWM, Eric J. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

jornalístico que utilizava várias seqüências de imagens como elementos ilustrativos de suas reportagens.

A revista "ICOMI-Notícias" perdurou de 1964 até o final de 1967, teve 36 números, sendo que a partir de junho de 1966 teve uma mudança na sua periodicidade de mensal para bimestral. Logo em seu primeiro número, o presidente da empresa, à época Augusto Antunes, apresenta os principais objetivos da revista que seriam retratar "fatos expressivos da vida das comunidades nas quais vivem e trabalham nossos colaboradores".[48]

No entanto, destaca-se sob quais parâmetros se realizavam a descrição da vida dentro destas comunidades. Na mesma matéria, Antunes aponta a revista como um elemento primordial para a divulgação "da grande família que tem o privilégio de participar desta tarefa de construir uma civilização na Amazônia".[49] Assim, nota-se que a revista não tinha como principal finalidade a vida social dentro das vilas da empresa, mas sim divulgar o projeto da ICOMI para o desenvolvimento da Amazônia, o que incluía as vilas construídas pela empresa no Amapá. Dessa maneira, a vida social dentro da vila Serra do Navio é apresentada como um símbolo do suposto "progresso" alcançado pelo Amapá a partir do empreendimento de extração industrial de manganês desenvolvido pela empresa.

Esta perspectiva é fundamental para a compreensão dos porquês da revista. O periódico retrata em inúmeras matérias nuanças do cotidiano em Serra do Navio, desde o funcionamento da escola, do hospital, do supermercado, do serviço de água e esgoto, dos restaurantes, até a forma como era extraído o minério de manganês. Não por acaso, seu principal foco eram os momentos de maior harmonia entre os trabalhadores, daí a cobertura das principais festividades e comemorações dentro da vila. A perspectiva construída na revista sobre a vida de seus trabalhadores em Serra do Navio é de completa harmonia e compromisso com o desenvolvimento do Território.

Além disso, o discurso da modernidade é constantemente resgatado nestas revistas. Os serviços e equipamentos urbanos e a própria *Company Town* construída pela ICOMI em Serra do Navio são repetidamente apresentados como modelos inovadores de se pensar o espaço urbano na Amazônia, onde nela, mesmo sendo "construída numa clareira aberta em plena selva, a duzentos quilômetros para a margem direita do rio Amazonas"[50] seriam "cidades

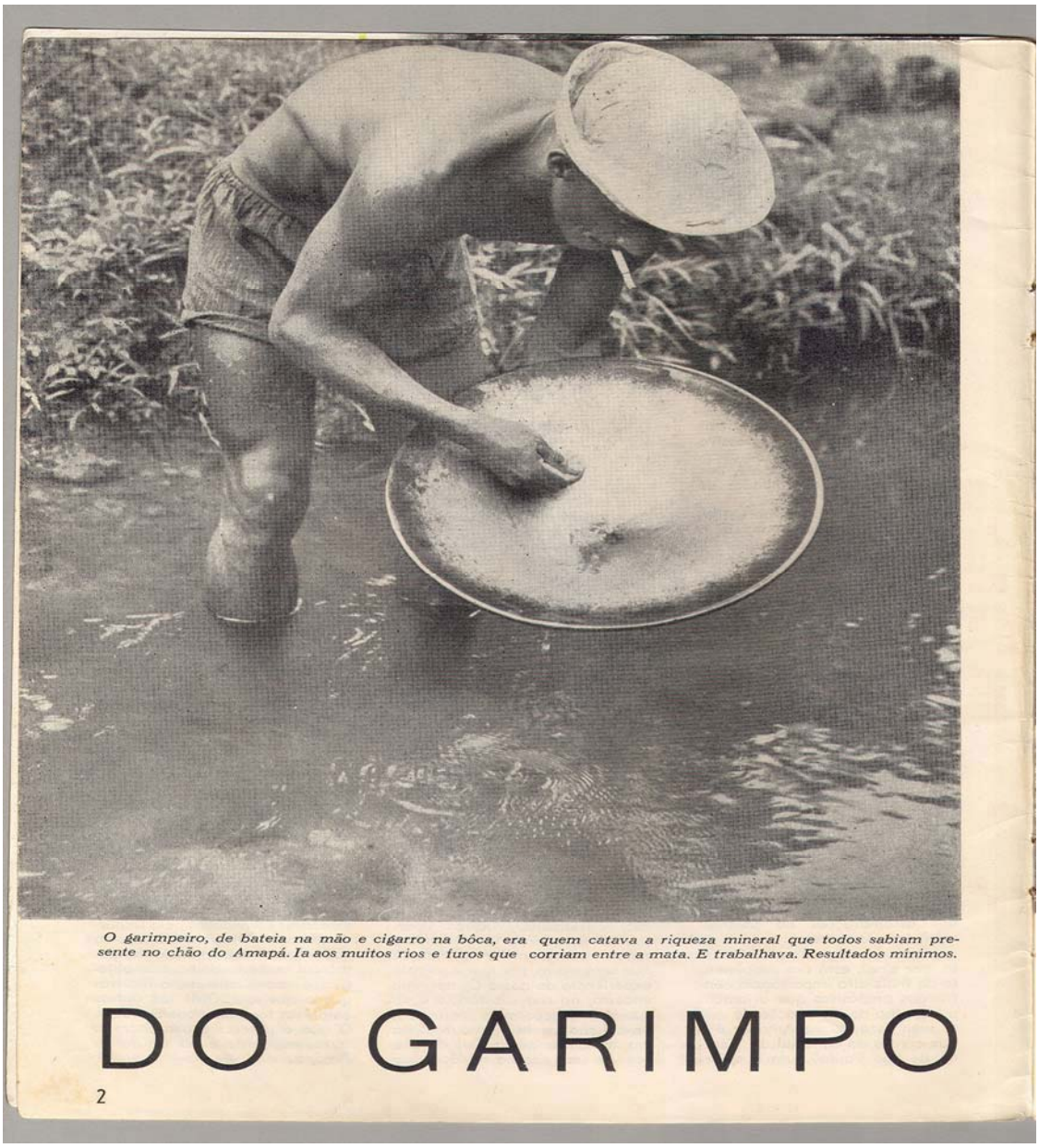
[48] ANTUNES, Augusto. O porquê desta revista**. ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n.1, Janeiro, 1964, p. 1.
[49] ANTUNES, Augusto. Op. cit, p. 1.
[50] ONDE as crianças morrem menos. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n.1, jan., 1964, p. 24.

novas, projetadas e construídas por urbanistas e engenheiros atentos às condições locais de clima e salubridade".[51]

Pelos vários artigos e imagens publicados na mesma revista sobre o projeto desenvolvido pela ICOMI no Amapá e sobre Serra do Navio, seus trabalhadores e familiares, percebe-se uma perspectiva de "progresso" sobre ambas. Todos os setores da empresa, da vila, seus moradores e funcionários são vistos de duas formas diferentes, especialmente nos primeiros números da revista. A visão da empresa sobre o modo de vida de seus trabalhadores é dividida em: período anterior ao início do empreendimento e o posterior ao início da extração do manganês (Fotografias 1 e 2).

Na fase inicial, os trabalhadores são apresentados como membros de uma importante tarefa, que era dar sua parcela de contribuição para o "progresso" do território. Contudo, as matérias e imagens fazem questão de destacar um suposto despreparo inicial da maioria dos trabalhadores locais em operar o (então) sofisticado maquinário usado nas jazidas de manganês de Serra do Navio.[52] A dificuldade de se penetrar na região em que seria construída a vila é repetida e ilustrada em fotografias do período. Já a segunda fase ocorreu após a inauguração das vilas e início da exploração mineral, quando os trabalhadores locais já possuíam amplo domínio dos equipamentos usados em mineração e a *Company Town* encontrava-se em excelente estado.[53][54]

[51] ONDE as crianças morrem menos. Op. cit. p. 24.
[52] A capa da edição do mês de outubro de 1965 traz a frase: "TRABALHADORES: o amapaense se adapta ao uso das máquinas pesadas." **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 2, n. 22, out., 1965.
[53] Especialmente em: CONTRIBUIÇÃO para o progresso do Território. **ICOMI-Notícias**: Rio de jan., ano 1, n.3, mar., 1964, p. 28.
[54] MANGANÊS: vida no coração da floresta. **ICOMI-notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n.1, jan., 1964, p. 8.

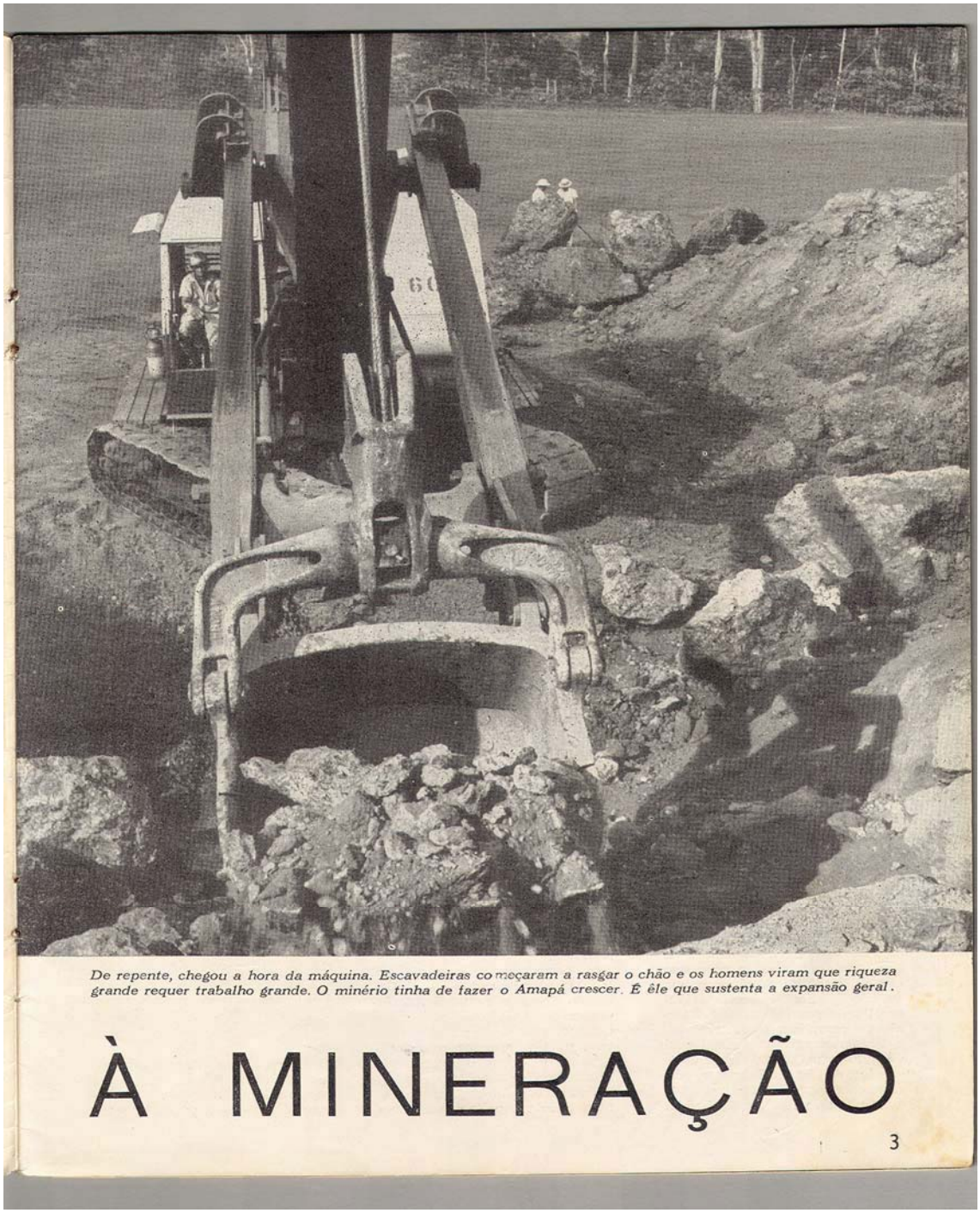


O garimpeiro, de bateia na mão e cigarro na bôca, era quem catava a riqueza mineral que todos sabiam presente no chão do Amapá. Ia aos muitos rios e furos que corriam entre a mata. E trabalhava. Resultados mínimos.

DO GARIMPO

2

Fotografia 1 – Garimpeiro no Amapá
Fonte: ICOMI-Notícias (ano 2, nº 22, out., 1965, p. 2)



Fotografia 2 – Detalhes da mineração a céu aberto em Serra do Navio
Fonte: ICOMI-Notícias (ano 2, n. 22, out., 1965, p. 3)

A partir dessa estreita relação feita entre a noção de "progresso" e a atuação da empresa ICOMI, buscava-se divulgar um universo de prosperidade econômica eminente para o Amapá junto ao nome e a suposta atuação da empresa no Território, na qual se tentava transmitir a idéia de que todas as mudanças ocorridas na região seriam decorrentes do projeto de mineração.

Além disso, a condição de "cartão postal" do Amapá que a empresa ICOMI criou em relação à vila Serra do Navio incentivou a criação de um programa turístico no Amapá, onde uma visita à vila e à área industrial eram quase obrigatórias. Diante disso, a revista noticia a passagem de várias caravanas ao local, incluindo geralmente jornalistas, personalidades políticas e estudantes. Dentre os quais, Raquel de Queiroz, famosa escritora brasileira, chegou a publicar alguns artigos sobre sua passagem pelo Amapá em jornais da época. Eles são relevantes à compreensão de outra visão sobre a vila: o ponto de vista dos visitantes.

Após visita a Serra do Navio em 1964, Queiroz publicou alguns artigos na revista "O Cruzeiro" - revista produzida e editada no Rio de Janeiro, local onde também estava localizada a sede da empresa ICOMI -, onde emite suas opiniões sobre o empreendimento mineral implementado pela ICOMI no Amapá e sobre a vila de Serra do Navio. Segundo artigo publicado em 08/05/1965, data do aniversário da empresa ICOMI, e por isso publicada na primeira página de uma das edições da revista, a mesma era "um milagre dentro da região amazônica. Duas pequenas cidades que parecem o sonho de um urbanista lírico".[55] Percebe-se, assim, claramente que a opinião da autora era favorável ao empreendimento, seu principal motivo estava no fato de Queiroz acreditar que "a mina pagava tudo",[56] ou seja que todo o dinheiro gasto para a construção do que a mesma chama de "milagre de civilização" provinha apenas do minério de manganês extraído de Serra do Navio e não de verba pública.[57]

Antes de se deixar levar pelas opiniões da autora, é necessário levantar uma série de considerações sobre os possíveis motivos que influenciaram-na em seu posicionamento sobre Serra do Navio e o projeto desenvolvido pela ICOMI naquele local. Ao avaliar artigos de outros jornalistas que visitaram a região,[58] é possível perceber que ao mesmo tempo em que a maioria contém uma visão entusiasmada sobre a área e o empreendimento, há uma falta de informações mais aprofundadas sobre a empresa e a natureza da mesma. Dessa maneira,

---

[55] QUEIROZ, Raquel. Viagem à Amazônia. **ICOMI-Notícias:** Rio de Janeiro, ano 2, n. 17, maio, 1965, p. 1.
[56] QUEIROZ, Raquel. Op. cit.
[57] Ressaltasse que os grandes projetos da Amazônia, sem exceção, contaram com verbas do governo, seja para a construção da infra-estrutura necessário ao início do empreendimento, ou para obras de apoio, como por exemplo, fontes geradoras de energia. FONTES, Edilza. Op. cit.
[58] Outro exemplo da aparente influência da empresa sobre o roteiro destes viajantes encontram-se em: Jornalistas visitam Serra do Navio. O LIBERAL, Belém, ago.1965. p. 4.

chega-se à conclusão de que a maior parte dos autores destes artigos se deixaram influenciar mais sobre a sofisticação e riqueza das vilas e do projeto no contexto e local nos quais foram desenvolvidos do que sobre a natureza do empreendimento e outros aspectos críticos sobre o projeto. Porém, isto aparentemente ocorria por conta de uma influência direta da empresa no roteiro dos viajantes. Na mesma matéria, Queiroz sinaliza que a empresa ICOMI teria organizado sua viagem ao Amapá, o que leva a crer ter sido esta uma prática corriqueira ao longo da atuação da empresa no Amapá.

Por exemplo, em nenhum destes artigos há qualquer alusão às já citadas hierarquias no local de trabalho e à disciplina imposta pela empresa no espaço da *Company Town*, o que leva à hipótese de que estas personalidades dificilmente gozavam de ampla liberdade de circulação dentro da vila. Como já foi dito acima, havia um grande programa de incentivo ao turismo no Amapá gerenciado pela ICOMI, o que, de certo modo, facilitava o processo de seleção dos locais a serem visitados, possibilitando com isso também haver um controle sobre as informações que seriam divulgadas, visto que fatalmente os funcionários da empresa exaltavam no roteiro turístico o que, segundo a empresa, deveria ser visto, em detrimento do que não era considerado importante ou do que poderia prejudicar a sua imagem.

Além desse periódico, os relatórios anuais também produzidos e publicados pela empresa ICOMI são importantes por descreverem de maneira sucinta alguns dados anuais sobre a vila de Serra do Navio e seus trabalhadores, tais como: número de alunos matriculados na escola, número de moradores, taxa de natalidade e mortalidade, doenças mais freqüentes, número de casas e serviços disponíveis, dentre outras informações.

Tratava-se, predominantemente, de uma espécie de balanço econômico da empresa ao longo do ano (cujo primeiro foi publicado no ano de 1958) acrescido de informações gerais sobre o histórico da atuação da ICOMI no Amapá. Por causa disso, é somente ao final dos relatórios, em um pequeno tópico chamado "o complexo projeto social",[59] que se tem uma descrição das vilas residenciais de Serra do Navio e de Vila Amazonas e destas populações, que chegou a ter cerca de 2.000 (dois mil) habitantes durante grande parte do período em que funcionou o empreendimento no Território, incluindo-se aí os trabalhadores de Serra do Navio.

A vila Serra do Navio é vista nos relatórios como uma pequena unidade comunitária auto-suficiente. Possuía seu sistema de abastecimento e tratamento de água e esgoto, energia elétrica, ruas asfaltadas, clube, supermercado, cinema, escola, restaurante, igreja, centro de

[59] O MANGANÊS do Amapá. **ICOMI-Nótícia**. Macapá, 1972. p. 28.

saúde e telefone. A intenção da empresa, assim como em sua coleção de revistas, era divulgar esta vila como um dos símbolos de "modernidade" vinculados ao suposto "progresso" alcançado pelo Território a partir do início do projeto desenvolvido pela ICOMI no Amapá, no intuito de influenciar a construção e manutenção de uma imagem favorável à empresa junto aos vários segmentos sociais daquela região, e do país no caso dos relatórios, por todo o tempo em que perdurasse o empreendimento.

Contudo, um pequeno tópico do relatório do ano de 1972, contendo algumas informações polêmicas sobre um grupo de trabalhadores da empresa, transformou este relatório no, até então, único documento oficial conhecido contendo evidências de conflitos entre trabalhadores e administração da empresa ICOMI em Serra do Navio.

O tópico, citado acima, inicia relatando algumas das dificuldades enfrentadas pela empresa por realizar trabalhos de mineração em "região equatorial remota e desprovida de recursos".[60] Como, exemplo, a questão do abastecimento que é reiteradamente repetida como um dos principais problemas enfrentados durante os primeiros anos do empreendimento; a prevenção de doenças típicas de área de floresta e, principalmente, o problema da moradia, que exigiu a construção de uma vila com *status* de cidade no meio da selva amazônica.

Ainda nesta parte do relatório, um subtópico chamado de "ajustamento social" descreve, em linhas gerais, a existência de problemas de comportamento envolvendo alguns empregados e seus familiares e aponta a região de origem do trabalhador como o principal responsável por tais conflitos.

Ao apresentar a categoria dos funcionários de nível técnico e administrativo, que, em sua maioria, era proveniente da região centro-sul, o relatório aponta que:

> eles desenvolvem um tipo especial de comportamento reivindicatório e um agudo senso de elevada auto-estima; uma tendência de superestimar seu desempenho e uma alta sensibilidade em relação a qualquer ingerência na esfera dos seus interesses pessoais e seu bem estar.[61]

Isto, por sua vez, seria decorrente da mudança de seu "habitat social" para uma região remota no meio da selva amazônica.

Para encerrar a discussão, o relatório apresenta a "sensação de confinamento" como o principal fator responsável pela dificuldade de adaptação desses grupos de funcionários e seus familiares à vila de Serra do Navio, visto que o grupo de trabalhadores conhecido por "operários nativos", empregados e seus familiares oriundos da própria região, "revelaram

[60] O MANGANÊS do Amapá. Op. cit. p. 28.
[61] O MANGANÊS do Amapá. Op. cit. p. 28.

extraordinária capacidade de adaptação ao novo trabalho e escalaram vários degraus acima e além dos níveis econômico e social em que viveram até então"[62]. Assim como, defende que a empresa estaria tomando as medidas cabíveis para a resolução de todas as situações semelhantes.

Já em relação ao último trecho citado, percebe-se uma nítida tentativa de analogia entre a condição dos trabalhadores com a situação do Amapá entre a época anterior e o período posterior ao início do empreendimento.

Assim como o Território, o trabalhador é apresentado nas páginas do relatório numa perspectiva de "progresso". Como no instante em que se diz: "em curto período esses operários progrediram do estágio de remar a 'montaria' e manejar a linha do anzol, para o de operários de moderna e sofisticada maquinaria industrial de alta produtividade".[63] No entanto, com relação ao tema das relações sociais entre trabalhadores e empresa, com exceção do relatório do ano de 1972, nada mais consta. Até mesmo por que os demais boletins publicados eram quase cópias dos anteriores, havendo apenas algumas correções e atualizações de dados e datas.

Chama a atenção também o fato de, no relatório seguinte, a empresa ter retirado todo o subtópico sobre o ajustamento social que descrevia a existência de delicados problemas de relacionamento em Serra do Navio. O que remete novamente à discussão sobre os motivos que teriam levado durante tanto tempo à ocultação dos conflitos entre empresa e empregados nesta localidade, mas principalmente, se eram apenas os funcionários advindos da região Centro-sul os protagonistas dos momentos de conflito em Serra do Navio.

2.3 ENTRE EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DE SERRA DO NAVIO: OS PROCESSOS JUDICIAIS TRABALHISTAS E OS RELATOS ORAIS DOS "OPERÁRIOS DO MANGANÊS"

O subtópico chamado "ajustamento social" do relatório publicado em 1972 pela ICOMI, proporcionou também uma aproximação com o modo como a empresa classificava seus segmentos de funcionários. Como já visto, os empregados eram divididos basicamente em duas categorias: "funcionários de nível técnico-administrativo" e "operários nativos". Onde, de acordo com o mesmo, os primeiros eram oriundos da região Centro-sul do país,

[62] O MANGANÊS do Amapá. Op. cit. p. 28.
[63] O MANGANÊS do Amapá. Op. cit. p. 28 e 29.

enquanto que o segundo grupo era formado basicamente por pessoas recrutadas nas capitais mais próximas (Macapá e Belém).

Diante disso, pensou-se em recorrer às memórias do segundo grupo de trabalhadores, visto que o grupo de empregados que supostamente ocupavam os cargos de nível técnico e administrativo dificilmente teria continuado morando na região. Por conta disso e, como já dito, pelo fato da atual investigação se propor tentar averiguar a experiência de trabalhadores de Serra do Navio levando em consideração a existência ou não destes "momentos de tensão", partiu-se novamente para o campo da história oral. Mas a investigação de Brito despertou atenção para um aspecto relevante acerca destes ex-funcionários. A maioria dos ex-empregados que conseguem ser localizados e entrevistados em Vila Amazonas, Serra do Navio, Macapá e Belém são justamente os que teriam conseguido se adaptar melhor ao regime imposto pela companhia.

Ou seja, além da classificação adotada pela empresa, faz-se mister atentar para o que Lopes apresenta acerca da questão da diferença de tempo de serviço dentro da empresa, onde os funcionários considerados "estáveis" possuem algumas vantagens e maior poder de barganha em relação aos empregados "temporários". Como conseqüência imediata disso, estes últimos possuem geralmente uma visão bem mais crítica da empresa do que os empregados que possuam maior tempo de serviço na mesma empresa.[64]

Sobre isso, Paul Thompson nos lembra que há grandes dificuldades em se obter uma visão crítica de empregados com muitos anos de serviço em determinada empresa. Segundo este autor, os empregados que dedicaram sua vida a uma firma só o fazem por estarem dispostos a aceitar todas as suas condições. Além disso, atenta para a maior facilidade em se localizar estes tipos de empregados em detrimento dos "trabalhadores temporários, que por ter sido em número muito maior do que aqueles, são muito mais difíceis de identificar".[65]

Estes funcionários possuem muitas vezes mais de duas décadas de tempo de serviço na mineradora; conseguiram galgar posições elevadas na hierarquia funcional; tiveram seus filhos educados nas escolas da empresa; além de possuírem uma visão de mundo muitas vezes semelhante ao discurso da própria empresa. No limite, esses empregados dificilmente protagonizaram qualquer momento de tensão em Serra do Navio, no máximo ouviram falar ou presenciaram algum conflito, mas formam uma parcela importante e numerosa dos trabalhadores de Serra do Navio e devem ser ouvidos.

---

[64] LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit. p. 25.

[65] THOMPSON, Paul. Interpretação: a construção da história. THOMPSON, Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 318.

No entanto, o atual trabalho não se restringe à compreensão sobre a existência ou não de possíveis "momentos de tensão" em Serra do Navio, pois também procura elucidar o processo de construção de uma classe operária em Serra do Navio. Esse processo se dá tanto a partir de embates quanto a partir de relações de solidariedade e negociações. É esse conjunto de fatores que levam à acumulação de experiências individuais e coletivas entre um conjunto de membros e que podem influenciar na conscientização dos mesmos enquanto semelhantes e à articulação de seus interesses entre si.[66]

Portanto, neste caso, a história oral[67] foi relevante para o levantamento de muitas informações que dificilmente seriam encontradas em quaisquer documentos, como a história de vida de alguns funcionários, a sua relação com a família, como e porque decidiram trabalhar para a ICOMI ou morar em Serra do Navio mesmo após terem sido aposentados, dentre outros elementos. Mas recorrer somente à história oral deixaria de fora as experiências de um outro grupo de funcionários, aqueles que trabalharam na ICOMI durante algum período, porém não permaneceram até o encerramento das atividades e que, segundo Thompson, formam a maioria do contingente de funcionários de uma empresa, os funcionários "temporários".

Desse modo, foi efetuada uma investigação nos arquivos da Justiça do Trabalho em Macapá com o objetivo de encontrar processos com reclamações trabalhistas efetuadas por funcionários e ex-funcionários de Serra do Navio contra a empresa ICOMI. A localização de 316 reclamações trabalhistas entre os anos de 1973 e 2003 tornou possível a identificação de alguns sinais sobre as experiências e visões de mundo de alguns dos trabalhadores que não conseguiram alcançar a estabilidade dentro da empresa. Esses empregados expressam através de seus advogados, em alguns momentos, um posicionamento de embate direto à ordem social imposta pela empresa, ocasionando em conflitos contornados às vezes somente com a intermediação do Estado por meio da justiça.

De acordo com uma leitura preliminar dessa documentação, percebe-se que ela contém possíveis motivações sobre os principais conflitos ocorridos entre direção da empresa e

---

[66] Segundo Thompson, a classe acontece de forma diferente em contextos e espaços diferentes. Dessa maneira, não se pode construir uma idéia sobre a classe operária inglesa distante do contexto da Inglaterra da primeira metade do século XIX. Portanto, a formação da classe operária em Serra do Navio deve ser analisada respeitando o contexto histórico específico que influenciou as experiências individuais e coletivas destes trabalhadores. THOMPSON,E. P. Op. cit.

[67] Compreendida aqui como uma metodologia e como um tipo de documentação profícuo quando se trata de temas e abordagens em que se tem pouco material documental escrito, desde que seja visto como algo peculiar no qual o pesquisador compreenda a responsabilidade direta que possui no processo de construção da documentação. PRINS, Gwyn. **História oral**. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Unesp,1992. p.163- 198.

operários em Serra do Navio, especialmente os processos que pleiteiam rescisão de dispensa por justa causa, os quais quase sempre possuem comentários sobre as causas da demissão por parte da empresa, assim como as alegações do empregado, por meio de seu advogado. Além disso, revelam vários dados sobre a história de alguns trabalhadores dentro da companhia como: tempo de serviço, salário recebido, função e estado civil.

Os processos trabalhistas possibilitaram descobrir e analisar algumas questões pertinentes às práticas cotidianas e aos modos de resistência[68] dos "operários do manganês", algumas delas pouco usuais aos trabalhos já escritos sobre o assunto. Uma delas é referente ao modo como esses trabalhadores usufruíam dessa jurisprudência para garantirem seus direitos frente às práticas de gestão do trabalho realizados pela empresa. Foi possível realizar um levantamento histórico de algumas das causas dos choques existentes entre empresa e empregados em Serra do navio. Mas o estudo não ficou resumido a isso: a principal finalidade consistiu em analisar o processo de construção das identidades desses segmentos de trabalhadores, analisando as disputas jurídicas como sendo algo capaz de fornecer (não por si mesmos) um entendimento possível sobre a sua cultura do trabalho.

A análise dos processos foi feita, em linhas gerais, da maneira exposta a seguir. A partir de um roteiro de leitura, os processos foram analisados evidenciando a obtenção de informações sobre o cotidiano e o convívio desses trabalhadores na área das minas e na *Company Town*, e não apenas as disputas trabalhistas travadas na Justiça do Trabalho. Desse modo, julgou-se necessário realizar um levantamento quantitativo dos vários dados em informações contidas nos processos. Tais informações puderam revelar algumas das características dos funcionários que procuraram a Justiça do Trabalho para ajuizar reclamação trabalhista contra a empresa ICOMI.

Após o levantamento e sistematização das informações em nível quantitativo, partiu-se para uma análise qualitativa dos processos, onde foi possível identificar outras características inerentes ao cotidiano dos trabalhadores em Serra do Navio. Estas apontam para uma discussão bastante ampla sobre a relação entre os espaços público e privado em *Company Towns*, as noções de tempo do trabalho (e do não-trabalho), a relação entre direito e costume, as formas, discursos e simbologias do poder e suas resistências cotidianas por parte dos grupos subordinados; assim como outros aspectos relevantes para uma melhor compreensão

[68] Compreendida, na perspectiva de Hobsbawm como qualquer prática que ponha em xeque, de forma institucional ou simbólica, um conjunto de normas instituído, difundido e seguido por determinado segmento patronal. HOBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2000.

sobre as dinâmicas que envolvem a cultura operária em áreas onde se estabeleceram projetos de extração de minérios em moldes industriais na Amazônia.

Desse modo, os processos judiciais trabalhistas foram analisados como uma forma de fonte de estudo possível das relações diárias entre a empresa e seus trabalhadores, e ainda as relações entre os próprios trabalhadores, visto que em várias ocasiões há vestígios sobre como se dava a convivência entre os trabalhadores (tanto entre os de mesma categoria, quanto com relação a funcionários de diferentes níveis na hierarquia funcional da empresa) dentro e fora dos locais de trabalho.

Os processos trabalhistas anteriores ao ano de inauguração da Justiça do Trabalho de Macapá não foram encontrados. Contudo, a identificação de mais de uma dezena de processos trabalhistas nos arquivos da Justiça do Trabalho de Belém, com datas de arquivamento da década de 1960, levou ao entendimento de que ocorreram mais reclamações trabalhistas ao longo da história da empresa do que foi possível encontrar, haja vista que, de 1961 até 1972, funcionou uma pequena comarca do trabalho em Macapá cujos processos foram perdido, segundo entrevistados, em virtude do mal armazenamento dos arquivos em local inapropriado, com grande contenção de umidade e ação de roedores.

Destaca-se também o fato de a Comarca ter sido supostamente criada para dar apoio jurídico aos trabalhadores da empresa, visto que ao final da década de 1950, com o término das obras de construção da estrada de ferro, das *Company Towns*, do embarcadouro de minérios de Santana e das instalações industriais de Serra do Navio, teria havido a primeira leva de demissão em massa de funcionários, pois o trabalho de extração exigiria uma menor quantidade de funcionários em relação à fase de construção da infra-estrutura. (informação verbal).[69]

No entanto, levando em consideração apenas os processos trabalhistas encontrados na Justiça do Trabalho de Macapá, a partir do ano de 1974 até o ano de 2003, foram encontrados 316 processos. Somado aos 12 processos trabalhistas encontrados na Justiça do Trabalho de Belém, tem-se uma quantidade vasta que permite uma postura metodológica dupla sobre o tema. A primeira consiste em uma análise da conjuntura geral do espaço do trabalho em Serra do Navio, inserindo-se aí as relações conflituosas entre a empresa e o empregado, o dia-dia dos trabalhadores e suas insatisfações com a empresa e outros funcionários.

A segunda consiste em análises direcionadas a processos específicos e contém relatos sobre a reclamação trabalhista e outros aspectos relacionados não apenas ao mundo do

[69] Segundo entrevista com Zwuiker. Zwiker, Igor. Diretor da 1ª Vara do Trabalho de Macapá, 30 anos. Entrevista realizada em 23 de maio de 2004 em Macapá, Amapá.

trabalho, mas também ao espaço da vila residencial. O que despertou uma discussão, um tanto quanto antiga, da historiografia sobre a absorção ou não do espaço privado pelo público nas *Company Towns*, em vista de ambos serem de domínio da empresa.[70]

Para isso, foi realizada uma abordagem micro-histórica,[71] onde a fonte foi investigada de modo particular, permitindo elaborar uma perspectiva mais pormenorizada do objeto estudado, procurando relacioná-la sempre a uma conjuntura mais ampla, com o intuito de não transformar a tentativa de construção de uma história global — no sentido que Jaques Le Goff[72] emprega ao termo — em uma "história em migalhas".[73]

Em vista de se tratar de uma história de trabalhadores, não se abriu mão de algumas explanações teóricas da historiografia social inglesa, principalmente no que diz respeito ao conceito sobre classe e identidade.[74] Contudo, a presente análise procura se ater também aos aspectos simbólicos da dominação de classe, que perpassa as ideologias,[75] bem como em uma interpretação comparativa da influência dessas ideologias com as experiências individuais desses trabalhadores, buscando desvendar como se deu o processo de construção da identidade entre os trabalhadores de Serra do Navio.

Embora o objetivo principal seja analisar o cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio a partir de um conjunto de documentos que possibilitasse obter rastros da perspectiva dos próprios trabalhadores sobre seu modo de vida, a dinâmica que envolveu as relações de poder em Serra do Navio e o imbricamento entre os espaços público e privado levou à necessidade de se compreender de modo mais claro como ocorriam essas relações de poder. Como afirmado, alguns estudos falam em uso da forma arquitetônica no processo de materialização do controle dos funcionários, outros em controle do processo produtivo, da disciplinarização da força de trabalho, da potencialização das hierarquias ou mesmo do segregacionismo hierárquico. Porém, como isso ocorria na prática?

Percebe-se, ao longo do exposto, que há um distanciamento entre o discurso e a prática, no que diz respeito ao cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio. Enquanto um conjunto de autores e documentos sugere a conclusão de que havia uma situação de total

---

[70] LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit.; RAGO, Luzia Margareth. Op. cit.; TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair; ROCHA, Gilberto Miranda. (Org.). **Cidade e empresa na Amazônia:** gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Pakatatu, 2002.

[71] LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Meter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

[72] LE GOFF, Jaques (Org.). **A História nova**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

[73] DOSSE, François. A **História em migalhas.** Bauru: EDUSC, 2004

[74] THOMPSON. E. P. Op. cit.

[75] DUBY, George. **História social e ideologia das sociedades**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Org.). **História:** novos problemas. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves,1976.p. 130-145.

submissão dos trabalhadores à administração da empresa, pelo fato de habitarem uma *Company Town* do tipo "fechada"; outro grupo sugere a possibilidade de se levantar a hipótese de que as experiências dos trabalhadores se orientam, em vários momentos, na contramão do discurso oficial, e, conseqüentemente, da memória oficial sobre o projeto desenvolvido pela ICOMI no Amapá.

Diante de tal impasse, no que concerne até mesmo ao modo como efetivamente acontecia esse controle total da instituição sobre seus subordinados, optou-se por dedicar uma parte do presente estudo para a realização de uma análise sobre o modo como se concretizou este controle sobre os trabalhadores em Serra do Navio. Percebeu-se que o modelo idealizado para o funcionamento da vila residencial precisou passar por algumas adaptações, mas, principalmente, que a noção do que a palavra controle poderia significar perpassava um conjunto de elementos bastante complexos, ambíguos e contraditórios, tanto para os dirigentes da empresa, quanto, principalmente, para os seus trabalhadores.

3 "A CRÍTICA INEXISTE": O IDEÁRIO "ICOMIANO" DA PERFEITA "VIDA NO CORAÇÃO DA FLORESTA"

Uma análise sobre o cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio não pode se furtar de analisar o contexto específico no qual se desenrolavam tais tramas cotidianas, daí o entendimento de que a lógica peculiar de criação do projeto e, conseqüentemente, de construção da vila Serra do Navio, no Amapá, é de grande relevância ao atual estudo. Pois, como abordado anteriormente, o projeto arquitetônico desta *Company Town* é um dos itens mais comentados (se não o mais comentado) no que diz respeito ao tema da "relação de dominação e imobilização da força de trabalho pela moradia em fábricas com vila operária".[76] Diante dos vários discursos já explanados, cabe tentar compreender mais de perto como se davam essas normas coercitivas em Serra do Navio, e, também, até onde ia a influência da *Company Town* para a concretização de um controle maior sobre seus subordinados.

Como se percebeu a partir de alguns estudos sobre o tema, comentados anteriormente, o cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio era bastante complexo, onde quase todas as ações dos trabalhadores eram aparentemente vigiadas e controladas pela empresa ICOMI. Porém, como se dava este controle?

A relação entre estudos que apontam para a existência de uma rígida disciplina industrial para com os trabalhadores de Serra do Navio junto ao estudo de Rodrigues[77] que apresenta a forma arquitetônica da vila como uma importante estrutura de controle por parte da empresa, levou a uma reflexão sobre até onde foram um e outro mecanismo na tarefa de adequação dos empregados ao modelo de comportamento idealizado pela empresa. Esta análise levou a outras reflexões que poderiam ser resumidas da seguinte maneira: o espaço da *Company Town* de Serra do Navio não foi o único instrumento a favor da empresa no processo de disciplinarização dos funcionários e seus familiares.

A análise documental levou ao entendimento de que a forma arquitetônica e a localização geográfica isolada da vila estão apenas na base do conjunto de fatores que propiciaram à empresa ICOMI "controlar" seus trabalhadores em Serra do Navio. Além dos dois elementos citados acima, entende-se que as normas coercitivas, a legitimação da empresa a partir da vida associativa, assim como as práticas de proteção e recompensa, foram importantes mecanismos utilizados para tentar disciplinar os trabalhadores de Serra do Navio e seus familiares.

---

[76] LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit. p. 38.
[77] RODRIGUES, Roberta Menezes. Op. cit.

Ademais, esta mesma análise permite uma certa contestação sobre se realmente a empresa possuía um controle tão extraordinário sobre seus trabalhadores quanto era divulgado em seus relatórios e periódicos, visto que, não raras vezes, percebe-se a presença de comportamentos reivindicatórios e de contestação à ICOMI em entrevistas e outras documentações que serão discutidas no próximo capítulo. É verdade que Serra do Navio e todo o seu conjunto de normas de convívio foram criados de modo alheio às vontades dos seus futuros habitantes. Contudo, é perigoso dizer que todos eles se submeteram pacificamente ao modelo disciplinar implementado pela administração da empresa.

Diante disso, quando se fala em normas coercitivas, legitimação da empresa pela vida associativa e práticas de proteção e recompensa, procura-se ampliar a noção mais comum onde se apresenta um conjunto normativo de regras criado e supervisionado pela empresa de forma unilateral. No caso de Serra do Navio, percebeu-se a existência de normas propriamente ditas, como também (e este talvez seja o modelo mais fortemente reconhecido neste caso) a criação e divulgação de práticas sociais onde a administração tentava inserir no seio de sua população, a partir do processo de "invenção de tradições",[78] os ideários da empresa acerca do comportamento a ser obedecido no trabalho, nos espaços de convívio e nos espaços intra-residenciais da *Company Town.*

O uso contínuo de simbologias pró-empresa dentro desta vida associativa, não se limitava, contudo, às "tradições inventadas". Também havia a prática comum de utilizar estratégias de punição e recompensa dentro e fora dos locais de trabalho visando ao acirramento das rivalidades entre funcionários e a ampliação da capacidade produtiva da empresa.

Outra questão envolve o fato do modelo urbanístico e de gestão pensados para Serra do Navio não ter se adaptado plenamente aos hábitos e costumes da população da região. Isso engloba tanto o aspecto espacial, como também fatores de ordem sociocultural e histórico propriamente dito, visto que o longo tempo de permanência da empresa no Amapá levou à necessidade de se realizar modificações em seus programas iniciais, e por mais que a administração buscasse a manutenção deles, as mudanças no "perfil" dos funcionários da empresa inviabilizavam a continuação de algumas práticas.

Portanto, entende-se que lógica de dominação da empresa para com seus trabalhadores em Serra do Navio não pode ser compreendida apenas levando em consideração situações

[78] Termo usado por Hobsbawm para designar práticas construídas e formalmente institucionalizadas que se estabelecem com relativa rapidez no grosso de determinada sociedade. Ver: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A invenção das tradições**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ligadas ao modelo urbanístico implementado. Afinal, a história da vila Serra do Navio não se fez apenas de plantas, maquetes, concreto e asfalto, mas eminentemente de trabalhadores em suas relações diárias com a administração da empresa e suas normas, que podiam ser de natureza conflituosa ou conciliatória, e principalmente, com outras pessoas onde, muitas vezes, por conta da existência de grande diversidade socioeconômica possuíam pensamentos e ações diferentes de acordo com o episódio em questão.

3.1 CONSIDERAÇÕES DE UM ARQUITETO "ICOMIANO"

O fato do projeto desenvolvido pela ICOMI ter sido pioneiro na extração de minério em moldes industriais na Amazônia, levou seu presidente, Augusto Trajano de Azevedo Antunes, a querer reforçar o caráter inédito do mesmo com uma série de ações também ímpares ao Amapá, como, dentre outras coisas, a construção de uma vila para abrigar seus trabalhadores, e familiares, próximo ao local de trabalho nas jazidas. Não seria uma vila aos moldes do que até então era comum no Território Federal do Amapá, e sim algo diferente de tudo o que já tivesse sido construído, uma vila com traçados e funções diferenciadas que marcaria o nome da empresa ICOMI na história do Território e servisse de paradigma para futuros projetos de mesmo gênero na região.

> Uma das recomendações do Dr. Antunes, quando me contratou, foi essa: ele queria um núcleo urbano de excelente qualidade; que pudesse servir de modelo, no país, a futuros empreendimentos do mesmo tipo.[79]

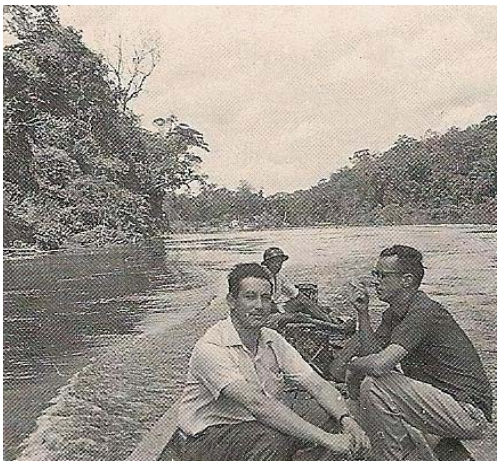
A citação acima é de uma palestra proferida pelo arquiteto Oswaldo Bratke, em São Paulo, no final da década de 1980. A partir de trechos desta palestra, Ribeiro narra como teria se dado, segundo a ótica de Bratke, todas as nuanças do processo de construção da *Company Town* de Serra do Navio. A primeira delas encontra-se nas entrelinhas da citação acima: até onde os "desejos" do presidente da empresa influenciaram a autonomia do autor na elaboração do projeto arquitetônico de Serra do Navio?

Com exceção desta passagem, não há mais nenhuma menção direta de Bratke com relação a qualquer imposição de Antunes sobre o projeto arquitetônico da *Company Town* de Serra do Navio. No entanto, alguns trechos dão margem à dedução de que possivelmente o autor teria que seguir algumas recomendações da empresa em seu projeto. Já outros autores,

[79] RIBEIRO, Benjamin Adiron. **Vila Serra do Navio:** comunidade urbana na selva Amazônica. São Paulo: Pini, 1992. p. 22.

inclusive, apontam o fato da empresa ter escolhido Bratke (segundo Rodrigues, um arquiteto desconhecido à época) justamente para adquirirem maior autonomia na inclusão de sugestões. Porém, deve-se lembrar que o arquiteto em questão, antes de iniciar tal tarefa, efetuou várias pesquisas de campo em *Company Towns* dos Estados Unidos e de países da América Latina.[80]

Por causa disso, e considerando as várias características comuns presentes em *Company Towns*,[81] é possível acreditar numa certa autonomia do arquiteto no processo de elaboração do projeto e na maioria das particularidades que marcaram a arquitetura da vila Serra do Navio. Ainda segundo Ribeiro, Bratke não teria se limitado a efetuar pesquisas no exterior, pois, durante a fase preliminar ao projeto, realizou viagens pela região de Serra do Navio, especialmente nos rios Araguari e Amapari, de modo a pesquisar os modos de vida da população local (Fotografia 3).



Fotografia 3 – Primeira viagem de Bratke a Serra do Navio
Fonte: RIBEIRO(1992, p. 19).

A partir do início de suas pesquisas, evidenciadas em alguns textos e imagens (Fotografia 3), Bratke identificou alguns costumes dos "caboclos" da região que poderiam ser inseridos no projeto arquitetônico de Serra do Navio, tais quais o processo de roçar a área no entorno das casas para evitar que eventuais quedas de árvores pusessem em risco a vida de seus familiares. Ainda assim, predomina uma visão preconceituosa em relação à população do entorno. Ao comentar sobre a população o autor diz "ser difícil falar em meio social, tratando-se de Serra do Navio no ano de 1955",[82] pelo fato de ser a região quase totalmente desabitada, com exceção de uma escassa população ribeirinha vivendo em palafitas cobertas de sapê e

[80] RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 22.
[81] Sobre esta discussão Ver: LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit.
[82] RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 26.

alguns garimpeiros que extraíam ouro, chamados de "aventureiros" por viverem se deslocando de uma área para outra e morando em estabelecimentos provisórios como acampamentos.

Ainda sobre os costumes locais, o autor comenta:

> Já em sua primeira viagem de pesquisa e reconhecimento do Amapá, Bratke percebeu que os caboclos da Serra do Navio não eram diferentes dos que ainda hoje encontramos na região; levavam vida primitiva, subsistindo com a pesca, a caça e pequenas roças de feijão e mandioca. Sua única via de circulação era o rio; seu meio de transporte era o ubá, a montaria – a canoa movida a remo. Os caboclos não estavam afeitos ao trabalho sistemático; eram ignorantes, se bem que muitos fossem alfabetizados. Seu rancho, sempre sobre palafitas, obedecia a princípios instintivos de conforto climático: era quase tudo aberto, gozando das brisas, sendo apenas fechado com esteiras de palha o ambiente destinado ao casal, o qual também serviam para guardar seus bens; dormiam em redes.[83]

Percebe-se, nesta passagem, uma visão preconceituosa e pessimista com relação aos habitantes da região, onde os mesmos são ao mesmo tempo chamados de "ignorantes" e "não afeitos ao trabalho sistematizado" o que levou a idéia inicial de que a população local não serviria para o trabalho de mineração em Serra do Navio. Estes estudos preliminares parecem ter contribuído, inclusive, para o fato de grande parte dos trabalhadores terem sido recrutados nos grandes centros urbanos. Nem mesmo os trabalhadores convidados para trabalhar como "braçais" e posteriormente "operários" eram recrutados no entorno. De modo geral, efetuava-se a importação de trabalhadores de Belém e de Macapá,[84] enquanto que os funcionários de nível técnico-administrativo vinham predominantemente de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.[85]

Além disso, o autor apresenta a ocorrência de uma série de doenças que assolava a população local — malária, leishmaniose e outras doenças típicas de regiões de floresta —, o que levou o mesmo a posteriormente ampliar a área a ser desmatada ao redor da vila, assim como a refletir sobre a construção de um hospital com capacidade para atender casos de certa complexidade.

Como pôde se perceber, somente o modelo arquitetônico e urbanístico pensado e em seguida implementado foi suficiente para alterar alguns costumes locais, Exemplo disso é o costume dos caboclos da região de usarem redes para dormir ou descansarem após o almoço. Sobre isto, o arquiteto utiliza vários argumentos justificando a construção de compartimentos e principalmente quartos dentro das casas visando ao uso de camas. Dentre eles o fator

[83] RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 26.
[84] BRITO, Daniel Chaves de. Op. cit. p. 5.
[85] BRITO, Daniel Chaves de. Op. cit p. 5.

econômico, pelo fato, segundo Bratke, dos quartos ajustados para o uso de redes serem mais dispendiosos. Outro aspecto estaria ligado à mídia, que, segundo o autor, naquele momento estava influenciando a população local a utilizar camas ao invés de redes, fato que, de acordo com Ribeiro, com o tempo teria se concretizado.

Diante desta possibilidade de conviverem num mesmo espaço pessoas de hábitos tão diversos, o autor começou a maturar um modelo no qual se pudesse conciliar as diferenças, ou pelo menos a maioria delas, de modo a facilitar a gestão da mesma por parte da empresa. Diante disso, uma série de medidas foi implementada pelo arquiteto (e que posteriormente a empresa utilizaria em seu favor) no sentido de conciliar questões pertinentes à vila, tais quais: como construir um espaço residencial para pessoas de hábitos e padrões de consumo tão diversos? Qual traçado facilitaria mais o modelo de gestão a ser adotado pela ICOMI? Como solucionar ou diminuir o problema do isolamento, especialmente entre as mulheres dos funcionários? Quais e quantos critérios utilizar no processo de construção das residências e demais prédios onde se prestariam os serviços mais essenciais a esta população?

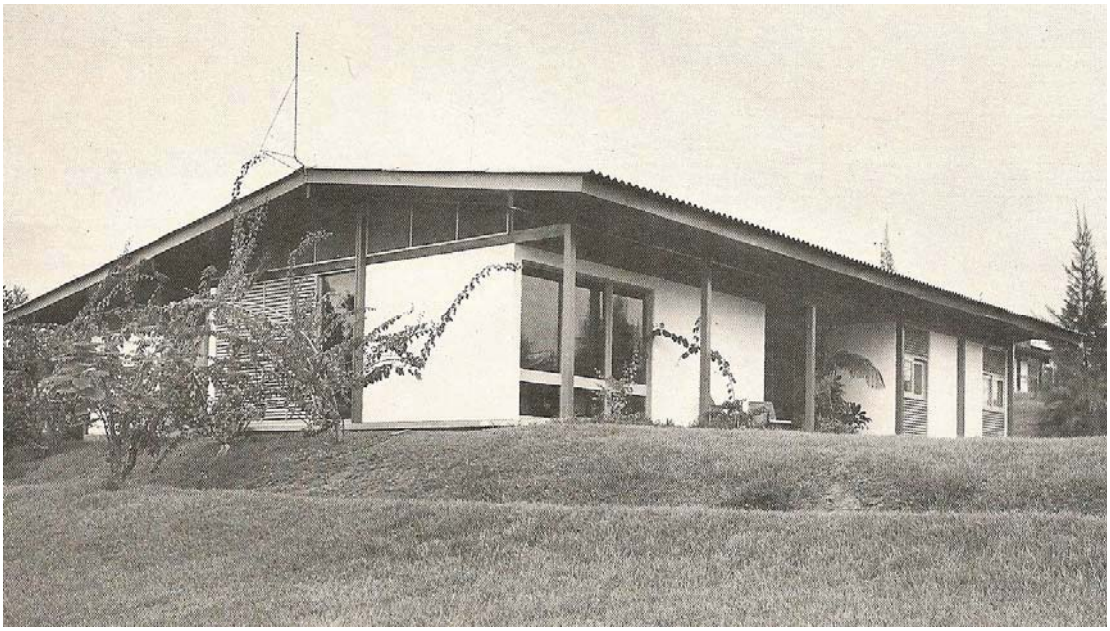
O aparente choque do arquiteto ao se deparar com a pobreza da região não o levou, contudo, a pensar num modelo mais equitativo quando da elaboração do projeto de Serra do Navio. Identificando a região como carente de recursos, com moradias precárias, sem tratamento de água e sem rede de esgoto, sofrendo com doenças típicas da região, o autor entendeu que um modelo de casa simples, mas com a presença de todos os serviços e equipamentos básicos seria suficiente para atender às expectativas deste grupo de funcionários (Fotografia 4). Daí dizer Bratke que "mesmo sendo do tipo econômico, isto é, casas salubres, atendendo a todos os requisitos necessários ao bem-estar do morador. Tínhamos a absoluta certeza de satisfazê-lo, com o que pretendíamos oferecer".[86]

[86] RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit p. 26.

Fotografia 4 – Casas operárias geminadas
Fonte: Ribeiro (1992, p. 59)

Desse modo, optou-se por construir a vila dividindo-a em dois setores: um setor exclusivo para as casas dos funcionários de nível técnico e administrativo e outro onde ficaria a vila de casas do setor operário junto aos principais serviços como: centro comercial, escola e hospital, sendo que no setor operário seriam construídas casas de tipo econômico, ou seja, geminadas. Este modelo consiste em construir duas casas "coladas" lateralmente por uma única parede. Assim, além de economizar nos custos, este tipo de moradia diminuía a privacidade do funcionário e seus familiares, visto que a parede única não impedia que as falas de uma residência fossem ouvidas do outro lado e vice-versa. Na prática, este modelo de moradia possibilitava à administração adotar estratégias no sentido de conter o que a mesma entendia serem possíveis "excessos" dos moradores (Fotografia 4). Já aos funcionários de nível técnico e administrativo foram construídas casas dotadas "de conforto e até certo luxo, o que por seus próprios meios, em sua terra, dificilmente poderia conseguir".[87] A justificativa ou estratégia, neste caso, se daria nos termos destes funcionários serem oriundos de grandes centros urbanos, onde a infra-estrutura e as oportunidades de emprego eram bem maiores do que qualquer outro lugar no Amapá.

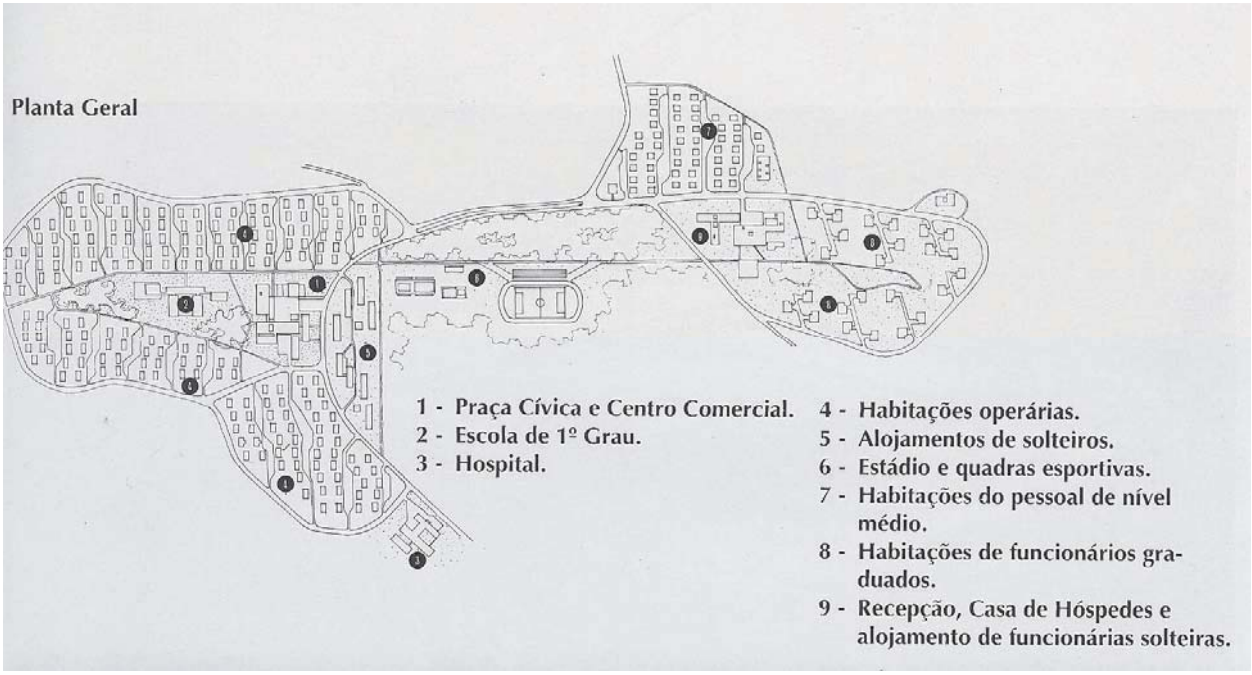
[87] RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 40.



Fotografia 5 – Residência de funcionários graduados
Fonte: Ribeiro (1992, p. 59).

Comparando-se as duas casas, se percebe diferenças tanto no que diz respeito à forma quanto ao tamanho, acabamento e localização das casas. Nessa perspectiva, a empresa pensava utilizar o "conforto" das casas do setor conhecido como *Staff,* modo como era chamado o setor da vila destinado aos funcionários de nível técnico e administrativo, como um meio de convencer este tipo de funcionário a vir trabalhar no Amapá, mesmo pesando o fato de saberem que estes dificilmente desenvolveriam outros interesses (como, por exemplo, investirem seus rendimentos em qualquer outro empreendimento no Amapá, tal qual fizeram alguns dos chamados "operários nativos") na região senão enquanto estivessem trabalhando para empresa. Enquanto que, aos trabalhadores locais que, segundo o autor, tinham mais possibilidades de desenvolverem um elo identitário com o local, pensou-se primeiro em mecanismos para distanciá-los do primeiro e em mecanismos eficazes de vigilância.

Assim sendo, o projeto de dividir a vila em duas áreas residenciais (Croqui 1) com o objetivo de segregar seus moradores, de acordo com critérios socioeconômicos, aparentemente foi uma preocupação que acompanhou os ideários do projetista de Serra do Navio desde o princípio, visto que, além dos serviços citados acima, foi construído próximo ao setor operário (dentro do centro comercial) um pequeno prédio de modo a possibilitar à administração utilizá-lo como uma espécie de "delegacia de polícia". Dessa maneira, percebe-se uma preocupação excessiva com a vigilância dos funcionários do setor operário desde a fase de construção da vila.



Croqui 1 – Planta geral de Serra do Navio
Fonte: Ribeiro (1992, p. 43)

Não obstante, os critérios de separação adotados por Bratke não se restringiam a aspectos socioeconômicos, mas também a outros fatores de ordem cultural. O principal exemplo está relacionado à atenção especial dada pelo arquiteto à forma de alocar os funcionários solteiros.

Segundo o autor, Bratke havia levantado duas preocupações em relação a este grupo de funcionários. A primeira, em particular, seria quanto ao local onde seria construído seu alojamento e a segunda quanto à forma como estes passariam seu horário de folga. Desse modo, Bratke descreve que "a localização dos alojamentos de solteiros em relação às residências de famílias assume importâncias de caráter moral, em localidades de rotina monótona".[88] A construção do alojamento se deu quase no centro geográfico da vila, de frente para o centro cívico e comercial, relativamente afastado do setor operário e, especialmente, do "S*taff*" (Croqui 1).

Em relação ao horário de folga destes funcionários, Bratke projetou amplos pátios e salas de estar para sua circulação, onde foram instalados vários tipos de jogos, assim como um pequeno clube particular "a fim de que os solteiros dispusessem de locais para se divertirem

[88] RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 42.

por sua conta, sem invadir ou serem inibidos pelas atividades gerais".[89] Com isto, Bratke teria articulado diretamente a segregação dos funcionários solteiros sob a justificativa de não atrapalharem a boa rotina e o convívio diário das famílias dos demais funcionários.

No entanto, relacionando a capacidade do alojamento de solteiros com a quantidade de casas construídas para os funcionários casados (132 vagas nos alojamentos de solteiros e 335 residências para funcionários casados) percebe-se a existência de outra possível recomendação da administração ao arquiteto e de um certo padrão a ser seguido pela administração da empresa no processo de contratação de funcionários em Serra do Navio. Segundo Wladisney Lopes Costa, geólogo, que trabalhou por 17 anos na ICOMI, havia muitas semelhanças entre os trabalhadores contratados pela ICOMI. A maioria, segundo o geólogo, era formada por famílias de recém-casados ou de casados com filhos em idade pré-escolar ou escolar, sendo a faixa etária dos pais, de modo geral, inferior a trinta anos.[90]

Esta configuração não ocorria à toa, conforme afirma Ortiz (informação verbal)[91],engenheiro de minas e posteriormente diretor da ICOMI que trabalhou na empresa por 36 anos. Ele narrou em entrevista ser uma política da empresa dar preferência a jovens casados. Segundo o pensamento dos dirigentes, o trabalhador casado era mais disciplinado. Ainda a partir do mesmo, os funcionários casados, por serem mais responsáveis, permaneciam na empresa por uma média de tempo superior em relação aos solteiros.

Além desses fatores, o ex-funcionário comenta que este tipo de empregado ao trazer sua família para morar em Serra do Navio se sentia mais ligado e comprometido com a empresa, pois além de empregado, geralmente participava de alguma associação ou clube junto à sua esposa, enquanto seus filhos freqüentavam periodicamente a escola. Deste modo, até um suposto pedido de demissão deveria ser planejado, pois, dependendo do período do ano, seus filhos ficariam na eminência de perder o ano letivo.

Outro aspecto que chama atenção no projeto arquitetônico de Serra do Navio e que já foi comentado por Rodrigues é a existência de apenas um acesso ligando a vila operária e o centro comercial e cívico à vila dos funcionários graduados (também chamada de *Staff*) (Croqui 1). Deste modo, ao identificar algumas das principais preocupações que nortearam o projeto arquitetônico de Serra do Navio fica latente a existência de um conjunto de ações combinadas entre empresa e arquiteto, onde ao segundo cabia criar da melhor forma um

[89] RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 63.
[90] RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 88.
[91] VERGOLINO, José Ortiz. Engenheiro, 65 anos. Entrevista realizada em 24 de maio de 2004 em Vila Amazonas, Santana, Amapá.

complexo residencial que possibilitasse à primeira potencializar sua capacidade de gestão e de controle sobre o espaço e seus habitantes.

Portanto, embora Serra do Navio agregasse à sua estrutura características presentes na maioria da *Company Towns* construídas nesse período por todo o mundo, como a relação de poder centralizada nas mãos da empresa, preterindo o poder público em suas funções básicas de regulação da vida em sociedade,[92] e a incorporação de um conjunto de saberes e práticas de ordem militar, sanitária, penitenciária e pedagógica[93] no intuito de submeter seus dependentes ao domínio total, deve-se observar algumas das contradições internas decorrentes desta micro-relação de poder diante da dinâmica das relações cotidianas entre os trabalhadores de Serra do Navio.

Por isso, compreender o processo de criação dos mecanismos utilizados pela ICOMI, no sentido de submeter disciplinarmente seus trabalhadores aos objetivos da mesma não é suficiente. O entendimento de como funcionavam estes mecanismos e da maneira como os trabalhadores conviviam, assimilavam ou rejeitavam essas práticas é fundamental para uma melhor compreensão da complexidade que envolveu a construção e funcionamento da *Company Town* de Serra do Navio.

3.2 "DE TUDO PARA TODOS": O DIA-A-DIA DOS "OPERÁRIOS DO MANGANÊS"

As atividades de mineração em Serra do Navio eram divididas em três setores: o setor de mineração (propriamente dito), da estrada de ferro e do Porto Santana. Dentro de cada um desses setores existia ainda quase uma dezena de divisões. Contudo, era o setor de mineração o que contava com o maior contingente de funcionários. Além disso, alguns deles se dedicavam tanto a atividades de mineração quanto a tarefas voltadas ao funcionamento da vila residencial. Este grupo específico é um importante elemento para a tarefa de compreender melhor a dicotomia entre o mundo do trabalho e o do não-trabalho em Serra do Navio.

Para se ter uma idéia melhor da estreita relação entre os dois espaços na vila, o setor de mineração contava com 9 (nove) divisões: de mineração, de manutenção, de obras, de segurança, da vila, de abastecimento, de educação, de saúde e de saneamento. Destes, apenas as duas primeiras (mineração e manutenção) tinham suas atividades estritamente executadas na área industrial. Muito embora a divisão da mina fosse, de longe, o setor que contava com o

[92] LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit. p. 17.
[93] Tal qual identifica o autor em contextos onde há restrição do convívio e a implementação de um conjunto de práticas de caráter eminentemente disciplinar. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2008.

maior número de trabalhadores na empresa,[94] verifica-se uma certa preocupação por parte da administração em organizar minuciosamente a vida social dentro de sua vila, visto que algumas dessas divisões foram criadas antes da própria inauguração desta.

A vila Serra do Navio foi inaugurada em 1959. Dados do censo do mesmo ano apontam que sua população neste período era de 2.212 pessoas, sendo 1349 do sexo masculino e 863 do sexo feminino.[95] Além disso, possuía a menor taxa de mortalidade do Brasil e uma das maiores taxas de crescimento até o início da década de 1960, sendo, inclusive, alvo de uma reportagem da revista carioca, "O Cruzeiro", onde o autor constatava, a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), que neste local as crianças morriam menos.[96] O elevado crescimento populacional teria levado também a administração a implementar programas de controle de natalidade, especialmente entre as famílias de operários.

Em Serra do Navio, estas divisões da empresa operavam de forma interligada, onde a ação de uma geralmente era corroborada ou complementada pela outra. Desta maneira, o entendimento das relações cotidianas nesta vila passa necessariamente pelo funcionamento desses vários setores nos seus espaços industrial e residencial.

Em 1959, a vila não estava totalmente concluída, por isso, enquanto as primeiras "famílias operárias" se instalavam na vila, um grupo de trabalhadores laborava dia e noite para concluir as obras remanescentes. Nascia aí a Divisão de Obras.

Criada para construir as obras que os administradores acharam necessárias após a inauguração desta, a Divisão de Obras exercia suas atividades dentro da área residencial e na área industrial. Na primeira, tinha a função de apoio à construção de novos prédios, já dentro da vila era responsável mais pela manutenção do que por construções. A empresa justificava a permanência desta a partir do alto nível de exigência dos moradores que, segundo a mesma, reclamavam reparos imediatos a qualquer dano ocorrido na estrutura de suas residências e entorno.[97]

A ocorrência de uma pequena epidemia de malária por volta do início da década de 1960 (informação verbal)[98],contudo, levou este setor a trabalhar conjuntamente com outra

---

[94] Em 1964, a divisão contava com cerca de 224 funcionários. MANGANÊS: vida no coração da floresta. Op. cit. p. 9.
[95] O MANGANÊS do Amapá. Op. cit. p. 18.
[96] Deve-se destacar a não existência de cemitério em Serra do Navio, em vista da população ser 100% oriunda de outras cidades. ONDE as crianças morrem menos**.** Op. cit. p. 24.
[97]MANGANÊS: vida no coração da floresta. Op. cit. p. 9.
[98] SANTOS, Feliciano. Encarregado de mineração aposentado, 69 anos. Entrevista realizada em 24 de março de 2005 em Vila Amazonas, Amapá.

divisão da companhia, a Divisão de Saneamento. Dentre os principais feitos realizados por estes setores, coube a ampliação da rede de esgoto da vila e o aumento do distanciamento das casas em relação às árvores de 100 para 200 metros.

Interligado À Divisão de Saneamento também estava a Divisão de Saúde. Este setor, criado antes da inauguração da vila, teve papel importante no processo de ocupação da área, visto que havia uma preocupação inicial da empresa com a possível proliferação de doenças como malária, varíola, leishimaniose, dengue, dentre outras, divulgados pela mídia em outros empreendimentos de grande monta, como durante a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré (informação verbal).[99] Por isso, desde a chegada das primeiras equipes aos acampamentos, foi instalada uma equipe médica que tratava os doentes dentro de uma pequena tenda transformada num pequeno posto médico.

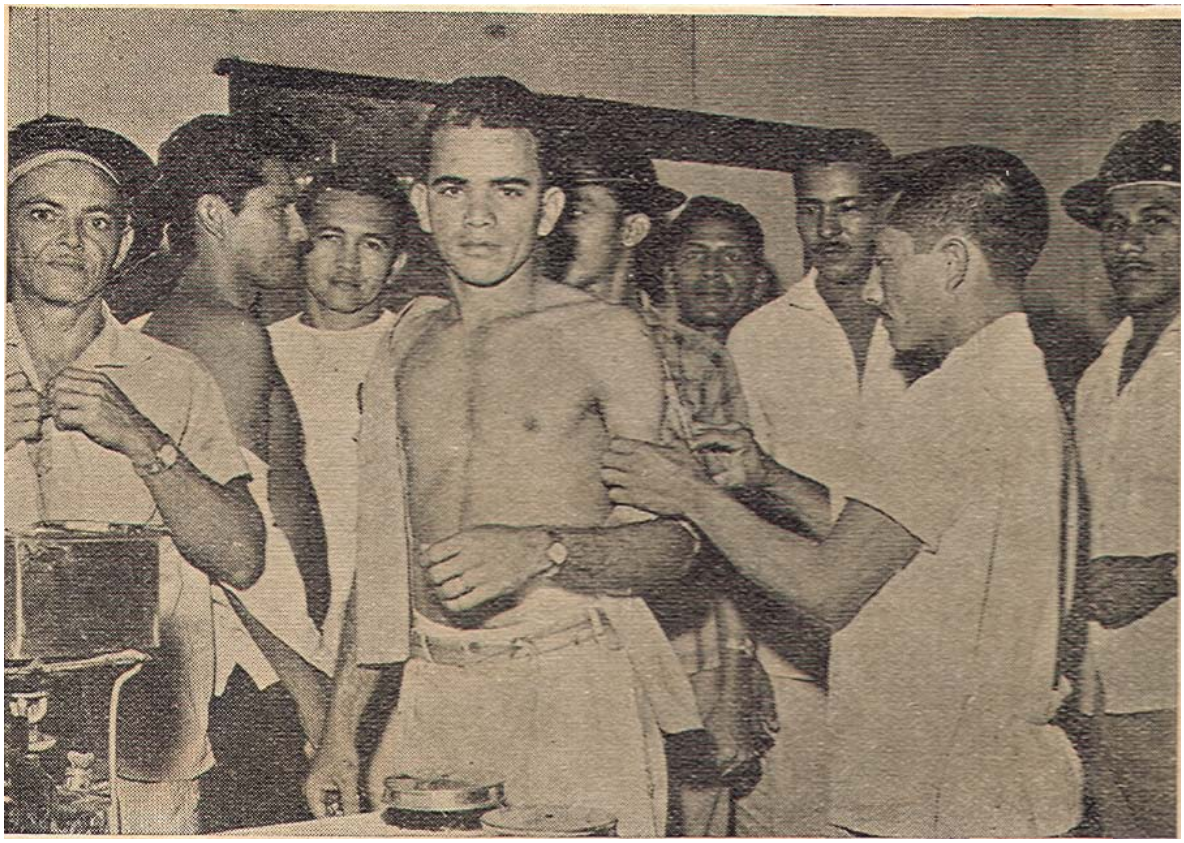
A partir da inauguração da vila e do hospital, a Divisão de Saúde ampliou consideravelmente suas atividades. Estritamente interligada a outras divisões atuantes na vila residencial e na área industrial, ocorreu a ampliação da equipe de funcionários, que passou a incorporar alguns especialistas como: traumatologista, ginecologista, pediatra, obstetra e cirurgião geral, assim como a criação de programas de prevenção de doenças.[100]

Atuando de forma conjunta com a Divisão de Educação, a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), a administração da vila e o setor de mineração, a equipe médica de Serra do Navio implementou vários programas de vacinação e exames periódicos para todos os seus funcionários e familiares. Na área industrial, a aplicação de vacinas contra a febre amarela, varíola e a realização de exames clínicos diversos eram feitos com regularidade, especialmente entre os trabalhadores (Fotografia 6). Aos filhos em idade escolar, estes programas eram realizados dentro da escola de Serra do Navio, com acompanhamento odontológico e clínico de especialistas. Todos os alunos e funcionários da escola eram obrigados a se submeter aos exames. As esposas dos funcionários e demais dependentes também participavam dessas ações. Para estes, um grupo de funcionários era destacado para realizar as vacinas, os exames, bem como a inspeção da residência junto à entrega e explicação de como usar produtos como o hipoclorito de sódio (substância misturada à água para torná-la menos poluída e apta para ingestão) e armazenamento da comida.

---

[99] VERGOLINO, José Ortiz. Engenheiro, 65 anos. Entrevista realizada em 24 de maio de 2004 em Vila Amazonas, Santana, Amapá.

[100] TÉCNICOS invadem floresta para defender a saúde**. ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, ago., 1964, p. 8.



Fotografia 6 – Vacinação contra a febre amarela em Serra do Navio
Fonte: ICOMI-Notícias (ano 1, n. 7, jul. 1964, p. 6)

Já a Divisão de Educação possuía a tarefa de alfabetizar e educar os filhos dos funcionários da empresa até a antiga 5ª série do ensino fundamental. Posteriormente, foi implementado um programa de alfabetização de adultos para os funcionários e seus dependentes em horário noturno. Esse programa é constantemente lembrado pelos entrevistados por terem proporcionado a muitos destes efetuarem, posteriormente, cursos técnicos e profissionalizantes. O que, por sua vez, abriu oportunidades de ascensão profissional dentro do empreendimento. Em 1962, havia 382 crianças e 91 adultos matriculados na escola de Serra do Navio, assim como mais de duas dezenas de professores oriundos de várias regiões do país, com a predominância quase absoluta do sexo feminino. Nestas escolas eram realizadas várias reuniões, no sentido de discutir programas pedagógicos, eventuais problemas na relação ensino-aprendizagem e de indisciplina em alguns alunos, mas também outros de diferentes ordens como o programa de higiene escolar realizado pela Divisão de Saúde, e a questão da dieta alimentar dos alunos dentro e fora da escola.[101]

A discussão em torno do abastecimento de alimentos em Serra do Navio foi uma questão polêmica desde o início do empreendimento. O isolamento geográfico da vila em

[101] DADOS de: nem uma só criança sem escola. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n.1, jan., 1964, p. 3.

relação a uma grande cidade dificultava a chegada de alimentos para a sua população. O relatório da empresa de 1960 comenta a ocorrência de crises de abastecimento durante os primeiros anos da ICOMI em Serra do Navio. Por conta da urgência de suprir uma população de mais de 2000 habitantes, apenas na área de mineração a empresa chegou a fretar aviões para o Amapá. Com a inauguração da vila, foram construídos armazéns frigoríficos em Santana e Serra do Navio e criada uma Divisão de Abastecimento que possuía a função de supervisionar as pendências e o fluxo de alimentos para Serra do Navio.[102]

Durante os primeiros anos, os alimentos consumidos na vila eram quase totalmente importados da região Centro-sul, em decorrência de vários fatores. Segundo os dirigentes da empresa, a produção de alimentos no âmbito regional, no início da década de 1960, nas áreas vizinhas, não era suficiente para a venda em grandes quantidades. Além disso, os funcionários oriundos do Centro-Sul do país exigiam a presença de muitos tipos de alimentos produzidos ou cultivados apenas naquela região, assim como possuíam padrões de consumo mais exigentes do que a média local (informação verbal).[103] Contudo, o mau armazenamento de alimentos perecíveis impossibilitava o uso de barcos no transporte dos alimentos. Daí ter sido implementado durante os primeiros anos do projeto implantado pela ICOMI no Amapá um programa logístico que utilizava aviões no transporte de alimentos.

Esta dinâmica só começou a ser alterada a partir da segunda metade da década de 1960, quando dois programas patrocinados pela empresa intitulados: "Operação Zona da Mata" [104] e "operação Amapari"[105] começaram a comprar e incentivar a produção de alimentos nas áreas de entorno ao projeto. A primeira era assim chamada pelo fato da compra de alimentos se dar em fazendas próximas à linha do trem, o qual trazia uma vez por semana com funcionários destinados à compra e recolhimento dos alimentos, ocorrendo um procedimento semelhante no segundo caso em que a coleta era feita ao longo do curso do rio Amapari.

Oferecendo apoio logístico a todas estas atividades, estava a Divisão de Segurança. Esta divisão ficava encarregada de fiscalizar todas as atividades realizadas na área industrial e residencial de Serra do Navio. Considerando-se o tamanho da vila residencial (cerca de 100 hectares), pode-se dizer que havia uma grande quantidade de vigias nesta localidade. Cerca de 40, distribuídos desde a estação de trem, até as jazidas de minério. Este fator, aliado à forma

---

[102] PARA Suprir 4.000 pessoas. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n.7, jul., 1964, p. 10.
[103] VERGOLINO, José Ortiz. Engenheiro, 65 anos. Entrevista realizada em 24 de maio de 2004 em Vila Amazonas, Santana, Amapá.
[104] OPERAÇÃO Zona da Mata. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, set., 1964, p. 14 e 15.
[105] OPERAÇÃO Amapari. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 2, n. 21, set., 1965, p. 13 a 17.

arquitetônica da vila, tornava eficaz a observação de qualquer ação dos moradores nas áreas residencial e industrial.

Dentro deste setor, havia também a Comissão de Voluntários de Defesa Contra Incêndios (CVDCI) que possuía como principal tarefa combater possíveis incêndios em Serra do Navio. Era formado por funcionários da empresa de setores variados e recebia treinamento especial no combate a incêndios. O grupo era constituído por cerca de 42 homens divididos em 4 unidades com: 1 capitão, 2 tenentes, 2 subtenentes, 4 bombeiros e 1 motorista. O grupo que estivesse de plantão trabalhava normalmente até as dezessete horas, Contudo, mantinha-se de sobreaviso para qualquer emergência. A partir de então ficavam "aquartelados", ou seja, entravam em regime de plantão num alojamento reservado da vila até as sete horas da manhã do dia seguinte. Durante a fase das chuvas, este grupo quase não era solicitado, no entanto, no período de estiagem, o corpo voluntário chegava a receber algumas solicitações, mas sempre de áreas adjacentes como Pedra Branca[106], cidade mais próxima a Serra do Navio.

Desse modo, percebe-se a criação de vários setores dentro da empresa com o principal intuito de auxiliar a administração a obter o máximo de controle da vida cotidiana dos moradores de Serra do Navio. Todos os setores da empresa, assim como seus diferentes segmentos de trabalhadores eram vigiados diariamente. No entanto, tal prática gerava efeitos diferenciados em sua população. Daí a criação de mecanismos voltados não apenas para vigilância, mas também para o entretenimento das famílias operárias.

A divisão de educação tratava de ocupar ao máximo a jornada diária das crianças, onde, além das disciplinas obrigatórias da grade curricular, eram oferecidas várias opções de cursos livres, especialmente na área de educação física e artística, como natação, ginástica artística, basquetebol, vôlei, desenho, pintura, teatro amador, dentre outros.[107]

Aos homens, além da longa jornada de trabalho, havia a opção do MEC, no final do dia até a hora do recolhimento. Contudo, ao longo da semana dificilmente estes possuíam muito tempo livre. Por isso, a tarefa mais difícil para a administração de Serra do Navio foi organizar o cotidiano das mulheres na vila.

A maioria quase absoluta dos trabalhadores em Serra do Navio era do sexo masculino. Portanto, com a exceção das mulheres que ocupavam cargo de professoras e enfermeiras, e outras que chegaram a trabalhar no centro cívico ou comercial, havia uma grande taxa de desemprego funcional entre elas. Segundo alguns entrevistados, as mulheres seriam

[106] BOMBEIROS voluntários em alerta dia e noite. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n.7, jul., 1964, p. 2 e 3.
[107] TEATRO amador ganha força em Serra do Navio. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n. 12, dez., 1964, p. 21.

responsáveis pela principal causa de pedido de dispensa durante o início da década de 1960, principalmente entre os funcionários da região Centro-sul. As longas jornadas de trabalho dos maridos, aliadas ao cotidiano repleto de atividades dos filhos, geralmente levavam à sensação de isolamento e, com isso, à pressão para que o marido pedisse demissão e voltasse ao seu lugar de origem.

Segundo um entrevistado, o mesmo "preferia ficar trabalhando até tarde do que ir para casa e acabar brigando com a mulher" (informação verbal).[108]. Segundo este, a situação de submissão da mulher em relação ao homem no contexto de Serra do Navio e a longa jornada de trabalho levava a um agravamento dos desentendimentos entre os casais, onde em certas ocasiões (por exemplo, a inversão ou mudança do turno de trabalho) seria mais prático se omitir do que negociar com seus superiores, o que ocasionaria uma contestação direta a uma política da empresa.

Por causa desses problemas, a Divisão de Administração da vila procurou criar um grande programa de atividades de lazer e entretenimento dedicado especialmente ao grupo feminino não empregado. Foram criados concursos e festas periódicas no principal clube social da vila, o MEC com o objetivo de ajudar no processo de socialização destas mulheres. Posteriormente, foi criada a Associação das Senhoras de Serra do Navio (ASSNAV), uma associação formada exclusivamente por mulheres em Serra do Navio. Este grupo teve como objetivo inicial ajudar as mulheres de funcionários recém-contratados no processo de adaptação à localidade e realizar várias atividades beneficentes para angariar fundos destinados à população do entorno,[109] principalmente no período das festas de fim de ano.

Contudo, com o decorrer dos anos, esta associação passou a interferir de forma crescente em assuntos diretamente ligados à administração da vila. Segundo entrevistados, a ASSNAV teria se tornado os "olhos da empresa" onde a vigilância não tinha acesso, ou seja, participava todos os detalhes das visitas íntimas feitas periodicamente às casas das famílias dos funcionários (informação verbal).[110] Esta prática possibilitava à empresa estar a par de objetivos e metas das famílias, como, por exemplo, se tinham intenção de continuarem na empresa, ou viajar nas férias, ter mais filhos, dentre outros.

---

[108] VERGOLINO, José Ortiz. Engenheiro, 65 anos. Entrevista realizada em 24 de maio de 2004 em Vila Amazonas, Santana, Amapá.

[109] ASSNAV promove bingo para dar ajuda na Serra. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 2, n. 24, dez., 1965, p. 9.

[110] VERGOLINO, José Ortiz. Engenheiro, 65 anos. Entrevista realizada em 24 de maio de 2004 em Vila Amazonas, Santana, Amapá.

Não obstante, o setor mais influente dentro da vila era a Divisão de Administração. Esta tinha, dentre outras funções, coordenar as atividades de todos os serviços. Seu chefe era indicado pela empresa e possuía tanto respaldo dentre os moradores que passou a ser chamado de "prefeito" pelos habitantes (informação verbal)[111]. Outra importante função deste setor era organizar a vida social dentro da vila. Por causa disso, a administração do MEC, incluindo suas festas e competições de várias modalidades esportivas, ficava sob a responsabilidade do "prefeito".

As festas e competições esportivas eram um elemento acentuado na vida da maioria dos ex-funcionários da ICOMI entrevistados. Segundo os mesmos, depois do trabalho eram as lembranças mais marcantes daquela localidade. No entanto, ressaltam-se algumas características peculiares identificadas em ambas as práticas. Elas possuíam objetivos que iam além do simples entretenimento de sua população. Eram práticas onde se exercia, de forma simbólica, as relações de poder da empresa sobre seus trabalhadores.[112]

3.3 "VIDA NO CORAÇÃO DA FLORESTA": AS CONTINUIDADES E INTERMITÊNCIAS DO CALENDÁRIO "ICOMIANO"

O cotidiano em Serra do Navio era marcado por uma grande circulação de pessoas. Ocorriam mudanças bruscas no número de habitantes ao longo do ano e, às vezes, de uma semana para outra. Dependendo do período, um inchaço populacional ou vazio demográfico tomava conta da Serra. De maneira geral, pode-se dividir o "calendário icomiano" em dois períodos: o do trabalho e o das férias de fim de ano.

O tempo do trabalho abarcava praticamente o ano inteiro. Ia da segunda metade de janeiro até a primeira quinzena de dezembro de cada ano, com exceção das crianças em idade escolar, que tinham dois períodos de férias: um no mês de julho e outro na mesma época das férias de seus pais. Mas um aspecto em particular chamava atenção em Serra do Navio. Era o posicionamento da empresa em dar férias para quase todos os funcionários no fim do ano.[113] O procedimento acarretava numa necessidade de apoio logístico tão grande que passou a ser chamado de "operação férias coletivas".

---

[111] PENANTE, Antônio Vasconcelos. Aposentado, 72 anos. Entrevista realizada em 03 de junho de 2006 em Serra do Navio, Amapá.

[112] BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

[113] Prática bastante incomum, considerando-se as indústrias de mineração em funcionamento atualmente na Amazônia, onde as férias são concedidas em regimes de escala para não diminuir a produção. Ver: MONTEIRO, Maurílio de Abreu. 2005. Op. cit. p. 141-187.

A empresa concedeu férias pela primeira vez a seus funcionários ao final do ano de 1963. Dos 1192 funcionários da empresa, apenas 328 permaneceram trabalhando e somente por questões de segurança, no limite, para reparar o patrimônio da ICOMI. Entre os dias 14 e 16 do mês de dezembro de 1963, 1526 pessoas entre funcionários da ICOMI e seus familiares deixaram Serra do Navio com destino a Macapá, Belém e outras várias cidades do Brasil. Era um movimento de mais de 564 pessoas alocadas em 4 viagens diárias com destino a Belém. De lá estas famílias tomavam outros vôos para diferentes capitais no país.[114]

Neste ano, 201 pessoas foram para Belém, 19 foram para o Rio de Janeiro, 14 foram para São Paulo, 12 para São Luiz, 10 para Vitória, 9 para Fortaleza, 8 para Porto Alegre e Natal, 7 para Salvador e 6 para Recife. Contudo, o grande fluxo de pessoas para cidades do Nordeste não significava que estas famílias tivessem suas origens ligadas a estas cidades. Estes viajantes se deslocavam por atração às praias do litoral nordestino.[115] Já no ano seguinte, a operação se repetiu sob a supervisão direta da gerência da empresa no Amapá. Desta vez, com um grupo de 607 pessoas, sendo que dentre estes, 60 fretaram um navio chamado "Rosa da Fonseca", o qual contornou a costa brasileira até o Rio de Janeiro, fazendo escalas em Fortaleza, Recife e Salvador.[116]

No entanto, o que mais chamava atenção em Serra do Navio era a quantidade de festas e cerimônias realizadas na vila residencial e na área industrial ao longo do ano. Havia festas consagradas no calendário oficial da empresa e outras organizadas de improviso entre funcionários para a diversão dos mesmos. Nestas ocasiões, geralmente a vila ficava lotada de parentes dos funcionários que iam para Serra do Navio de trem com o único objetivo de participar dos festejos. Outra característica presente nessas festas eram as competições organizadas pela administração da ICOMI. Torneios de futebol, concursos de beleza, eleição dos melhores funcionários, escolha da casa mais bem cuidada, dentre outros, faziam parte do cronograma da maioria destas comemorações.

As intermitências oficializadas no calendário da ICOMI começavam com o carnaval, passavam pelas comemorações do aniversário da empresa em maio, pelo Círio de Nossa Senhora de Nazaré em outubro e encerrava com a Festa da Mina e a confraternização de final de ano da empresa no início de dezembro. Nem mesmo a inauguração da revista "ICOMI-Notícias" em janeiro de 1964 escapou às comemorações:

---

[114] ÊXITO na "operação férias coletivas". **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, fev., 1964, p. 2 e 3.
[115] ÊXITO na "operação férias coletivas". Op. cit. p. 2 e 3.
[116] FÉRIAS coletivas. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n 12, dez., 1964, p. 3.

> Para dar os votos de boas vindas aos companheiros e suas famílias que regressavam das férias coletivas, o Santana e o Manganês levaram a efeito, nos dias 18 e 19 de janeiro passado, concorridas e animadas festas. Na oportunidade, verificou-se o lançamento de "ICOMI-Notícias", sendo a revista recebida com grandes aplausos e vivas de simpatia.[117]

O carnaval, assim como a maioria dos festejos realizados em Serra do Navio, obedecia à particularidade de ser realizado dentro do salão de festas do MEC e eram comemorados no dia que a empresa determinasse e deveria obedecer a alguns critérios como, no caso específico do carnaval, a proibição das mulheres usarem "fantasias ousadas" para não constranger as famílias presentes (informação verbal)[118].Os festejos iniciavam após o almoço com o baile infantil e à noite ocorria o baile adulto, onde também era escolhida a rainha do carnaval.[119]

Já o círio de Nazaré era comemorado em Serra do Navio na mesma data da procissão em Belém (por volta da segunda semana de outubro). A comemoração do Círio em Serra do Navio pode ser explicada pela grande quantidade de paraenses trabalhando na ICOMI. Segundo dados da própria revista, cerca de um quarto dos operários de Serra do Navio eram paraenses.[120]

Assim como na capital do Pará, o Círio era antecedido de novenas e outros cerimoniais preparatórios. No sábado, efetuava-se a trasladação da imagem que, em 1963, "partiu da Vila Operária, nº 116, para o cinema, tendo percorrido grande número de ruas da cidade. No domingo teve lugar a procissão do Círio, que, acompanhada por cerca de mil pessoas, voltou a percorrer as ruas da cidade até a igreja.[121] Além disso, um grande "arraial de Nazaré" era montado na vila com comidas típicas paraenses e outras características semelhantes ao arraial montado em Belém.

Outra festividade que, em seu principio, tinha o acompanhamento de comidas próprias do Pará era a "Festa da Mina" em dezembro. Essa comemoração era efetuada no segundo fim de semana desse mês e se caracterizava como uma homenagem ao dia de Santa Bárbara, considerada a padroeira dos mineiros. Ate o ano de 1963, era comemorado no salão de festas do MEC, onde era oferecida uma "grande maniçoba" (comida típica do Pará) aos "convidados

---

[117] LANÇAMENTO foi festa. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n.3, mar., 1964, p. 1.
[118] VERGOLINO, José Ortiz. Engenheiro, 65 anos. Entrevista realizada em 24 de maio de 2004 em Vila Amazonas, Santana, Amapá.
[119] AS RAINHAS do carnaval. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n.3, mar., 1964, p. 29.
[120] DOS 1200 funcionários da empresa ICOMI no Amapá, mais de 250 eram paraenses. Manganês: vida no coração da floresta. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n.1, jan., 1964, p. 8 a 12.
[121] NOSSA Senhora de Nazaré na Serra. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jan., 1964, p. 17.

especiais" preparada pela esposa de um dos funcionários. Nesta ocasião também eram escolhidos o "mineiro do ano" e a "rainha dos mineiros".[122]

A partir do ano de 1964, houve algumas alterações no cronograma deste festejo que aparentemente perduraram até o fim das atividades da empresa no Amapá. O Dia de Santa Bárbara iniciava com uma procissão pelas ruas da cidade até a igreja. Neste local, uma quermesse era organizada para os funcionários e familiares católicos. Logo depois, a imagem era levada até o MEC onde era alvo de inúmeras homenagens como: foguetório, entrega de presentes e pedidos. Neste local, as comemorações iam até ao amanhecer, quando então o evento era deslocado para o "Espigão Terezinha", nome do principal local de extração de manganês em Serra do Navio. Lá, um grande palco era montado ao lado do altar e um banquete era servido aos "mineiros" e seus familiares, no qual constava como prato principal o churrasco. A organização ficava a cargo de um grupo montado no início do ano e que também tinha a responsabilidade de arrecadar verbas para a realização do evento.

Durante as comemorações de Santa Bárbara, também eram entregues cheques individuais contendo valores variados referentes ao que a ICOMI denominou de "abono incentivo". Os valores variavam de dois a cinco salários mínimos e eram pagos aos funcionários considerados mais produtivos, disciplinados e assíduos ao longo do ano, independentemente da gratificação natalina (mais conhecida por décimo terceiro salário).

A empresa usava como referência relatórios mensais entregues pelos encarregados de cada setor, onde para cada item era criada uma pontuação correspondente. Esta pontuação por sua vez, era convertida em cifras e então, dependendo da pontuação alcançada, um valor específico era pago pela empresa ao funcionário. Posteriormente, alguns funcionários começaram a exigir o pagamento obrigatório desta gratificação na justiça, o que acarretou mudanças na forma de pagamento da mesma pela ICOMI.

Mas, era no mês de maio que se realizava a maior festividade do ano na visão da administração da empresa. Tratava-se do aniversário da ICOMI. Este festejo adquiriu um significado especial, tanto para os dirigentes da empresa quanto para seus empregados. Na data do aniversário (08 de maio), além das comemorações e torneios de futebol realizados em Serra do Navio, onde equipes como Paysandu e Remo jogavam com o time de futebol formado exclusivamente por funcionários da ICOMI, o MEC, havia o ritual de premiação dos funcionários "decenalistas".

[122] MINEIRO tem seu dia na Serra. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n.3, mar., 1964, p. 6.

Esta cerimônia de premiação, que consistia na entrega de um relógio com o símbolo da empresa ao funcionário, significava a transformação do mesmo em estável; nesta prática ocorria a absorção de uma série de vantagens dentro da empresa. Este relógio simbolizava a prestação de serviço por dez anos consecutivos do empregado à ICOMI.[123] No ano de 1963, 61 funcionários alcançaram a estabilidade dentro da ICOMI, 38 em 1964, e 58 em 1965.[124] Geralmente, essa premiação era acompanhada de promoção de cargo e aumento salarial.

49	João Sacramento Cardoso	21-02-49
304	Raimundo Rabelo	06-03-51
316	Lauro Santana	02-04-51
93	Luiz Oliveira dos Santos	02-05-50
495	Esmaelino de Oliveira	24-09-52
685	Hipólito Tomaz Vieira	15-10-52
190	Oscar Ferreira Pantoja	26-09-50
715	Antenor Fróes de Carvalho	22-12-52
442	Oscar Cardoso Carvalho	25-08-52
868	Raimundo Eugênio Lino	18-04-53
12	Joaquim Coelho Queiroz	13-04-48
55	Josino Paixão Maciel	10-04-50
177	Celso Marinho Gemaque	22-05-50
830	Raimundo dos Santos Oliveira	23-03-53
37	Raimundo Campelo da Silva	11-04-49
372	Evandro Cardoso Gonçalves	15-06-51
314	Arinildo Corrêa Maia	20-03-51
353	Marival da Silva Barbosa	03-05-51
412	José Duarte da Silva	1?-11-51
221	Geraldino Lopes P. de Souza	06-10-52
775	Manoel Danin Barbosa	19-01-53
53	Benedito Alves Rodrigues	19-01-50
806	João Pinheiro dos Santos	12-02-53
696	Francisco Chagas e Silva	20-11-52
11	Odilon Barbosa da Silva	07-02-51
3	Henry Ovide Lucien	01-03-48
513	Raimundo Izaias Vilhena	01-03-50
825	Antonio Cordeiro Pinto	10-03-53
18	Deusdedith Rodrigues Moreira	04-06-49
189	Francisco Cantuária Nascimento	13-01-50
817	Lázaro Gomes	26-02-53
71	Paulo da Costa Reis	03-04-50
550	Sebastião Antonio Vilhena	04-05-51
43	Antonio Alves de Jesus	22-04-50
536	Walter Hyacinth	16-12-50
199	Antonio Alves de Souza	19-01-50
820	Washington Mendes Ferreira	01-03-53
759	Elias Quemel	15-01-53
1202	Raimundo Ferreira de Morais	27-10-50
1204	Abelardo de Macedo Baena	25-05-51
1207	Atílio de Sena Gentil	16-12-51
17	Honorato Tenório Barbosa	02-09-51
1024	Miguel Del Tetto Filho	06-11-52
1020	Renato Bicelli	01-10-52
2	Mario Cruz	10-06-51
795	Francisco Adail de Lima	09-02-53
1023	Paulo Pereira Tôrres	03-11-52
38	Guilherme de Brito Lobo	01-07-52
828	Francisco Almir de Lima	16-03-53
1010	José Chagas Lara	14-06-50
1205	José Alves de Oliveira	29-07-51
9006	Hans Knoeller	24-01-51
9306	Wilson Augusto Mendes	15-07-51
9602	Oswaldo Luiz Senra Pessoa	16-09-51

Quadro 1- "Decenalistas" premiados em 1963
Fonte: ICOMI-Notícias (ano 1, n.5, maio, 1964, p. 4)

Nesse contexto, verifica-se um fenômeno diferenciado em Serra do Navio: a criação de um conjunto de símbolos,[125] práticas e datas onde o trabalhador e seus familiares,

[123] PRÊMIOS para novos estáveis. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, maio, 1964, p. 4.
[124] FESTIVIDADES e premiação assinalaram mais um aniversário da ICOMI. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 2, n. 17, maio, 1965, p. 4.
[125] Como, por exemplo, O SÍMBOLO da empresa criado em 1965. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 2, n. 14, fev., 1965.

aparentemente, encontravam-se submetidos à ICOMI. Ou seja, esta aparente submissão do trabalhador à empresa em Serra do Navio se dava pela imposição de normas proibitivas, mas também a partir de práticas de proteção e recompensa, como no caso do pagamento do "abono incentivo" e do recebimento do relógio da ICOMI para os "decenalistas". Mas também havia a tentativa de desmobilização dos trabalhadores por meio de invenção de tradições.[126]

Sobre isto, pode-se citar alguns exemplos, como o dia da "Festa da Mina" e o dia do aniversário da empresa. No primeiro caso, teria havido uma inversão por parte dos trabalhadores, visto que nos primeiros anos a comemoração ficava restrita aos salões do MEC, além de ser discretamente comemorada. Com o passar dos anos, percebe-s e que houve uma reinvenção e ritualização do evento por parte da empresa, sob pressão dos trabalhadores, no sentido de democratizar e prolongar as homenagens à padroeira. Contudo, algumas características como o almoço com comidas típicas do Pará são modificados por outras práticas culturais mais presentes entre os funcionários da região Centro-sul, como o churrasco.

Em relação às comemorações do aniversário da empresa, notou-se uma inversão em favor desta, pois fica explícita a vontade da ICOMI de incorporar outras datas, como o dia das mães (segundo domingo de maio) e o dia mundial do trabalhador (dia primeiro de maio) ao aniversário. As vantagens e aumentos que normalmente são anunciados no dia do trabalhador passam a ser anunciados no dia 08, e não no dia 01, como é de práxis nas principais cidades, enquanto que a data das mães geralmente era marcada mais por homenagens à empresa do que a elas.

Portanto, não se nega a existência de um conjunto de práticas articuladas pela empresa, no sentido de submeter seus trabalhadores aos valores defendidos por esta, tampouco a questão da interiorização de muitas destas "tradições inventadas" pelos trabalhadores de Serra do Navio. Mas, deve-se acrescentar, a partir da perspectiva destes, como viam a implementação destes sofisticados mecanismos de controle e disciplinarização (ou até mesmo se estes entendiam tais práticas como mecanismos de dominação) em Serra do Navio. É preciso entender no que isto influenciou seus trabalhadores, assim como se os mesmos assimilavam, ressignificavam ou resistiam a estas práticas.

[126] Sobre o processo de "invenção de tradições em Serra do Navio, destaca-se que havia tanto a tentativa de legitimação da instituição quanto a de inculcação de idéias, sistemas de valores e padrões de comportamento. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. Op. cit. p. 17.

3.4 DISCIPLINA RÍGIDA: AS CONTRADIÇÕES DA "CIDADE DO MANGANÊS"

A criação e a construção da vila Serra do Navio obedeceram a vários preceitos de caráter técnico para potencializar um modelo de administração que já havia sido implantado pela empresa desde a chegada dos primeiros trabalhadores ao local. A vila Serra do Navio começou a ser construída em 1955, sendo inaugurada em 1959. Antes desde período, os trabalhadores da empresa ficavam em acampamentos localizados às margens do Rio Amapari. Quando a vila foi inaugurada, sua organização espacial expressava uma série de normas e práticas com o objetivo de garantir o controle sobre os moradores (Esquema 1).

Em uma entrevista ao jornal "O Estado de São Paulo",[127] Walter Gurjão, (após Serra do Navio ter se transformado em município 1992, tornou-se prefeito nas eleições de 1996), que havia trabalhado 28 anos na ICOMI, relata que mesmo antes da construção da vila havia uma disciplina rígida imposta pela empresa aos funcionários e familiares. Segundo ele, uma lista de normas era entregue ao trabalhador numa folha de papel assim que o mesmo desembarcava no porto.

Dentre as principais medidas, Gurjão destaca a existência diária do toque de recolher às 20 horas. Assim, quem fosse encontrado fora das barracas, ou, após a inauguração da vila, andando pelas ruas fora do horário determinado, era imediatamente detido pela polícia da empresa, demitido e levado de volta com seus familiares a Macapá. Outro aspecto destacado na entrevista foi o programa de controle de natalidade implementado pelo serviço médico da empresa que, segundo o ex-funcionário, visava controlar o tamanho das famílias em Serra do Navio.

Indicando meios anti-conceptivos aos casais que já possuíssem filhos, os médicos da empresa, na ótica de Gurjão, tinham como principal intuito evitar proles numerosas; o que oneraria as despesas da firma com educação. Destaca-se que, em Serra do Navio, de 1959 até 1992, quando a vila foi transformada em município, a escola, o hospital, o supermercado, o clube, os serviços de luz, de água e de esgoto, a coleta de lixo e os demais serviços eram todos oferecidos, mantidos e custeados pela ICOMI, embora alguns entrevistados destaquem a presença de pequenos descontos em seus vencimentos, justificados pela empresa para a manutenção dos serviços oferecidos na vila.

Os gastos dos funcionários também seriam controlados pela empresa. Gurjão afirma terem ocorrido visitas periódicas de fiscais às casas dos funcionários no sentido de investigar

---

[127] GURJÃO, Walter. Entrevista. **Estado de São Paulo**, São Paulo, abr., 1998. Disponível em:< www.estadao.com.br>. Acesso em: 10 set. 2008.

se os mesmos gastavam seu dinheiro com objetos considerados supérfluos, com bebidas ou se havia algum comprometimento nas estruturas das residências. Assim, até as visitas recebidas pelos funcionários eram fiscalizadas e vigiadas. Se eles descumprissem alguma das regras impostas pela empresa, eram imediatamente retirados da vila, enquanto que o funcionário responsável recebia uma advertência e ficava proibido de trazer ou convidar o visitante novamente.

Desta maneira, Gurjão relata: "Éramos treinados para pensar e agir de acordo com aquilo que a Icomi queria".[128] Por fim, declara que a empresa disponibilizava quase tudo aos funcionários, só não tolerava indisciplina. Dessa maneira, percebe-se, à primeira vista, a inexistência quase total de autonomia dos trabalhadores durante as atividades de exploração do manganês em Serra do Navio, assim como o entendimento por parte do trabalhador de uma palavra-chave na filosofia da empresa: disciplina.

No entanto, as "normas de convívio", termo usado pelos dirigentes da empresa para designar este conjunto de regras impostas pela administração aos funcionários e seus familiares em Serra do Navio, não se restringiam às já citadas. Além dessas, havia outras várias proibições em Serra do Navio, tais como: levar as sobras da comida do restaurante para casa, guardar bebida alcoólica em casa, criar animais de estimação, ligar aparelhos de rádio e televisão depois do horário estabelecido, pintar ou modificar de qualquer forma a estrutura das residências, realizar atividades de comércio sem o consentimento da administração, dentre outras (informação verbal)[129] (Esquema 1).

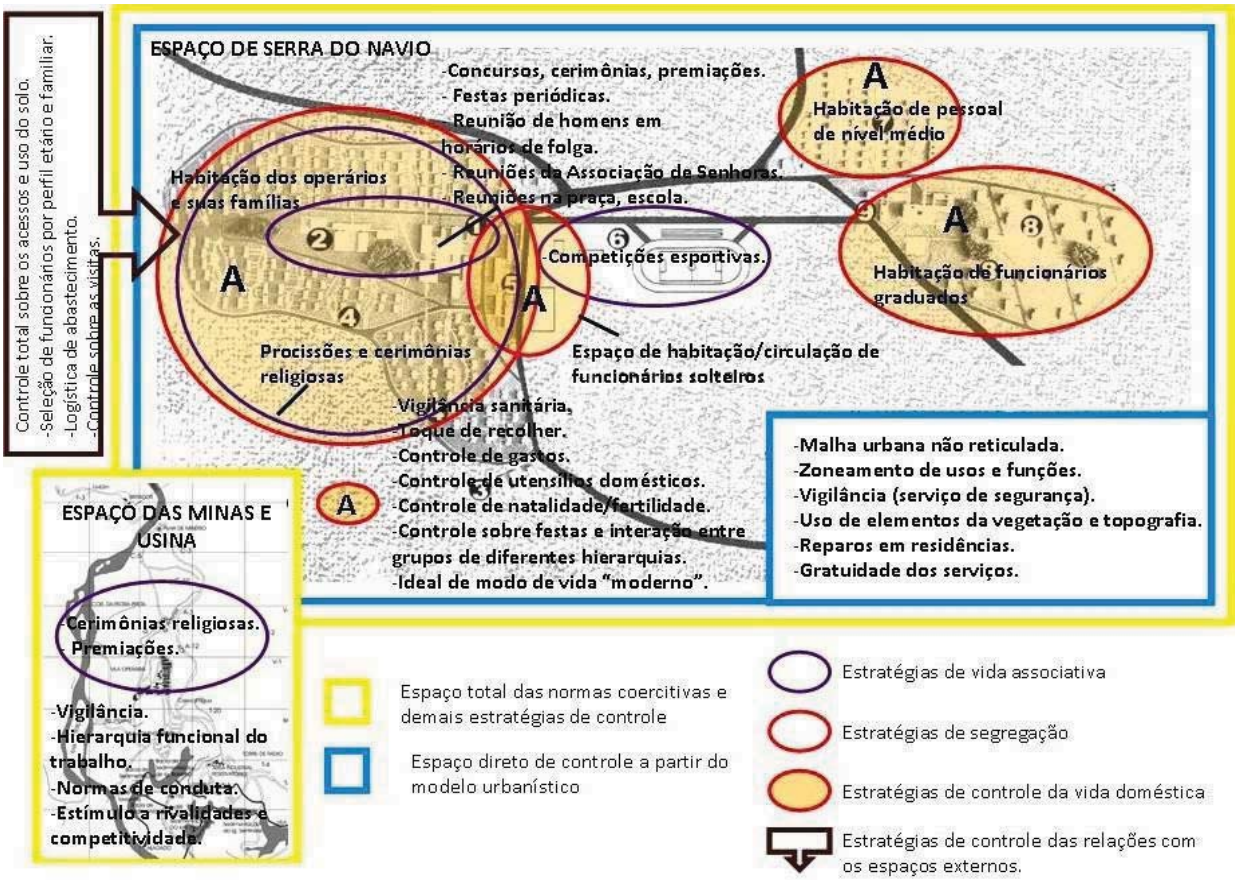
Contudo, havia um conjunto de normas particularmente direcionadas aos funcionários solteiros em Serra do Navio. Como já visto anteriormente, havia uma preocupação do arquiteto, desde a fase de elaboração do projeto arquitetônico da vila, com o local e o modo como este grupo deveria se comportar naquele espaço. A preocupação era evitar o contato destes com as famílias dos demais funcionários. Depois de inaugurada a vila, e empresa ICOMI resolveu criar um conjunto de normas específicas para esses trabalhadores. Figuram dentre estas proibições: freqüentar residências de funcionários casados quando estes lá não estivessem, receber visitas do sexo oposto em seus alojamentos (a exceção era nos dias de festas quando a empresa às vezes liberava a entrada de parentes, desde que pernoitassem nos quartos destinados a homens ou a mulheres), manter relações afetivas (independentemente de

[128] GURJÃO, Walter. Op. cit.
[129] VERGOLINO, José Ortiz. Engenheiro, 65 anos. Entrevista realizada em 24 de maio de 2004 em Vila Amazonas, Santana, Amapá.

relações sexuais) com outro funcionário ou parente de funcionário e, em especial, ter relação afetiva com funcionário(a) casado(a).

A ocorrência dessas inúmeras normas aos trabalhadores e seus familiares era vista pela administração da empresa da seguinte maneira: segundo os mesmos, "Serra do Navio não era uma vila qualquer, era uma vila de trabalho" (informação verbal).[130] Assim, revela-se uma discussão muito pertinente às *Company Towns*: a imbricada relação entre espaço público e espaço privado em cidades construídas e/ou administradas por empresas

[130] VERGOLINO, José Ortiz. Engenheiro, 65 anos. Entrevista realizada em 24 de maio de 2004 em Vila Amazonas, Santana, Amapá.



Esquema 1- Mapeamento esquemático de normas e práticas em Serra do Navio
Elaboração: Estevão Barbosa (2009).

Segundo Goffman[131], em espaços isolados percebe-se um fenômeno que pode ser entendido como extensão ilimitada do espaço público sobre o privado, em que a firma exerce um controle tão grande sobre seus funcionários fora dos locais de trabalho que passa a influenciar diretamente na vida deste e seus familiares, de tal modo que os mesmos passam a ser incorporados pelo que o autor chama de "instituição total". A existência de uma relação de dependência cria vínculos de subordinação tão grandes entre os habitantes e a instituição que a vida destes passa a funcionar 24 horas em função da empresa.

Ainda sobre a questão, Lopes[132] identifica que nem sempre este espaço é compatível com a vida dos moradores onde, na maioria dos casos, o ônus da prova cabe às mulheres dos funcionários por terem um espaço mais reduzido no mercado de trabalho, o que conduz a um conflito constante entre pertencer a um espaço urbano diferenciado da maioria das cidades, mas transitório e organizado de modo alheio ao seu modo de vida, ou possuir maior

[131] GOFFMAN, Erving. **Relations in Public:** microstudies of the public order. Nova York: Basic Books, 1971.
[132] LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit.

autonomia indo para cidades que ficam no entorno, mas que por conta do aumento populacional e falta de recursos têm sua distribuição de serviços essenciais bastante precária.

No entanto, deve-se salientar que se há controvérsias sobre a dinâmica de gestão que envolve, de modo geral, a *Company Town* de Serra do Navio. Havia, sem dúvida, grupos sociais a aceitar e elogiar o modelo de cidade-empresa criada nesta localidade à época dos anos iniciais do empreendimento desenvolvido pela ICOMI no Amapá.

Por exemplo, era comum em alguns jornais do então Território Federal do Amapá e estado do Pará ao final da década de 1950 e início da década de 1960 a publicação de reportagens ufanistas sobre o projeto desenvolvido em Serra do Navio.[133] Em várias matérias são exaltados os esforços dos indivíduos que trabalhavam diariamente com o único fim de buscar o desenvolvimento para o Território Federal do Amapá.[134]

Outra reportagem emblemática à época coube a uma renomada escritora brasileira, Rachel de Queiroz, a partir de uma visita a Serra do Navio. Sob o título de "viagem à Amazônia", publicada na revista "O Cruzeiro" (Revista de periodicidade semanal de grande circulação nacional na década de 1960) no dia e mês do aniversário da empresa em 1963 e republicado dois anos depois no periódico "ICOMI-Notícias", a autora inunda Serra do Navio de elogios que, dentre outros, apontava a vila e a empresa ICOMI como "um milagre dentro da região Amazônica".[135] O fato de ser a vila equipada com vários equipamentos e serviços urbanos ímpares na região e, principalmente, ter sido supostamente construída com dinheiro da mineração e não com verba pública como Brasília, impressionaram a autora, que aponta a diversidade cultural decorrente da origem variada dos trabalhadores em Serra do Navio como uma "verdadeira amostragem da população brasileira".[136]

Como já mencionado, há um conjunto de opiniões díspares com relação ao projeto empreendido pela ICOMI em Serra do Navio. Contudo, deve-se lembrar que a viagem realizada pela escritora e por grande parte dos jornalistas que chegaram a conhecer Serra do Navio foi patrocinada por um programa turístico viabilizado pela empresa na década de 1960. É importante não acreditar ingenuamente nas informações contidas nestas fontes, ao mesmo tempo em que não se pode ignorar o fato de que esta opinião pública teve seu papel no processo de formação de opinião sobre o projeto.

---

[133] JORNAL DO AMAPÁ E FOLHA DO NORTE, 1954-1965.
[134] LIBERAÇÃO do TRT para a empresa trabalhar nos fins de semana e feriado na EFA. **Jornal doAmapá**, 1954.
[135] VIAGEM à Amazônia. **ICOMI-Notícias**, maio, 1965, n. 17, p. 1.
[136] VIAGEM à Amazônia. Op. cit. p. 1.

Mas, considerar apenas estes tipos de fonte de forma denunciativa desvia o foco central do presente trabalho, pois nem a reportagem de Rachel de Queiroz, tampouco a entrevista de um ex-funcionário a um jornal de circulação nacional podem representar como se deu a participação dos grupos de funcionários da vila de Serra do Navio ao longo do projeto de extração de manganês no Amapá; e de que qual modo estes se comportavam diante das normas citadas.

No caso de Serra do Navio, acredita-se que grande parte dos mecanismos implementados pela ICOMI com o objetivo de controlar de forma satisfatória todos os momentos da vida de seus trabalhadores tenha obtido êxito total. No entanto, o objetivo mais importante aqui é compreender como se construíram estas táticas de dominação e como os trabalhadores se comportavam diante destas normas. A partir deste momento, discutir-se-á de modo pormenorizado as principais estratégias elaboradas pelos trabalhadores para se adaptar ao cotidiano imposto pela empresa em Serra do Navio. Como estes se comportavam diante das diferentes políticas restritivas implementadas pela empresa e, finalmente, como se dava o processo de assimilação, negociação ou repúdio a estas.

4 TRABALHO, LAR E (IN)DISCIPLINA

Os trabalhadores aposentados de Serra do Navio são quase unânimes, quando rememoram suas histórias de vida nas entrevistas, bem como ao identificarem o seu cotidiano como sendo marcado por muito trabalho e disciplina. Já as reclamações trabalhistas efetuadas por dezenas de trabalhadores do mesmo local durante o funcionamento da Comarca do Trabalho de Macapá, inaugurada em 22 de março de 1973,[137] apontam para um prognóstico um pouco mais conturbado.

Ao longo dos anos em que a ICOMI atuou no Amapá, foram registrados 316 processos trabalhistas contra ela. Embora, apenas 51 contenham efetivamente reclamações trabalhistas, pois na maioria dos casos tratava-se de acordos formais entre empresa e empregado cuja mineradora, por meio de seus advogados, oficializava junto à Justiça do Trabalho o pagamento de direitos trabalhistas referentes a adicional por antiguidade e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a alguns funcionários antigos ou mesmo aos recém-dispensados. Cabe salientar que somente os processos que contém reclamações trabalhistas efetuadas pelos trabalhadores de Serra do Navio são analisados no presente trabalho.

Ainda assim, a partir destes 51 processos com reclamações trabalhistas, foi possível localizar a origem do reclamante apenas em 35 deles. Vinte e uma (21) reclamações foram efetuadas por ex-trabalhadores de Serra do Navio e 14 (quatorze) por ex-empregados do escritório e da área do porto em Santana. As 21 reclamações trabalhistas realizadas por ex-funcionários da ICOMI com origem em Serra do Navio possuem objetos diversos (sendo comum também a existência de mais de um objeto em cada reclamação, geralmente referentes à questão salarial, mas o conteúdo de algumas destas reclamações junto à existência de 7 (sete) pedidos de contestação de dispensa por justa causa revelam um mundo do trabalho peculiar, marcado não apenas pelas atividades de mineração nas jazidas e na área de beneficiamento do manganês, como também por um forte controle exercido pela empresa sobre os trabalhadores por meio de diversas normas disciplinares que valiam tanto no horário de trabalho, quanto nos momentos de descanso na vila operária e, por último, pela resistência de alguns trabalhadores em se submeter a essas normas.

José Ortiz Vergolino relembra o pensamento da empresa a respeito da rígida disciplina imposta aos trabalhadores. Segundo o diretor: "[...] havia uma disciplina muito grande [...] por

[137]TRIBUNAL Regional do Trabalho da 8ª Região – Pará E Amapá: varas do trabalho. 2006. Disponível em: < htp//www.trt8.gov.br/varas.>. Acesso em: 11 set. 2006.

que aquilo não era uma cidade ou vila comum, era uma vila de trabalho, o espaço era vigiado [...] a gente obrigava o cara a ir dormir cedo, pra de manhã ele tá bom de trabalho" (informação verbal).[138]

Visando obter a obediência dos empregados e seus familiares às normas, os entrevistados lembram que a ICOMI contratou uma numerosa equipe de vigilantes, cujo objetivo principal era, além de vigiar o patrimônio da mineradora, fiscalizar constantemente os moradores nos mais variados setores da vila residencial e da área industrial.

A julgar pela proporção entre o número total de processos trabalhistas (que inclui os acordos já citados entre empresa e empregado) em relação aos processos com reclamações trabalhistas contra a ICOMI neste período (316 contra 51), pode-se dizer que a maior parte dos trabalhadores de Serra do Navio se adaptou ao controle exercido pela empresa. Contudo, estar adaptado não significa que estes trabalhadores obedeciam em todas as horas essas normas disciplinares. Como será abordado adiante, muitos aprenderam a conviver com as rígidas regras por meio de negociações bilaterais com a administração, enquanto outros driblavam algumas ordens, às vezes por atitudes sigilosas e em outras de maneira aberta, que com raras exceções, quando descobertas pela empresa, acarretavam geralmente no igual e imediato resultado de demissão por justa causa.

Além disso, há ainda outro elemento importante no cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio. Trata-se das medidas de proteção e recompensas tomadas pela empresa que, combinadas com as práticas coercitivas explícitas parece ter tido significativa influência num maior respeito e tolerância de muitos dos trabalhadores em relação à disciplina imposta a estes e seus familiares dentro dos domínios da empresa.

José Ortiz lembra que:

> A gente era demais paternalista. Se a pia da casa do operário entupia, a companhia mandava desintupir. A gente dava tudo pro funcionário, ele não tem que reclamar nada. A grama da frente da casa dele era a companhia que cortava, o que ele tinha pra reclamar? (informação verbal)[139]

A citação acima evidencia uma relação entre empresa e empregado aparentemente marcada também pelo "paternalismo". Mas, como nos lembra Thompson, deve-se ter cuidado com este termo, em vista do caráter geral que este pode evocar se não acompanhado de uma

[138] VERGOLINO, José Ortiz. Engenheiro, 65 anos. Entrevista realizada em 24 de maio de 2004 em Vila Amazonas, Santana, Amapá.
[139] Ibid.

devida contextualização, além de ser "uma descrição de relações sociais vistas de cima",[140] ou seja, que privilegia a visão dos grupos dominantes. Mais adiante será visto como algumas dessas práticas consideradas de cunho "paternalista" por parte da empresa eram assimiladas e ressignificadas no âmbito do cotidiano pelos "operários do manganês".

Pode-se apreender também que, na concepção da ICOMI (materializada na voz de um de seus diretores), a realização destas práticas retirava do trabalhador o direito à crítica. Mas, ao contrário do que a direção imaginava e queria que seus trabalhadores pensassem, alguns aposentados ao rememorarem suas trajetórias em Serra do Navio apontam insatisfações e disputas de companheiros de trabalho contra certos ditames da empresa e quando se recorre ao conteúdo das reclamações trabalhistas, as disputas se encontram em número bem maior e são mais evidentes. Nesse sentido, ao contrário do que o diretor alega e a ICOMI divulgou em seus relatórios ao longo das décadas de exploração das jazidas de manganês, a crítica em Serra do Navio existia e, mais do que isso, não vinha apenas das vozes dos funcionários de nível técnico e administrativo, tal qual nos aponta o relatório da companhia de 1972, chegava também pelos gestos e vozes dos "operários nativos".

Das 21 (vinte e uma) reclamações trabalhistas cujo reclamante foi identificado como sendo funcionário ou ex-funcionário do setor de operação em Serra do Navio, apenas dois tinham cargo de nível técnico (José Luiz Larraburre, engenheiro e José Coelho Queiroz encarregado de manutenção), os demais possuíam cargos de nível operário sendo, na maioria das vezes, operador de equipamentos (7). Havia também um (3) mecânico, um (3) vigilante, um (2) servente, um (2) motorista e um (2) escriturário.

Algo um pouco diferente já acontece com os ex-funcionários entrevistados cuja maioria quase absoluta pertencia a elevados cargos na hierarquia da empresa no momento da aposentadoria, embora a maior parte destes, com exceção de José Ortiz (empregou-se na firma como engenheiro aprendiz), tenham ingressado na empresa como "braçal", o cargo mais baixo que havia durante os primeiros anos de funcionamento da ICOMI.

As entrevistas e principalmente as reclamações trabalhistas apontam a existência de numerosos conflitos cotidianos em Serra do Navio. Inicialmente, traçaremos um percurso em torno dos conflitos e negociações cotidianas mais ligadas ao mundo do trabalho, todavia, buscando sempre enfatizar o grande grau de imbricação entre a área industrial e a vila residencial na manifestação e acirramento destes dissensos e consensos. Posteriormente,

[140] THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 29.

abordaremos mais especificamente as resistências cotidianas destes trabalhadores em seus momentos de lazer na vila operária.

4.1 TRABALHO DIUTURNO, PRODUTIVIDADE, HIERARQUIAS, RIVALIDADES E SOLIDARIEDADES EM SERRA DO NAVIO

De início, falaremos das disputas e negociações em torno da jornada de trabalho em Serra do Navio. Agostinho Oliveira Aguiar, casado, operador de equipamento, com data de entrada na companhia em 14/06/1978 e data de saída em 25/01/1983, disse por meio de seu advogado numa reclamação trabalhista contra a empresa, em 23 de junho de 1983, que: "[...] trabalhava por turno, em escala elaborada pela reclamada, que era prejudicial ao reclamante. Uma vez que, não era obedecido o período mínimo de descanso de 11 horas (Art. 66 da Consolidação das Leis do Trabalho-CLT), notadamente nos fins de semana ou feriado".[141]

O regime de trabalho em Serra do Navio era dividido em turnos, ou seja, numa escala que consistia basicamente na divisão da jornada de trabalho em dois períodos, onde o primeiro grupo de trabalhadores laborava geralmente das 7 às 12h e das 13 às 18h e o segundo das 18 às 24h e de 01 às 5h. O critério de escolha dos funcionários se dava através de um rodízio permanente entre as equipes que, segundo os entrevistados, parece ter existido desde o início das atividades da mineradora em Serra do Navio. Todavia, a manutenção do trabalho em regime noturno nos fins de semana e feriados parece ter levado alguns empregados a se voltarem contra a empresa, geralmente os funcionários com pouco tempo de serviço quando eram dispensados, como no caso citado.

Porém, os ex-empregados entrevistados, todos com mais de vinte anos de serviço na empresa, rememoram com orgulho o trabalho quase sem folga, e que em algumas semanas ia de domingo a domingo. Antônio Vasconcelos Penante, inspetor de obras aposentado, diz que durante os 35 anos em que trabalhou na ICOMI entrou de férias apenas uma vez. Pedro Antônio Silva Filho, mais conhecido como "Ceará-cachorro", encarregado de mecânico aposentado, com data de entrada em 1958 e saída em 1994, narra que em Serra do Navio o trabalho era cansativo, mas gratificante e lucrativo.

Pedro Filho relembra também que era comum o trabalhador continuar por horas depois do término do horário de serviço. Ele narrou que uma vez, tendo terminado o seu horário de trabalho às 18h, permaneceu até as 24h a pedido de seu supervisor para consertar em caráter de urgência um trator que teria de ser usado na mina ainda naquela noite. Nesses momentos, o

[141] Agostinho Oliveira Aguiar, nº 11.595, 1983.

funcionário tinha quase a obrigação de atender ao chamado da empresa sob pena de ficar "marcado" pela administração. Segundo Pedro filho, o funcionário que se negava a atender um pedido emergencial da empresa ficava "queimado" na direção, pois geralmente passava a ser visto como "preguiçoso" e na primeira oportunidade a empresa o demitia.

Segundo os entrevistados, a empresa sempre lhes pagou todas as horas extras prestadas, mas essa opinião não era consensual entre os empregados. José Luiz Larraburre, engenheiro, solteiro, natural do Estado de São Paulo, com data de admissão na companhia em 06/09/1972 e sem data de saída identificada, ajuizou reclamação trabalhista contra a ICOMI em 14/02/1975 pleiteando o pagamento de "horas extras prestadas no total de 1.182".[142] O trabalhador e a empresa chegaram a um acordo no dia da primeira audiência para a resolução da contenda.

Um importante elemento identificado nas reclamações trabalhistas eram as visões que a empresa e alguns empregados tinham dos intervalos na jornada de trabalho. Roque de Souza, operador auxiliar de equipamento, casado, com data de admissão na empresa em 06/07/1974 e data de saída em 03/08/1981, prestou reclamação trabalhista contra a empresa em 16/02/1982 exigindo a equiparação salarial, por que desde 1978 exercia a função de operador de equipamento, embora recebesse como auxiliar. Também reclamou o pagamento da diferença de aviso prévio e FGTS.

Sobre o não pagamento do aviso prévio e FGTS, a empresa argumentou que o funcionário havia sido desligado da empresa em 03/08/1981 "por ato de indisciplina, travou luta corporal no refeitório durante o horário de café com o seu colega de serviço, o Sr. Lucas Martins Lima, por motivo de futebol".[143] Diante disso, percebe-se que na visão de Roque de Souza, a briga com o outro funcionário não seria motivo de dispensa por justa causa, pois, como a empresa fez questão de ressaltar, a disputa teve lugar no refeitório que ficava na vila operária e na hora do café, portanto, estavam fora do local e horário de trabalho. Contudo, a empresa, vendo os dois espaços como sendo de sua propriedade, aplicou punição ao funcionário como se este estivesse no local de trabalho. Por conta deste modo de agir da administração, nesses casos o funcionário dificilmente escapava de uma demissão por justa causa, a não ser que recorresse junto à Justiça do Trabalho. É interessante perceber que a maioria dos entrevistados comungava da mesma opinião da empresa nesses casos.

Já em relação às perspectivas dos funcionários entrevistados e dos que manifestaram reclamações trabalhistas, percebe-se claramente uma diferença quanto às visões sobre a

[142] José Luiz Larraburre da Silva, nº 1591, 1975.
[143] Roque de Souza, nº 9775, 1982.

jornada de trabalho em Serra do Navio. Para os funcionários que prestaram reclamação trabalhista contra a empresa, a realização de trabalho em horário noturno e irregular, especialmente aos domingos e feriados, acarretando em várias horas extras ao longo do ano, era considerada uma afronta ao direito de descanso dos trabalhadores; enquanto que para os entrevistados fazia parte de uma negociação onde se buscava obter o reconhecimento, o prestígio e uma remuneração extra a partir da venda do tempo livre à empresa. Estes empregados, por gostarem da empresa e da vila, buscavam permanentemente a afirmação e quando possível uma promoção no emprego com o objetivo principal de continuar usufruindo suas vantagens que, segundo os entrevistados, eram principalmente a moradia e a escola (esta última geralmente para seus filhos, embora os entrevistados narrem alguns casos de empregados que concluíram o nível fundamental realizando o curso supletivo na escola de Serra do Navio).

Outro aspecto bastante comum e que chama atenção em Serra do Navio era o fato dos trabalhadores entrevistados freqüentemente se referirem à rotina do trabalho enfatizando mais as fases do ano em que se "tinha mais trabalho" do que à jornada de trabalho propriamente dita. O tempo do trabalho é lembrado a partir de períodos como o final de ano, quando a direção da empresa pressionava os funcionários de Serra do Navio a entregarem os relatórios com dados relativos à extração de manganês, ou o prazo para a entrega de uma encomenda, que variava geralmente de três a seis meses. A jornada de trabalho aparentemente era contestada apenas em casos de demissão e, consequentemente, ajuizamento de reclamação trabalhista contra a empresa.

Esse tipo de posicionamento por parte de alguns funcionários parece sofrer uma certa influência das noções de tempo caracterizada pelo relógio (e adotada pela empresa) em conflito com uma noção de tempo mais próxima da natureza e que, de certa forma, era adotada por alguns funcionários num período anterior ao início do empreendimento, especialmente pelos chamados "operários nativos".

Segundo as considerações de Thompson[144], o processo de interiorização de novos "costumes" por parte de grupos como camponeses com modos de vida mais tradicionais ocorre de maneira lenta e conflituosa, por isso acredita-se que esta confusão entre o tempo do trabalho em Serra do Navio possa também ter sido fruto dessas diferentes noções de tempo experienciadas e impostas a esses trabalhadores, sendo o segundo modelo resultado da

[144] THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 17.

assinatura da carteira de trabalho dos empregados, onde o mesmos ficavam submetido a uma jornada de trabalho.

Por conta disso, a venda do tempo livre e outros tipos de comportamento visando demonstrar capacidade de trabalho e comprometimento com a empresa eram incentivados por meio das já lembradas práticas de "proteção" e "recompensa" que oferecia prêmios e promoções aos funcionários considerados mais produtivos ao longo do ano. A premiação mais conhecida era o "abono incentivo", prêmio pago a alguns empregados de diferentes setores da empresa todos os anos no dia do aniversário da ICOMI, comemorado em 08 de maio.

Os critérios usados para o pagamento do "abono incentivo" são lembrados parcialmente, mas de forma consensual entre os entrevistados. Dentre todos, os principais eram: a produtividade, a assiduidade, o bom trato com os companheiros de serviço e superiores, o uso dos equipamentos de proteção, não ocorrência de acidentes no trabalho e a boa aparência. A avaliação dos operários era feita pelos chefes de setor.

Porém, segundo alguns entrevistados, estes quesitos foram repetidas vezes contestados pelos trabalhadores que não constavam na lista anual da empresa ou recebiam quantias consideradas baixas. Houve um caso específico em que um funcionário demitido entrou na justiça trabalhista exigindo o pagamento da premiação. Agostinho Oliveira Aguiar, casado, operador de equipamentos, ingressou na empresa em 14/06/1978 e "teve seu contrato de trabalho rescindido sem justa causa em 25/01/1983",[145] reclamou em 23/06/1983 que ao ser dispensado não recebeu o referido abono por este ser pago apenas em maio, mas exigia o pagamento de uma proporcionalidade referente ao valor total que achava ter direito de receber, mesmo lá não permanecendo.

Nesta reclamação é possível perceber claramente outro debate entre a perspectiva da empresa e a visão de alguns trabalhadores, desta vez acerca da concorrida premiação. Para o funcionário, o pagamento do "abono incentivo" durante os anos em que permaneceu na empresa lhe levou a vê-lo como um direito assegurado, enquanto que para a ICOMI era apenas uma "gratificação paga a título de mera liberalidade",[146] ou seja, no entendimento dela, não havia qualquer comprometimento quanto ao pagamento do prêmio tão aguardado ao longo do ano pelos seus trabalhadores.

A política de incentivo da companhia não se dava apenas pelo do "abono incentivo". Havia também uma complexa hierarquia salarial entre os funcionários, aos moldes do modelo

[145] Agostinho Oliveira Aguiar, nº 11.595, 1983.
[146] Ibid.

Taylorista[147] de produção, no intuito de incentivar a concorrência entre os mesmos. Como já foi visto anteriormente, havia uma hierarquização entre os funcionários técnico-administrativos e os operários que se fazia sentir na moradia, onde os primeiros tinham o privilégio de morar nas maiores casas e num setor reservado da vila, enquanto que os operários moravam todos no setor operário.

Havia também uma hierarquização entre os funcionários de nível operário, mais especificamente entre aqueles que visivelmente exerciam cargos e funções semelhantes. As reclamações trabalhistas, cujo pedido principal era a equiparação salarial a outro funcionário, contém referências sobre faixas salariais diversas dentro do mesmo cargo. Os critérios enfatizados pela empresa nestas reclamações para a diferenciação salarial eram: o tempo de serviço na empresa, idade do empregado e, principalmente, a produtividade. Segundo José Ortiz, o pensamento da empresa partia do pressuposto de que o pagamento de salários iguais aos funcionários de cargos semelhantes diminuiria a concorrência entre os empregados e, consequentemente, sua produtividade. Via-se como relevante a criação de faixas salariais diversas dentro de cada cargo.

O incentivo à concorrência entre os trabalhadores, porém, também aparentemente provocou o surgimento e o acirramento de algumas rivalidades entre eles e, principalmente contra a empresa. Das 21 (vinte e uma) reclamações trabalhistas efetuadas contra a ICOMI, 7 (sete) possuem como objeto a equiparação salarial a outro funcionário que supostamente exercia a mesma função do reclamante, mas receberia um salário maior. Este objeto, junto com 7 (sete) pedidos de anulação de dispensa por justa causa formam os dois principais objetos de contestação dos empregados de Serra do Navio que recorreram à Justiça do Trabalho em Macapá.

Joaquim Coelho Queiroz, casado, industriário, então residente na vila Serra do Navio relata por meio de seu advogado que foi admitido em 03/04/1958 trabalhando como mecânico. Ele reclamou que em 26/12/1970 foi classificado como encarregado de manutenção e, em seguida, teria sido classificado como inspetor de manutenção que tinha referência H1 na faixa salarial da empresa, mas continuava recebendo na faixa salarial G3, que era uma faixa inferior à primeira. Por conta disso, ajuizou reclamação trabalhista contra a ICOMI em 04/08/1976.[148] O funcionário desistiu da reclamação, não comparecendo à audiência no dia designado. Este não foi o único caso de desistência do reclamante, mas pode-

[147] Sobre o modo de produção implementado pela ICOMI em Serra do Navio ver: MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Modernização, técnica moderna e risco ambiental**: o curso da valorização do manganês da Serra do Navio. Belém, 2003.
[148] Joaquim Coelho Queiroz, nº 3185, 1976.

se dizer que o não comparecimento do funcionário parece ter ocorrido em vista deste ter chegado a um acordo diretamente com a administração, em vista de ser ele um funcionário antigo e um caso raro em que o reclamante continuava trabalhando para a companhia no momento em que ajuizou reclamação trabalhista.

Já a reclamação trabalhista efetuada por José Chaves Brasil em 01/09/1983 contra a ICOMI, além de possuir como objeto a equiparação salarial a outro funcionário, também contém pistas interessantes sobre um possível caso de "peculiar tipo de reação cultural"[149] efetuado por um "operário nativo" contra a ICOMI em Serra do Navio, o que leva a um confronto com as já discutidas opiniões da empresa sobre seus trabalhadores no relatório de 1972. O motivo da contenda seria novamente o não pagamento de um salário compatível entre ele e os demais companheiros de cargo por parte da mineradora.

O empregado, com data de admissão em 03/12/1980 e saída em 12/08/1983, casado, operador de equipamentos nível C, alegou na reclamação que foi dispensado por justa causa, mas desconhece o motivo e pleiteia equiparação salarial aos funcionários Romeu Monteiro Braz, operador C, até então residente na rua BC7 em Serra do Navio, e Antônio Carlos P. Pantoja, operador de equipamentos CD/3 e residente no alojamento funcional de Serra do Navio.

A empresa contestou os pedidos do reclamante, alegando que o funcionário não teria direito à indenização trabalhista, em vista de ter sido demitido por justa causa. A razão seria o funcionário ter saído do seu local de trabalho nas minas com um caminhão "Caterpillar 760 B" com capacidade para 32 toneladas, considerado pela empresa como sendo um veículo "fora de estrada", e dirigido até a vila residencial de Serra do Navio "em procedimento imprudente, capaz de pôr em risco em potencial a integridade das pessoas que por ali transitam, sobretudo crianças, existente em grande número no local".[150] As informações quanto ao caso na contestação da empresa à reclamação param neste trecho citado, mas uma "Sindicância interna para apurar falta funcional cometida pelo funcionário chapa 11912, José Chaves Brasil ao transitar nas vilas residenciais com caminhão fora de estrada, de tráfico permitido somente na área de mineração",[151] em anexo à reclamação trabalhista, contém mais informações sobre o caso.

Como pode ser visto no próprio título da sindicância transcrito acima, o funcionário era considerado culpado antes mesmo que se efetuasse o início da sindicância interna. Nesse

[149] O MANGANÊS do Amapá. Op. cit. p. 29.
[150] José Chaves Brasil, nº 11.667, 1983.
[151] Ibid.

contexto, a investigação aparentemente tinha como principal objetivo apurar primordialmente os fatores que teriam influenciado tal "falta funcional" em detrimento da veracidade ou não do acontecimento. O seu início possui ainda um resumo do caso já narrado na reclamação trabalhista, terminando por solicitar "as providências que o caso requer".[152] Desta feita, a sindicância possui três interrogatórios, dois de testemunhas e um do próprio investigado.

José Chaves Brasil teria declarado o seguinte em seu depoimento:

> [...] que está insatisfeito com outros tantos colegas seus. Que devido a esta insatisfação procurou a sua chefia, engenheiro Roberto Seya Yamamoto chefe do departamento de mineração, para que o mesmo lhe dispensasse de seus serviços, tendo deste como resposta que iria dispensá-lo somente no final do mês em curso Que no final da semana passada fez aquisição de um veículo particular para que de posse do mesmo pudesse trabalhar por conta própria. Que no dia 10/08/83 por volta das 12:00 foi novamente, desta vez pela segunda vez, foi conversar com sua chefia para que antecipasse a sua demissão, tendo deste como resposta que não iria dispensá-lo, pois não tinha motivo algum que desabonasse de sua conduta. Que era um bom funcionário e pensasse duas vezes antes de tomar aquela atitude. Nesta ocasião disse que ia promovê-lo a um posto acima. Falou ainda que não poderia fazer nada, mas sim lamentar se viesse a pedir demissão. Que esse entendimento retirou-se da sala da chefia indo para sua residência. Que às 18:00 horas, como de previsto, chegou ao seu serviço verificando inicialmente escala e local onde deveria operar com o Caterpillar 769 nº2276. Que após um certo tempo, lá pelas voltas das 20:00 horas, deslocou-se da mina A12 em direção das estradas da Serra e canção e posteriormente para as vilas residenciais e de lá para sua residência. Que após uma parada do equipamento em frente a sua residência em seguida foi com o mesmo até a sede social do MEC com o intuito de comprar 3 picolés, pois estava com muita sede. Que após a aquisição dos 3 picolés subiu a BC-4 fazendo uma breve parada em frente a residência do Sr. Luiz Nivaldo da Rocha Leite e posteriormente se deslocando até área industrial que dá acesso à portaria. Que por volta das 21:00 horas adentrou-se na área industrial pela sua portaria, voltando novamente ao seu trabalho de rotina. Que após uma carrada de ferro ao bota fora (era a camada de terra que ficava em cima do minério e era retirada pelos operadores no processo de "decapagem" do manganês) da Emília, interrompeu os seus serviços indo contactar com a sua chefia noturna, encarregado Vicente Neto, ao qual relatou o ocorrido com o Caterpillar 2276. Que após o relato do qual o empregado C11912, o empregado José Chaves Brasil comunicou a ocorrência ao supervisor Geraldo Magela e este a sua chefia. E que logo depois, o seu supervisor Geraldo Magela dispensou os serviços aconselhando que o mesmo fosse para sua residência [...][153]

Segundo o depoimento de José Chaves Brasil, este afirma que estava insatisfeito com os seus colegas de trabalho e ao final do interrogatório revela o motivo: a questão salarial. Diante de tamanha insatisfação, decidiu pedir ao seu superior que o dispensasse, mas duas vezes no mesmo dia ouviu deste uma resposta negativa. Então, resolveu como última alternativa "dar nó", que segundo os advogados da empresa significava "atrapalhar a boa

[152] Ibid.
[153] Ibid.

rotina do serviço",[154] mas que para José Brasil era visto como uma forma de forçar sua dispensa, o que possibilitaria a este receber todas as suas indenizações trabalhistas.

Essa disputa foi encerrada na primeira audiência, quando empresa e empregado chegaram a um acordo financeiro. Deste modo, o que era considerado um "ato de indisciplina" pelos advogados da ICOMI se transformou na resolução de um problema para o empregado José Chaves Brasil, que reagindo dessa maneira conseguiu não só se desligar da empresa como, posteriormente, com o auxílio da Justiça, receber sua indenização trabalhista.

O depoimento das testemunhas, convocadas pela empresa para defendê-la, também contém pistas importantes sobre rivalidades e solidariedades entre os trabalhadores em Serra do Navio.

Uma das testemunhas era Antônio Vasconcelos Penante, um dos ex-funcionários entrevistados. Na declaração, consta que Penante confirmou que viu um caminhão da empresa parado em frente à residência de Luiz Nivaldo da Rocha Leite e várias crianças acompanhando o veículo, mas negou saber se o motorista do caminhão era José Chaves Brasil. Já em sua entrevista, confessou que havia visto o motorista do caminhão, porém decidiu não entregar o companheiro de trabalho por não se considerar "dedo-duro" (informação verbal). [155]

Já a outra testemunha não defendeu José Chaves Brasil. Geraldino Lopez Pereira de Souza, casado, residente na vila Serra do Navio na rua A3, casa 467:

> [...] declarou que estava em sua casa assistindo televisão. Que em dado momento ouviu um barulho que lhe pareceu estranho, foi até a porta da rua e presenciou o Caterpillar nº 2276 operado pelo empregado de chapa 11912, José Chaves Brasil. Presenciou ainda o referido equipamento parado em frente à sua residência. Que após um certo período de tempo o operador retornou ao equipamento deslocando ao destino ignorado.[156]

No primeiro caso, parecia haver um laço de solidariedade entre testemunha e acusado. Antônio Penante havia reconhecido o motorista do caminhão (José Chaves Brasil), mas não delata o companheiro de trabalho. Já a outra testemunha parecia ter um menor comprometimento com o indiciado e com os valores de classe da primeira testemunha e denuncia Brasil em seu depoimento, inclusive terminando a declaração revelando que o

---

[154] Ibid.
[155] PENANTE, Antônio Vasconcelos. Aposentado, 72 anos. Entrevista realizada em 03 de junho de 2006 em Serra do Navio, Amapá.
[156] José Chaves Brasil, nº 11.667, 1983.

mesmo, em dado momento, chegou a esbarrar com o caminhão num galho de árvore e que após o ter quebrado prosseguiu como se nada tivesse acontecido.

Assim sendo, o caso de José Chaves Brasil revela sinais sobre conflitos de interesses no cotidiano de Serra do Navio entre empregados de mesmo nível hierárquico, ou igual cargo, geralmente motivadas pela própria empresa, que por meio de estratégias de segregação hierárquica de caráter socioeconômico buscava motivar a produtividade e ao mesmo tempo desmobilizar possíveis posicionamentos de cunho classista em prol do desenvolvimento do individualismo e do espírito de concorrência capitalista. Porém, o depoimento de Antônio Penante revela a permanência de laços de solidariedade entre alguns trabalhadores. Como se verá adiante, em alguns casos, este irá se sobrepor às individualidades e em outros irá se transformar em rivalidades entre grupos de trabalhadores.

Os casos de rivalidades e solidariedades entre funcionários provavelmente marcaram o cotidiano dos trabalhadores em Serra do Navio. Pedro Filho narrou um acontecimento que nos leva a retomar este tema.

Segundo o mesmo:

> Teve uma vez que um cumpadre meu cuxilou, mas foi um instante, ele subiu numa pedra [...] e só não capotou por que deus é bom viu. Aí na hora o sujeito passou o rádio pra mim "Ceará, dá um pulo aqui rápido que quebrou a esteira do trator aqui dentro do bota-fora". "O trator de quem?" "Do Pedro, do Pedro Acássio". Logo do meu xará, além de meu xará ainda era filho do marido da minha irmã [...]. Quando cheguei lá o rapaz disse "se amanhecer o carro assim ele vai pra rua" [...]. O cara trouxe o caminhão e ficou focando bem em cima, aí a gente consertou, quando foi 5:00 horas nós terminamos. Mas tinha um rapaz que não gostava dele, foi falar pro encarregado [...] (informação verbal).[157]

O caso acima revela um dos perigos do trabalho em regime noturno em Serra do Navio que, conforme a reclamação de Agostinho Oliveira Aguiar, era o cansaço excessivo provocado e que provavelmente levou o funcionário no exemplo acima a dormir durante a execução do serviço na mina. Mas, além disso, revela a existência de uma grande amizade entre alguns empregados em Serra do Navio, que levou Pedro Filho a ajudar seu companheiro. Na eminência de vê-lo demitido, o entrevistado correu o risco de também se comprometer para ajudá-lo. A narrativa também mostra a presença de um rival (um funcionário que não gostava de Pedro Acássio) que o denunciou ao seu superior, vindo Pedro Filho novamente a intervir em favor de seu "xará" desmentindo a versão do delator frente ao chefe de seu amigo.

---

[157] SILVA FILHO, Pedro Antônio Silva. Aposentado, 67 anos. Entrevista realizada em 28 de março de 2005 em Vila Amazonas, Amapá.

Por priorizarem outros elementos, as reclamações trabalhistas contêm escassas informações sobre as origens das rivalidades entre trabalhadores em Serra do Navio. Mesmo nos casos de brigas entre funcionários, não se tem a definição se os conflitos ocorreram entre empregados de nível operário ou entre operário e um funcionário de nível técnico ou administrativo, pois todos os demitidos por justa causa eram os de nível operário.

Já as entrevistas realizadas com alguns ex-funcionários da ICOMI puderam nos esclarecer vários pontos sobre esses conflitos. Alguns dos entrevistados rememoram a ocorrência de alguns sérios desentendimentos entre operários e seus superiores. Os motivos eram variados; em dois casos teriam acontecido entre o próprio entrevistado e um de seus superiores ao longo de sua trajetória em Serra do Navio. Além disso, alguns destes, descrevem alguns "encarregados" como indivíduos supérfluos no trabalho de mineração, pois não contribuíam em quase nada, apareciam de vez em quando para olhar o andamento dos serviços e iam embora novamente, além de serem "arrogantes" e "traiçoeiros", pois quando contratados geralmente só possuíam o conhecimento técnico com pouca ou nenhuma experiência prática nos serviços de mineração, o que o obrigava a se submeterem temporariamente aos operários para que se familiarizasse com a função. Contudo, logo após tivesse terminado o período de aprendizado, alguns começavam a perseguir os subordinados.

O ambiente de convívio carregado de rígidas hierarquias, que favorecia apenas os empregados da alta hierarquia, parece ter ajudado na construção de reminiscências bem desfavoráveis sobre alguns dos "chefes" dos entrevistados, revelando a possível existência de um clima de rivalidade entre alguns grupos de operários com seus superiores, que neste período ainda eram predominantemente oriundos da região Centro-sul. Alguns entrevistados lembram, inclusive, de terem boicotado o serviço em certas ocasiões com o único intuito de provocar a demissão de um chefe de setor que não respeitasse os subordinados, pois "quando um setor não produzia quem ia pra rua era o chefe e não o operário" (informação verbal).[158]

Pedro Filho conta que quando os operários não confiavam no encarregado, também se negavam a ensinar o serviço através de desculpas como "agora não posso, estou ocupado" (informação verbal).[159] Prática que, segundo o entrevistado, irritava o aprendiz a ponto de uma vez um ter ido procurar a gerência para reclamar. Chegando o gerente, Pedro Filho disse que reverteu a situação "queimando" o outro funcionário ao gerente, dizendo que não ia perder tempo ensinando-o, por que este não queria trabalhar. Por outro lado, os encarregados

[158] SOUZA, José Geraldo de. Supervisor de casa de força aposentado, 63 anos. Entrevista realizada em 30 de março de 2005 em Macapá, Amapá.
[159] SILVA FILHO, Pedro Antônio. Aposentado, 67 anos. Entrevista realizada em 28 de março de 2005 em Vila Amazonas, Amapá.

que respeitavam o operário como um igual, com um tratamento solícito não apenas nos locais de trabalho como na vila operária, eram respeitados por estes.

Há entre a maioria dos entrevistados uma opinião polarizada quanto a seus patrões e a empresa. Esta é vista com respeito e gratidão, pelo bom salário que era pago em dia aos trabalhadores, pelos prêmios oferecidos, pela escola gratuita aos filhos e pelo conforto da vila residencial, enquanto alguns de seus superiores eram vistos como preguiçosos, sem respeito pelos subordinados e sem experiência para a execução de tarefas na área de mineração.

Já os funcionários que prestaram reclamação trabalhista contra a ICOMI, revelam toda sua insatisfação contra a própria empresa. Mesmo nos casos de equiparação salarial em que alguns empregados destacam estar insatisfeitos com alguns companheiros de trabalho por conta da diferença salarial, o reclamante termina percebendo que o motivo de tal desajuste fazia parte de uma estratégia da empresa, e por isso voltam suas críticas e contestações contra ela. Embora, como já foi indicado, houvesse casos em que alguns trabalhadores demonstraram terem adquirido alguns dos valores adotados e divulgados pela empresa em Serra do Navio, pode-se dizer que na maioria das reclamações trabalhistas os funcionários expressaram, em suas ocorrências, experiências de resistência contra os valores da empresa que no caso da área industrial era, principalmente, a busca constante pelo aumento da produtividade acompanhada do respeito à disciplina e à hierarquia.

4.2 DOENÇAS E ACIDENTES DE TRABALHO

A descrição do cotidiano na área industrial de Serra do Navio não pode deixar de abordar os acidentes de trabalho e doenças mais freqüentes dentre os trabalhadores. João Guilherme Rodrigues Luz, casado, auxiliar de mecânico, até então residente na rua A, casa 468, Serra do Navio, com data de ingresso na companhia em 02/12/1981 e sem data de saída indicada, reclamou em 06/12/1984 que "em virtude de haver contraído uma doença que afetou suas cordas vocais, possivelmente devido à inalação de produtos tóxicos com que trabalhava, foi despedido injustamente pela reclamada".[160] Além disso, denuncia por meio de seu advogado, que ingressou na empresa sem nenhum problema de saúde, em virtude de ter realizado inúmeros exames médicos antes de ser admitido e que, depois de ter contraído a doença, permaneceu por várias vezes em gozo de benefício para a realização de tratamento

[160] João Guilherme Rodrigues Luz, nº 15.129, 1984.

médico em Belém, mas que após o retorno do último benefício foi despedido sem que houvesse nenhuma melhora em seu estado de saúde.

Por fim, reclamou que "o mal que acomete o reclamante impede que este permaneça em lugares fechados com a renovação de ar por meio de ar refrigerado e trabalhar utilizando-se de derivados do petróleo".[161] A reclamação é julgada e considerada, por unanimidade, procedente. Esta reivindicação possui informações relevantes sobre o ambiente de trabalho na oficina mecânica da empresa em Serra do Navio que pelo que consta na queixa parecia ser bastante insalubre e conter produtos tóxicos sem o devido armazenamento.

A denúncia também contém indícios sobre o posicionamento da empresa em casos de acidentes e doenças ocupacionais entre os trabalhadores. Como já apontado, a empresa oferecia prêmios aos funcionários que não se envolvessem em acidentes de trabalho durante o ano. Porém, em relação aos empregados acidentados e doentes, a atitude era diferente. O exemplo de João Guilherme revela um aparente descaso da empresa diante de um de seus trabalhadores, que foi demitido mesmo tendo comprovado que se encontrava enfermo.

Em outro caso, Benedito Bezerra Nunes, casado, mecânico, com data de admissão em 23/06/1972 e desligamento em 02/09/1976, reclama que:

> [...] Ultimamente, passou a sofrer de moléstia, hérnia, cujo diagnóstico foi dado pelo Sr. João Batista, médico superintendente da divisão de saúde, no sentido de submeter à intervenção cirúrgica.
> Do dia 02 de setembro foi o reclamante dispensado, sendo que o ato de sua dispensa foi abonado pelo médico superintendente que recomendou-lhe voltar em outubro para ser operado na empresa.[162]

Novamente, temos um caso de dispensa de um empregado de nível operário enquanto este se encontrava adoecido. Benedito Nunes acusa a empresa de tê-lo demitido ilegalmente, passando por cima do laudo médico da Divisão de Saúde da própria empresa, o qual dizia encontrar-se com problemas de saúde, justificando o afastamento. Neste caso, a empresa contra-argumenta afirmando que o caso não requeria o afastamento do serviço. A empresa e o trabalhador entraram em acordo na primeira audiência.

Já numa reclamação trabalhista pedindo equiparação salarial de Armando Pinheiro Almeida, casado, auxiliar de vigilante, com data de admissão em 21/03/1978 e sem data de desligamento especificada, a empresa protesta dizendo que o funcionário apontado como paradigma pelo reclamante, Francisco Pantoja da Silva, tinha mais tempo de serviço na mineradora; sendo este transferido para o setor de vigilância por motivo de acidente.

---

[161] Ibid.
[162] Benedito Bezerra Nunes, nº 3377, 1976.

O paradigma teria ingressado na ICOMI como braçal em 22/07/1963, em 01/07/1967 passou a ajudante de topógrafo, em 26/11/1970 tornou-se operador de equipamentos onde permaneceu até 21/01/1977 quando, por motivo de grave lesão no aparelho auditivo, foi transferido para o setor de vigilância. Ainda nesta contestação, a ICOMI relatou que o trabalho desenvolvido por Francisco Pantoja da Silva era executado "sob sol intenso ou sob as chuvas fortes, próprios da região amazônica",[163] fatores que teriam agravado a lesão. Deste modo, tem-se nesta reclamação a descrição de outras dificuldades encontradas pelos trabalhadores da mineração em Serra do Navio que provocavam o adoecimento, principalmente entre os operários.

Em outra reclamação trabalhista, efetuada desta vez por Antônio Nonato Araújo, casado, motorista, com data de entrada na empresa em 17/07/1981 e saída em 10/06/1983, seu advogado alegou que o reclamante foi demitido por justa causa equivocadamente, posto que no dia 09/06/1983 foi deixar o Sr. Geraldo Pantoja Farias na vila de Porto Terezinha debaixo de uma forte chuva. Que embora dirigisse entre 40 e 50 Km/h não conseguiu evitar que o caminhão derrapasse numa ladeira íngreme vindo a sofrer um acidente. Por último, argumenta que:

> Se alguma culpa houvesse pelo evento do acidente, esta deve ser debitada à própria reclamada que se descuida na conservação do leito de suas estradas, como por exemplo nesta que ocorreu o acidente, felizmente sem vítimas a lamentar. Que não possui empiçarramento em seu leito, ficando altamente escorregadia quando chove.[164]

Neste caso, percebe-se que a ocorrência periódica de chuvas em Serra do Navio era um fator prejudicial tanto à saúde dos trabalhadores das minas quanto ao risco de acidentes que aparentemente também aumentavam, visto que as atividades de mineração eram realizadas a céu aberto, enquanto que as estradas de acesso não eram asfaltadas, ficando, portanto, enlameadas quando da ocorrência de uma forte chuva. Também se percebe a empresa se colocando alheia a todas estas dificuldades e, na maioria dos casos, punindo o trabalhador com dispensas em casos de doenças e acidentes, com exceção do empregado Francisco Pantoja da Silva, que foi transferido de cargo pela administração para um serviço que não mais viesse a ampliar a lesão no aparelho auditivo.

Pedro Filho relatou um acidente ocorrido consigo em meados de 1983, segundo ele por culpa de seu superior. O trabalhador narrou que recebera ordens do encarregado, Nelson

[163] Armando Pinheiro Almeida, nº 12.563, 1984.
[164] Antônio Nonato Araújo, nº 11.608, 1983.

Werneck, para colocar uma alavanca num eixo de escavadeira. Pedro Filho afirmou que anteriormente já teria advertido que tal atitude era arriscada e que poderia realizar aquela operação fazendo uso de outras ferramentas que tornariam o serviço menos perigoso. Diante da insistência de seu chefe e da eminência de um dos aprendizes em executar a ordem do superior, Pedro Filho tomou a frente dizendo: "Garoto, tu tá saindo da escola agora, dá um acidente contigo agora, tu perde tua carreira. Me dá isso aqui'. Meti a alavanca, quando nós fizemos força a bicha escapou, o troço rodou e deu" (informação verbal).[165]

Pedro Filho ficou cego do olho esquerdo, e narrou que só não foi dispensado por que as várias testemunhas presentes no momento de seu acidente denunciaram seu encarregado como o principal responsável pelo ocorrido. Por último, relatou que durante os mais de dez anos em que ainda permaneceu trabalhando na empresa não ajuizou reclamação trabalhista contra a mesma.

Diante desses casos, pode-se dizer que a ocorrência de fortes chuvas e sol intenso na região, o trabalho em regime noturno e a céu aberto nas minas, a insalubridade nas oficinas mecânicas e a falta de conhecimento técnico e empírico de alguns "técnicos", executando algumas tarefas de maneira imprudente, eram causadores de doenças e acidentes de trabalho entre os operários da mineração em Serra do Navio. Percebe-se também que a empresa se eximia da culpa em vários casos ao punir o funcionário com dispensa em caso de doença e com justa causa em caso de acidentes, com poucas exceções.

Pode-se dizer que o cotidiano dos trabalhadores em Serra do Navio não era tão tranqüilo como a empresa fazia questão de divulgar em seus relatórios. Pelo contrário, era relativamente conturbado, com ocorrências freqüentes de doenças e acidentes entre os operários da área industrial, desentendimentos entre empregados, entre patrões e empregados e, principalmente, entre estes e a administração. Destaca-se, em especial. o início da década de 1980, quando houve um crescimento sensível no número de reclamações trabalhistas contra a companhia, em detrimento das reclamações efetuadas na década de 1970.

O conteúdo dessas reclamações revela novamente a existência de elementos contraditórios no discurso da empresa que, conforme a conveniência, elaborava suas defesas com o único fim de garantir o ganho da causa, não importando se fosse necessário utilizar um argumento totalmente oposto ao usado em outro processo ou produzir documento de natureza

[165] SILVA FILHO, Pedro Antônio Silva. Aposentado, 67 anos. Entrevista realizada em 24 de março de 2005 em Vila Amazonas, Amapá.

interna e torná-lo público, como a sindicância interna anexa ao processo trabalhista de José Chaves Brasil.

Mas, além disso, revela principalmente um mundo do trabalho marcado pela rígida hierarquia, pela busca incessante do aumento da produtividade e pela forte disciplina, assim como pela resistência de alguns trabalhadores em se submeter a essas normas. Desse modo, percebe-se que a sensação de confinamento não era a única motivação para a manifestação de conflitos no cotidiano de Serra do Navio, visto que as críticas se dirigiam também ao trabalho em jornada irregular e em regime noturno, ao pagamento de salários diferentes a funcionários de mesmo cargo, à demissão dos doentes e acidentados, ao não pagamento de premiações a todos, bem como ao excessivo controle exercido pela empresa sobre os trabalhadores dentro e fora dos locais de trabalho.

Essa insatisfação não era o sentimento apenas dos empregados que prestaram reclamação trabalhista contra a ICOMI. Alguns aposentados também relatam alguns momentos de inconformismo, como nos casos de Antônio Penante e de Pedro Filho, que tomaram atitudes sigilosas, no intuito de proteger seus companheiros de trabalho e a si mesmos.

Já o peculiar comportamento de José Chaves Brasil, pode ser visto num primeiro instante como um inédito e genuíno caso de "especial comportamento reivindicatório" de um "operário nativo" em Serra do Navio. Mas, como ficou claro na documentação analisada, não era preciso realizar o feito deste para ser considerado um "indisciplinado" aos olhos da empresa. Os demais casos de pedido de anulação de dispensa por justa causa, também retratados no presente estudo, mostram a preocupação da empresa com a questão disciplinar. Isso se verifica pelo fato de, em mais de uma reclamação trabalhista, o empregado demitido nem se encontrava no local de trabalho. Dessa feita, pode-se dizer que o caso de José Chaves Brasil se encaixa no que a empresa chamava de um "peculiar tipo de reação cultural", tais quais os demais casos de empregados demitidos por justa causa, visto que todos eram igualmente considerados "indisciplinados", com uma única diferença em relação ao primeiro por ser a única reclamação que contém informações mais detalhadas sobre as ações que ocasionaram a demissão do funcionário.

O crescimento do número de problemas de ordem disciplinar em Serra do Navio no início da década de 1980 parece não ter sido à toa. Muitos dos entrevistados consideram até os primeiros anos da década de 1980, "quando a empresa era dos americanos", (informação

verbal)[166] como a melhor fase da empresa em termos de organização e produção. A saída da sócia estadunidense *Bethlehem Steel Company*, que detinha 49% das ações do projeto, é lembrada por alguns entrevistados como um período de sensível decadência na organização da empresa e nos serviços e equipamentos urbanos da vila, que nunca mais voltariam a obter os níveis dos tempos em que a sócia estava presente.[167] Esta desorganização também teria motivado o crescimento de ocorrências de momentos de tensão entre empresa e empregados durante o período, como se pode ver a partir do crescimento do número de reclamações trabalhistas contra a ICOMI, sobretudo nos anos de 1984 e 1985, os quais foram os anos em que ocorreu o maior volume de reclamações trabalhistas contra a empresa ICOMI, no Amapá.

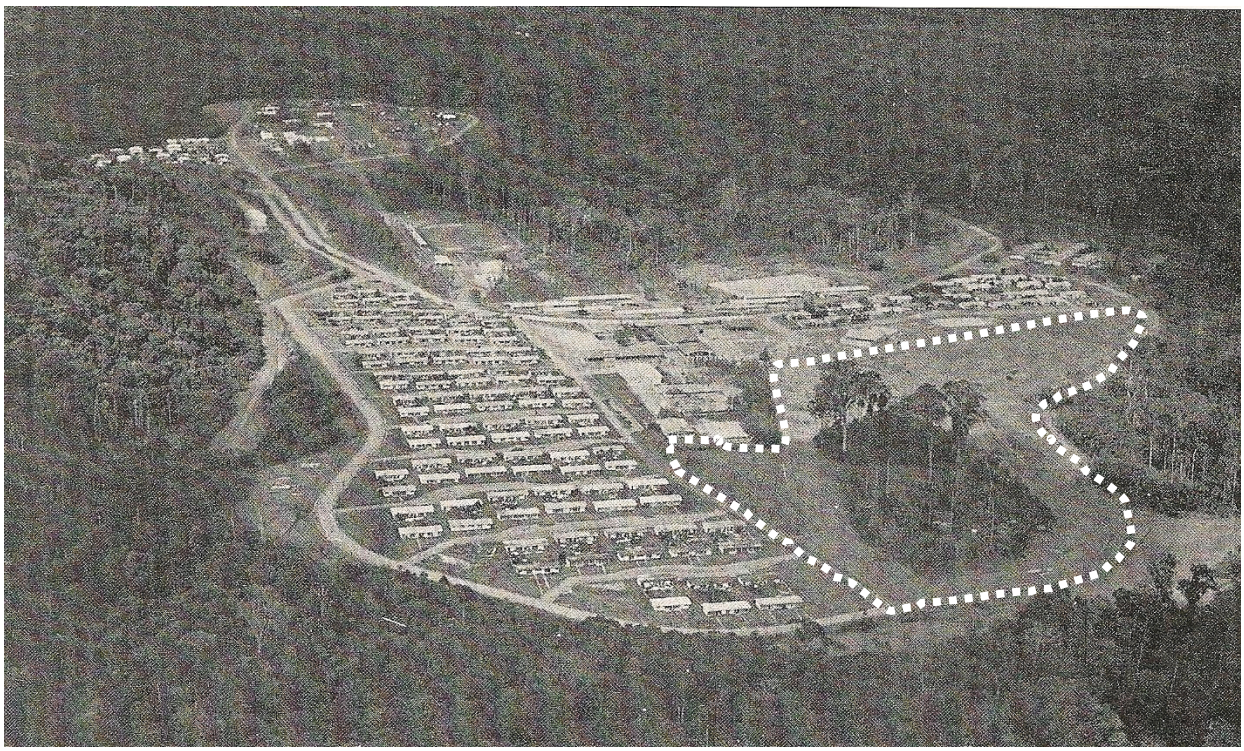
Mas não era apenas a saída da sócia a motivação para o crescimento das reclamações trabalhistas e dos momentos de tensão na vila. Neste período também houve o fechamento da usina de pelotização em Santana. Construída na década de 1970 para recuperar os "finos" do minério de manganês em forma de pelotas e sendo a usina movida a diesel, a crise mundial do petróleo no início da década de 1980 contribuiu diretamente para o fechamento dessa usina e para a demissão em massa de funcionários e transferência de outros de Santana para Serra do Navio no mesmo período. A adaptação de alguns destes ao novo local de trabalho aparentemente foi marcada por dificuldades de relacionamento e logística.

Também se deve lembrar que o cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio não se resumia às atividades de mineração, embora tomasse a maior parte de seu tempo. Também havia os momentos de folga, quando estes se reuniam no clube social da vila (MEC) para festejar nos fins de semana e nas datas importantes ao longo do ano; no campo de futebol para a realização de torneios entre os funcionários; no cinema e em tantos outros espaços de lazer oferecidos na vila. Tudo sob os olhos e organização da administração da empresa. Contudo, paradoxalmente, eram nesses momentos de lazer que ocorriam com maior freqüência os desentendimentos entre trabalhadores em Serra do Navio. Quais motivos teriam influenciado a manifestação desses conflitos, visto que a maioria dos trabalhadores passava a maior parte do tempo trabalhando?

A não construção de todas as casas previstas no projeto arquitetônico da vila (Esquema 1 e Fotografia 7) por parte da mineradora, parece ter ocasionado um sério problema de moradia aos funcionários de nível operário, visto que este foi o único setor não congraçado

[166] Monteiro, José Costa. Aposentado, 72 anos. Entrevista realizada em 06 de julho de 2006 em Belém, Pará.
[167] Além disso, autores como Pereira e Drummond apontam a ocorrência de um "abondono" da empresa em relação às suas *Company Tows* durante os anos próximos ao período de fechamento das minas. DRUMMOND, José A; PEREIRA, Mariângela de A. Op. cit.

com o número de casas previstos no projeto inicial. Em uma reclamação trabalhista efetuada em 07/08/1984 por Pedro Paulo Azevedo da Costa, casado, escrituário, residente na outra vila residencial da empresa em Santana (Vila Amazonas), com data de entrada em 23/04/1979, ele reclamou que em 21/01/1983 foi transferido para Serra do Navio onde trabalhou até 27/01/1984, quando então foi demitido.



Fotografia 7- Vista aérea de Serra do Navio no início dos anos 1990. Destaque para a área residencial não construída
Fonte: Ribeiro (1992, p. 44).

O mesmo funcionário diz que durante todo o tempo que esteve trabalhando em Serra do Navio a empresa lhe havia prometido uma casa sem nunca haver cumprido. O funcionário conclui dizendo que "a mudança de residência é prejudicial acarretando-lhe naturalmente despesas de tal forma que somente o salário normal é insuficiente",[168] e, diante disso, pediu um adicional de 25% em cima do salário por conta da transferência de Santana para Serra do Navio. As partes entraram em acordo na primeira audiência, mas ficou evidente na reclamação certa dificuldade em alojar os trabalhadores e suas famílias em Serra do Navio durante aquele período.

A julgar pelo estado civil dos trabalhadores encontrados na maioria das reclamações trabalhistas (11 casados e 3 solteiros), pode-se dizer que, naquele período, a grande maioria era casada, cabendo salientar que apenas estes empregados tinham direito à residência

[168] Pedro Paulo Azevedo da Costa, nº 12.885, 1984.

particular em Serra do Navio. O crescente número desses parece ter criado algumas dificuldades para a empresa que, a partir de determinado momento, por não ter construído todas as casas previstas em seu projeto inicial, percebeu que não tinha onde alojar as famílias de trabalhadores recém-contratados, a não ser que os acomodasse no alojamento de solteiros em Serra do Navio e suas famílias numa casa na outra vila da ICOMI, em Santana, onde a empresa tinha menos empregados.

Os funcionários solteiros ficavam instalados num alojamento na vila operária, conhecido pelos entrevistados como "barraco". Estes, gozavam do mínimo de privacidade, moravam em quartos com outros colegas de trabalho e tinham de realizar suas refeições no restaurante da vila operária. Nesses locais, a disciplina se fazia bem rígida por meio da presença de alguns vigilantes e do estabelecimento de muitas normas, onde qualquer deslize ocasionava em punição por parte da empresa.

José Costa Monteiro, mais conhecido como "Careca", casado, com data de entrada em 05/08/1965 e saída em 04/01/1998, aposentado como supervisor de manutenção, lembrou de uma das normas implementadas pela empresa em seus restaurantes e algumas de suas consequências:

> O funcionário não podia levar a comida do restaurante pra casa. Se não o vigilante chegava com o rapaz e falava "não pode". Aí dava uma confusão. Só que tinha um problema: o cara que brigasse no restaurante era praticamente "rua". Tinha gente que reclamava da comida, fazia confusão no restaurante. O vigilante que ficava no restaurante anotava o nome dele e passava pra administração. Era praticamente "rua" (informação verbal).[169]

Tem-se, novamente, uma noção das práticas de controle utilizadas pela ICOMI nos domínios da vila Serra do Navio. Dessa vez, vemos a figura do vigilante exercendo o papel de protetor da ordem a partir da fiscalização, identificação e delação dos funcionários "indisciplinados". Também há uma clara noção do que o empregado não podia fazer nos restaurantes da vila, visto que o entrevistado enfatiza duas vezes que se o trabalhador brigasse nos restaurantes estava praticamente demitido. Mesmo assim, a declaração acima revela a existência de confusões por conta de reclamações quanto à qualidade da alimentação distribuída e da proibição dos empregados a levarem para casa.

A residência era um lugar pouco freqüentado pelos trabalhadores de Serra do Navio. Quando não estavam trabalhando, a maioria preferia desfrutar de seus momentos de folga no clube social, na praça de esportes ou em outro espaço de lazer, prática que como tantas outras

[169] Monteiro, José Costa. Aposentado, 72 anos. Entrevista realizada em 06 de julho de 2006 em Belém, Pará.

era também bastante incentivada pela empresa. José Ortiz narra que a administração estimulava todos os funcionários a participar dos eventos sociais organizados pela ICOMI em Serra do Navio, desde os bailes e festas nos fins de semana até as confraternizações e reuniões de pais e mestres na escola.

Ainda sobre esses eventos, Barbosa et al comentam que em Serra do Navio "a vida social era bastante movimentada, com diversas programações sociais e de lazer, que oferecia piscinas, quadras de esportes, cinema, restaurante, clubes, alguns dos atrativos de uma cidade considerada moderna".[170] Os raros momentos em que estes homens não saíam de casa era comumente para a realização de alguma pequena confraternização entre amigos e familiares ou para a comemoração de aniversários.

A propósito dos aniversários, vários entrevistados lembram que era uma das raras ocasiões em que era permitido levar bebida alcoólica às residências, mesmo assim apenas o chopp em barril. Além disso, a festa tinha de ser comunicada à administração com algumas semanas de antecedência sob pena de ficar sem a bebida. Outro problema que atrapalhava a realização desse tipo de confraternização, era que o dito chopp só podia ser puxado de dentro do barril com uma bomba especial que foi comprada em escassa quantidade pela direção do clube, aparentemente com o anseio específico de limitar a quantidade deste tipo de confraternização. No entanto, um dos entrevistados revelou um dos artifícios usados por alguns empregados. Estes carregavam o seu barril para uma festa em que se encontrasse uma bomba e a pediam emprestada ao responsável para retirar a bebida e colocá-la em outro recipiente mais acessível.

Mas, por conta dessas dificuldades, as confraternizações eram bem menos freqüentes do que as festas no MEC, local que os entrevistados lembram como sendo o principal ponto de lazer dos trabalhadores, ao lado dos torneios de futebol no "Manelão" (apelido dado ao estádio de futebol de Serra do Navio. Um dos entrevistados lembrou que o nome que valia na ICOMI era o apelido, tanto para os funcionários quanto para locais como o alojamento de solteiros ou o estádio. Este último começou a ser chamado assim por conta do diretor da empresa chamado Manoel, que supostamente teria viabilizado o local e a verba para a construção do estádio). Durante a semana, os entrevistados descrevem que o clube fechava cedo por conta do trabalho, por volta das 22 horas, contudo, nos finais de semana as festas prosseguiam até a madrugada e quando em períodos considerados especiais como o carnaval,

[170] BARBOSA, N. N. et al. Op. cit. p. 12.

a semana de comemoração do aniversário da ICOMI ou a chamada “Festa da Mina”. As celebrações duravam até o amanhecer.

Sobre as festas no MEC, era comum já a partir da sexta-feira a chegada de várias pessoas vindas de Macapá, geralmente familiares e amigos dos funcionários por serem os únicos que tinham permissão de acesso à vila, para participar dos eventos. Também existem informações sobre alguns namorados(as) e amantes de funcionário(as) solteiro(as) que se aproveitavam da agitação que tomava conta da vila nos fins de semana para se infiltrarem clandestinamente como amigos ou parentes sem que o(a) empregado(a) fosse descoberto(a) pela vigilância. Contudo, a maioria dos entrevistados também lembra que este artifício obtinha sucesso raras vezes, em vista da vigilância da empresa estar atenta às tentativas de ludibriá-la.

Segundo a maioria dos entrevistados, esses eventos sociais, especialmente as festas, eram prestigiados em vista da não existência de brigas e confusão. Mesmo a presença de muitos visitantes não era empecilho, pois a partir dos mesmos, quase todos se conheciam. Estas ocasiões parecem ter ajudado na construção de uma relação mais próxima entre alguns grupos de trabalhadores diante da convivência duradoura em Serra do Navio. Por exemplo, Pedro Filho tinha vínculos de afinidade com mais de um ex-funcionário da empresa. Era padrinho de casamento de Luiz Antônio, também conhecido como “Menos Dois”; era padrinho de batismo de Pedro Acássio e era cunhado de Luis Raimundo de Souza, também conhecido como “Perneira” (um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Pará e Amapá –STIEAPA). O aposentado lembra ainda que isso era comum em Serra do Navio, principalmente entre os operários.

Porém, novamente uma reclamação trabalhista revela informações sobre a ocorrência de sérios desentendimentos entre funcionários em um desses eventos sociais. Bauer de Azevedo Leão, solteiro, operador de forno, residente em Vila Amazonas no alojamento nº 02, com data de entrada em 30/09/1980 e sem data de saída identificada, efetuou reclamação trabalhista contra a ICOMI em 27/01/1982, pedindo a anulação de sua dispensa por considerá-la ilegal. O reclamante relatou, por meio de seu advogado, que trabalhava na fábrica de pelotização em Santana, mas que por motivo de desaceleração da mesma foi transferido para Serra do Navio, indo trabalhar no setor de tráfego da estrada de ferro.

O advogado do reclamante prossegue dizendo que "no dia 06/12/80, por ocasião da comemoração da festa alusiva à padroeira dos mineiros,"Festa da Mina", realizada em Serra do Navio, o reclamante foi vítima de esfaqueamento por um de seus companheiros.[171]

Por conseqüência dos graves ferimentos recebidos, a reclamação denuncia que o funcionário ficou hospitalizado por 15 dias, quando, mesmo estando semi-paralítico, os médicos da reclamada o mandaram para casa "sem o mínimo respeito para com a pessoa humana e a ética médica".[172] Por fim, aponta que esta não seria a primeira vez que um empregado adoecia e logo depois recebia alta do hospital, vindo a ser demitido após alguns dias.

Há, nesta reclamação trabalhista vários, detalhes importantes. Primeiro, há o registro de um funcionário transferido para Serra do Navio por conta da desaceleração da usina de pelotização no início da década de 1980, depois uma série de acusações contra a Divisão de Saúde da empresa que, segundo o reclamante, agia de acordo com os interesses da ICOMI quando dava alta a funcionários enfermos para que pudessem ser demitidos em seguida. A seguir, o fato de o reclamante não comparecer à primeira audiência e ter o seu processo arquivado após ter realizado todas estas denúncias. E por último, a reclamação conter um relato sobre um caso de esfaqueamento entre companheiros de trabalho num dos principais eventos sociais do ano na vila, a "Festa da Mina".

A reclamação trabalhista não contém mais detalhes sobre o esfaqueamento do funcionário, porém, Pedro Filho, quando perguntado sobre o caso acima, narrou de maneira detalhada um episódio:

> Não, isso houve uma vez. Mas, foi dentro do manganês. E eu nesse dia era diretor. E o cara me disse quem foi, trabalhava comigo. Era DMA (Divisão de mecânica), era mecânica. Mas o cara xingou demais ele, lutador de boxe que ele era, e era encarregado do cara. Mas encheu o saco, aí eu cheguei com ele "seu Luiz, não faça isso" aí ele "ah, tu também", pegou uma cerveja e tchou na cabeça do rapaz [...]. Ele era massagista e o cara nesse dia xingou ele no estádio. O cara se achava, era encarregado, era maçon, ele achava que não ia pegar nada pra ele [...]. Aí ele tava jogando sinuca né, na hora que o rapaz foi bater ele tirou a bola e jogou no peito do rapaz [...]. Ai eu só vi o cara "tá ta", e o cara "aí aí aí". Deu umas três facadas no cara, quase ele morreu, só não morreu por que tava no manganês, aí levaram ele pro hospital, era já meia-noite, os médicos passaram a noite todinha operando ele [...]. Quase ele morre. Mandaram os dois, um foi preso na hora. (informação verbal)[173]

[171] Bauer de Azevedo Leão, nº 9630, 1982.
[172] Ibid.
[173] SILVA FILHO, Pedro Antônio Silva. Aposentado, 67 anos. Entrevista realizada em 24 de março de 2005 em Vila Amazonas, Amapá.

É interessante perceber ao longo da narrativa a visão do entrevistado sobre o acontecimento, onde este enfatiza todos os pormenores preliminares de provocação realizados pelo esfaqueado até culminar no ato do esfaqueamento, quase numa tentativa de justificar a ação do agressor a partir de sua condição de submisso, de mais fraco e de perseguido pelo encarregado. O encarregado é visto como o mais forte (treinava boxe), o maçon, e acima de tudo, o "chefe"; já o agressor, é visto como o indivíduo mais fraco física e hierarquicamente, pois era massagista e operário e, portanto, devia respeito e submissão ao encarregado. Mas depois de um dia inteiro de provocações, Pedro Filho entendeu que aquele rapaz tinha direito ao revide, mas não nas proporções em que ocorreu.

Outro elemento importante no fato exposto acima é a existência de minúcias que nos levam a pensar que o relato não seria o mesmo caso de esfaqueamento da reclamação trabalhista efetuada por Bauer de Azevedo Leão, pois Pedro Filho, em determinado momento, cita o nome do suposto esfaqueado (Luiz) que não tem nenhuma semelhança com o nome do reclamante (Bauer de Azevedo Leão).

A descrição acima apenas corrobora a existência de outros casos de brigas entre trabalhadores em Serra do Navio durante as festas no MEC e a existência de rixas entre os "operários nativos" e os "funcionários técnico-administrativos", com seus momentos de acirramento geralmente nas horas de lazer na vila, quando se reuniam num mesmo local funcionários de vários níveis hierárquicos da empresa, comumente nas festas do MEC e nas partidas de futebol no "Manelão".

Além do MEC, havia outro clube dedicado exclusivamente aos funcionários de nível técnico e administrativo e seus familiares em que era proibida a entrada de funcionários e moradores do setor operário sem autorização prévia. Nesse clube também ocorriam eventuais festas, mas estas eram realizadas em caráter reservado. Os grandes eventos organizados pela companhia ao longo do ano eram todos comemorados no salão do MEC, com a presença de diversos segmentos de empregados da ICOMI.

Os conflitos se davam também na área de trabalho. José Lima Tavares, operador auxiliar de beneficiamento de minérios, solteiro, com data de admissão na ICOMI em 26/09/1963 e de dispensa em 06/10/1973, efetuou reclamação trabalhista contra a ICOMI em 17/10/1976 pedindo, além do pagamento de adicional noturno, o pagamento do aviso prévio e FGTS, no que a empresa contestou alegando que:

> Trata-se de agressões físicas praticadas pelo próprio reclamante José Lima Tavares contra um companheiro seu de trabalho, Manuel Gomes Viana, conforme Sindicância Administrativa levada a efeito pela reclamada, onde fica apurado que as

> referidas agressões tiveram lugar a 05/10/73 no próprio local de trabalho do reclamante, qual seja, a usina de beneficiamento de minério de manganês, estabelecimento mantido e operado pela reclamada em Serra do Navio.[174]

Contudo, este foi o único caso encontrado que envolve uma suposta briga realizada na área industrial. Diante disso, pode-se afirmar a partir dos relatos e entrevistas já citados que a ampla maioria dos desentendimentos seguidos de brigas em Serra do Navio se dava na vila residencial e geralmente nas ocasiões em que se juntavam, num mesmo ambiente, funcionários de nível operário e empregado de nível técnico-administrativo, em vista da rivalidade latente entre esses grupos.

A ocorrência com maior freqüência desses confrontos durante as festas era justificada pelos funcionários como sendo motivada pelo consumo de bebidas alcoólicas. Alguns entrevistados falam que certos empregados tinham o seu comportamento bastante modificado quando bebiam: ficavam mais agressivos, queriam brigar com o chefe, com o subordinado ou com companheiros de trabalho, e quando brigavam terminavam geralmente sendo despedidos no dia seguinte.

Outro local de lazer em que os ânimos se acirravam em Serra do Navio era nas partidas e nos torneios de futebol realizados na vila, pois, além das "peladas" de fins de semana, muitos entrevistados lembram da existência de vários torneios entre os setores da empresa, onde cada divisão tinha o seu time. Assim como nas festas, este era um dos poucos momentos em que se misturavam funcionários de vários níveis hierárquicos num único local. Estes torneios serviam também para selecionar os melhores jogadores que ingressavam no time de futebol local, o Manganês Esporte Clube, que disputava vários amistosos ao longo do ano com equipes conhecidas do futebol brasileiro, como o Paysandu (PA), o Remo (PA), o São Raimundo (AM), o Treze de Campina Grande (PB), dentre outras contratadas pela ICOMI para se apresentar em Serra do Navio e também em Santana. Além desses amistosos, ocorriam algumas partidas ao longo do ano com o seu mais tradicional rival, o time do Santana Esporte Clube, formado pelos funcionários da ICOMI que trabalhavam na área do porto em Santana. Os entrevistados rememoram que mais de uma vez ocorreram confusões quando da realização deste jogo em Serra do Navio.

A paixão pelo futebol, por parte desses funcionários, pode ser percebida em vários momentos nas entrevistas quando vários deles lembram que foram contratados pela firma ou que fizeram amizades com outros empregados por motivo de futebol. José Vergolino conta que quando um setor pedia a reposição de um empregado à direção, geralmente fazia o pedido

[174] José Lima Tavares, nº 723, 1976.

para que se contratasse um funcionário "bom de bola". Outro exemplo eram as reclamações trabalhistas como a efetuada por Roque de Souza, em que este teria sido demitido após ter brigado com outro funcionário no refeitório da empresa tendo como motivo o futebol.

Percebeu-se que este elemento é um dos poucos consensos entre os trabalhadores. Os torneios de futebol eram organizados pela empresa no anseio de integrar os seus vários segmentos de trabalhadores, mas alguns funcionários se negavam a abrir mão de sua condição na hierarquia da empresa e adotavam uma postura de superioridade em relação aos operários e exigiam regalias, acarretando em alguns sérios desentendimentos com os operários, como o relatado por um dos entrevistados:

> Teve uma vez que um caboco chegou a dar num "nego". Ele disse que ia botar o rapaz na rua, ele era superintendente. Aí chegou na oficina e chamou o nosso superintendente e disse "olha, bota o fulano na rua", aí o outro perguntou por que, aí ele "é, lá no campo o muleque quis me bater e tal", aí o nosso superintendente disse "cadê que eles me batem, vê se eu vou lá no campo, lá é jogo, lá ta fora da área de serviço, lá você é um jogador igual a ele, e este profissional é muito útil pra mim". (informação verbal)[175]

A citação revela outro caso de briga entre um operário e um encarregado em Serra do Navio. Por serem um dos poucos locais em que havia a presença de empregados de vários níveis hierárquicos, o campo de futebol era utilizado por alguns operários para uma ocasião de "desforra" em seus patrões. Além disso, o caso também revela uma das raras ocasiões em que a mineradora não demitia o funcionário em caso de briga na vila residencial: era quando os funcionários brigavam no campo de futebol ou eram considerados importantes para a empresa. O relato acima descreve mais de um membro identificando o campo de futebol como um local propício a este tipo de confusão e também como espaço neutro em que não há "encarregado" nem "operário", e sim jogadores.

Porém, a maioria dos entrevistados lembra que houve muitos casos de amizade entre superiores hierárquicos e subordinados em Serra do Navio. Isto acontecia quando o operário percebia haver respeito por parte do "patrão" quando este tratava seu subordinado como um igual, seja pela quebra de algumas barreiras hierárquicas no local de trabalho ou mesmo a partir do convite para freqüentar a casa do chefe para um drinque ou um churrasco no final de semana. Contudo, estes também lembram que a circulação de operários no setor da vila reservada aos funcionários técnico-administrativos nunca foi bem quista pela administração.

---

[175] SILVA FILHO, Pedro Antônio Silva. Aposentado, 67 anos. Entrevista realizada em 24 de março de 2005 em Vila Amazonas, Amapá.

No que concerne às noções que os diferentes grupos de empregados expressam sobre as posturas adotadas pela empresa em Serra do Navio, percebe-se que, ao contrário dos empregados que prestaram reclamação trabalhista contra a ICOMI, a maioria dos trabalhadores "de carreira" possuem uma idéia muito próxima à da mineradora sobre o comportamento disciplinar e os "atos de indisciplina" na vila. Perguntado sobre se o sindicato auxiliava os funcionários demitidos por justa causa, um dos entrevistados respondeu que:

> Algumas vezes o sindicato corria em cima pra não deixar, mas acontece que muitas vezes era pra ir por justa causa mesmo. O que era justa causa: você brigar no restaurante, você brigar dentro do manganês, você querer brigar lá dentro do hospital, no seu setor de serviço você discutir com um amigo. (informação verbal)[176]

Percebe-se, aqui, um dos ex-trabalhadores da ICOMI que chegou a ser vice-presidente do STIEAPA, assumindo como "suas" várias das noções de disciplina defendida e divulgada pela mineradora, como se pôde verificar nas contestações das reclamações trabalhistas. Acreditava ser correta a demissão por "justa causa" em casos como os citados acima. Essa diferença de postura em relação à ordem social implementada pela empresa na vila entre os funcionários que prestaram reclamação trabalhista contra a ICOMI e os entrevistados foi vista como um elemento fundamental no presente estudo.

Em relação ao sindicato, percebeu-se também uma grande proximidade entre as suas ações com o modelo de gestão implementado pela empresa ICOMI em Serra do Navio. Numa reunião em 1992, uma ata da entidade faz uma série de exigências à empresa, contudo a maioria dizia respeito a não terceirização de serviços elementares como: supermercado, escola, hospital. Além disso, eram contrários à passagem da vila residencial ao Estado.

O entrecruzamento destes posicionamentos, levou-nos a entender que este modo de pensar dos entrevistados foi influenciado pelo seu longo tempo de permanência e ascensão na mineradora. Talvez alguns deles até tivessem comungado das opiniões dos operários demitidos por justa causa no passado, mas a continuidade no emprego, o alcance da estabilidade, aliado ao fato de muitos deles terem ocupado cargos hierarquicamente mais altos, conseguindo passar do nível operário ao nível técnico e obtendo privilégios como uma residência e o acesso a um restaurante e um clube fora do setor operário, exclusivo aos empregados da alta hierarquia, além da crescente proximidade com os chefes da ICOMI, possivelmente influenciou a construção de uma outra visão de mundo por parte destes trabalhadores.

---

[176] Idem.

Outro ponto era o modo com que a empresa centralizava todas as decisões, inclusive tomando a frente na organização de praticamente todas as atividades sociais em Serra do Navio. Como se pôde perceber, o administrador de vilas, também chamado de "prefeito", era o responsável desde os torneios de futebol, passando pelas festas do MEC, até as comemorações típicas dos trabalhadores como a "Festa da Mina". A única exceção eram as confraternizações realizadas nas casas dos funcionários. Mesmo nesses casos, a administração elaborou a estratégia da venda do chopp em barril no intuito de controlar e desestimular este tipo de evento.

Contudo, pode-se dizer que no cotidiano dos trabalhadores de Serra do Navio havia manifestações contra a rígida disciplina e hierarquia, não havendo plena submissão incondicional dos trabalhadores a estas, pois alguns entrevistados e, especialmente os ex-empregados que efetuaram reclamações trabalhistas contra a ICOMI, apontam várias críticas à mineradora. Estas passam pela escassez de residências aos operários casados, à falta de privacidade dos empregados solteiros e mesmo dos casados por conta das vistorias periodicamente efetuadas, à má qualidade da alimentação dos restaurantes e à proibição dos empregados de levar comida do restaurante para casa, à permanência de rígidas hierarquias entre os empregados e das normas disciplinares mesmo nos momentos de lazer. Por último, à ausência de respeito de alguns funcionários "técnico-administrativos" para com os operários. Estes fatores ocasionaram constantes "momentos de tensão" entre funcionários e empresa, operários e funcionários técnico-administrativos e entre outros grupos de trabalhadores da empresa.

Estes episódios aqui analisados também podem ser vistos como o outro lado da proposta de "progresso" e "modernidade" difundida aos vários segmentos sociais do Amapá. Ao contrário do que a empresa acreditava e divulgava, somente os chefes da ICOMI e uma pequena quantidade de funcionários que conseguiram alcançar a estabilidade dentro da empresa ou permaneceram até o encerramento do projeto, em 1997, conseguiram ver mais saldos positivos do que negativos na trajetória da ICOMI no Amapá. Os trabalhadores que nunca passaram do nível de operário ou que não conseguiram alcançar a estabilidade dentro da empresa vêem o projeto de maneira bem mais crítica, inclusive se tornando os protagonistas de sucessivos atos de resistência ao contestarem a ordem social implementada pela ICOMI em Serra do Navio.

Estes trabalhadores temporários, que segundo Paul Thompsom,[177] comumente formam o grosso do número de empregados de uma companhia, possuem um posicionamento claro de contestação e resistência contra vários dos valores e idéias defendidas pela mineradora durante sua experiência em Serra do Navio, como os ideais de elevação da produtividade acompanhada do respeito à disciplina e à hierarquia. Suscitando, a partir destas múltiplas experiências cotidianas enquanto sujeitos históricos participantes do primeiro projeto de exploração industrial de minérios na Amazônia, algumas importantes reflexões sobre o processo dinâmico e contraditório que envolveu a instalação do projeto ICOMI no Amapá.

[177] THOMPSON, Paul. Op. cit. p. 15.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou realizar um debate acerca das experiências de trabalhadores da ICOMI no atual Estado do Amapá, no intuito de fomentar novos debates teóricos, metodológicos e historiográficos em torno das dinâmicas que envolveram e envolvem a instalação de projetos de mineração industrial na Amazônia.

Estas dinâmicas envolvem muitas vezes a construção de outras *Company Towns* nas quais são alojados empregados de grandes empresas e seus familiares em diversas regiões da Amazônia. Das quais decorreram a implementação de um sistema de trabalho industrial em regime diuturno e a divulgação intensa e falsa de que estes projetos seriam precursores do desenvolvimento regional.

A partir da análise de documentos e trabalhos já publicados sobre o assunto, identificou-se a ocorrência de discursos conflitantes sobre as relações entre empresa e empregado em Serra do Navio. Enquanto a maior parte da documentação oficial produzida pela ICOMI descrevia a existência de uma vida perfeita, onde os empregados e seus familiares tinham à disposição tudo o que precisavam e conviviam e trabalhavam em harmonia visando o progresso do Território Federal do Amapá, o conjunto de processos trabalhistas encontrados nos arquivos do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região de Belém e Macapá possibilitou vislumbrar perspectivas conflitantes em relação a este discurso.

A respeito da questão do controle da empresa sobre os trabalhadores a partir da moradia, percebeu-se que esta não decorria apenas do usufruto do projeto arquitetônico e de normas coercitivas, e sim, também, a partir de práticas de proteção e recompensa e de "invenção de tradições", sob os quais acreditava-se que estes trabalhadores poderiam interiorizar, num menor espaço de tempo e de forma mais passiva, a "filosofia" da empresa. Contudo, as experiências cotidianas apresentadas levam a crer na ocorrência de resistências de alguns trabalhadores em assimilá-las.

Buscou-se revelar algumas das contradições internas inerentes a esta proposta de desenvolvimento, realizando uma reflexão em torno do confronto entre capital e trabalho no âmbito das relações socioculturais do cotidiano, enfatizando as falas e percepções de parcela dos trabalhadores da ICOMI, nas quais se identificou a existência de um ambiente marcado pela busca crescente da produtividade, seguido pela rígida disciplina e hierarquia estabelecida pela direção da companhia aos seus trabalhadores em Serra do Navio. Demonstrou-se que as estratégias de coerção e disciplinarização utilizadas pela companhia envolviam não apenas o mundo do trabalho na área industrial como também o ambiente privado a partir da

administração de uma *Company Town*, assim como eram implementadas de diferentes maneiras, valendo-se tanto de práticas repressoras e opressoras quanto de divulgação de simbologias e incentivo de ações pró ICOMI.

Também foi apontado como os diferentes segmentos de empregados da empresa se comportavam diante dessas práticas. Ao contrário do que a ICOMI divulgava em seus relatórios e demais periódicos, havia resistência de grupos de trabalhadores em se submeterem à ordem social implementada em Serra do Navio. Resistências que eram suscitadas especialmente pelos "operários nativos" temporários.

Foi destacado o modo com que a empresa descrevia o seu empreendimento e o comportamento de seus trabalhadores na vila de Serra do Navio, enfatizando as noções de progresso, desenvolvimento, modernidade e disciplina a partir do início do empreendimento e da construção de uma vila residencial aos seus empregados da área de mineração, bem como a opinião dos trabalhadores assimilando e ou ressignificando o discurso da empresa a partir das documentações analisadas.

Demonstrou-se que havia opiniões críticas de parte destes trabalhadores ao programa executado pela ICOMI, e que estas críticas eram oriundas de várias motivações que não se resumiam apenas à sensação de confinamento apresentada como justificativa pela companhia. Elas se dirigiam ao trabalho em regime noturno, à não demissão de funcionários doentes e acidentados, à moradia, à alimentação e especialmente ao regime de rígida hierarquia e disciplina implementado pela companhia.

Revelou-se que a complexa estratégia de dominação implementada pela companhia aos seus moradores de Serra do Navio (que incluía práticas de confinamento, segregação, alienação, vigia, punição e recompensa) não foi inteiramente assimilada por todos os trabalhadores da companhia como consta na maior parte dos estudos já realizados sobre o assunto.

Por fim, tentou-se demonstrar que, embora essas práticas de alienação tenham influenciado muitos empregados a assumir certos valores difundidos pela companhia como se fossem "seus", especialmente os que permaneceram por um longo tempo como funcionários da empresa, houve muitos trabalhadores que se recusaram a se submeter a tais práticas, apresentando formas peculiares de reação que, embora não tenham causado grande impacto no período em que foram suscitadas, ao menos possibilitaram o reconhecimento de que ainda há vários elementos obscuros referentes à história dos processos de instalação de grandes empresas na Amazônia, em relação ao que até então se imaginava e que eles são plausíveis de serem investigados.

REFERÊNCIAS

[1]THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 10.

[2]LE GOFF, Jaques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 419.

[3]MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 7, n. 1, 2004. p. 5-41.

[4]CUNHA, Álvaro da. **Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá**. Macapá: Rumo, 1962.

[5]RODRIGUES, Roberta Menezes. **Company Towns e empresas de extração e transformação mineral na Amazônia oriental**: especificidades, processos e transformações de um modelo urbanístico. 2001. 125 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

[6]HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p. 222.

[7]THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus**.** In: _____. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 68.

[8]MATOS, Maria Izilda Santos de**. Cotidiano e cultura, história, cidade e trabalho.** Bauru: Edusc, 2002. 22 p.

[9]LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**: o trabalho dos operários do açúcar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 15.

[10]THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 68.

[11]PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho:** algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: PERELMUTTER, Daisy; ANTONACCI, Maria Antonieta (Org.) **Ética e história oral**. São Paulo: EDUC; FAPESP, 1997. p. 16. (Projeto história, n. 15).

[12]FONTES, Edilza. **O pão nosso de cada dia**: trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940-1954). Belém: Paka-tatu, 2002. p. 21.

[13]SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geogradia. São paulo: Hucitec, 1996. p. 29.

[14]MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Op.cit. p. 5-41.

[15]BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 67.

[16]BLOCH, Marc. Op.cit. p. 69.

[17]LOPES, José Sérgio Leite. **A tecelagem dos conflitos de classe:** na cidade das chaminés. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. São Paulo: Marco Zero, 1988. p. 38.

[18] CUNHA, Álvaro da. Op. cit.; DRUMMOND, José A; PEREIRA, Mariângela de A. P. **O Amapá nos tempos do manganês**: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000. Rio de janeiro: Garamond, 2007.; REIS, Olegário Pereira. **A crise do manganês amapaense:** o dilema das economias produtoras-exportadoras de matérias-primas. Belém: SUDAM, 1968.

[19]BARBOSA, N. N. et al. **A representação da mulher na revista ICOMI-Notícias**: um estudo exploratório do papel da mulher no projeto ICOMI – 1964-1967. 2002. 84 f. Monografia (Especialização em História)) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2002.

[20]LE GOFF, Jaques. Op. cit.

[21]DIEHL, Astor Antõnio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

[22]RAGO, Luzia Margareth**. Do cabaré ao lar:** a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 3.

[23]RODRIGUES, Roberta Menezes. Op. cit. p. 14.

[24]REIS, Olegário Pereira. Op. cit. MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional**. Novos Cadernos NAEA,** Belém, v.8, n.1, 2005. p. 141-187

[25]LEFEBVRE, H. **Crítique de la vie quotidienne**. Paris: L′ Arche Editeur, 1958.

[26]BRITO, Daniel Chaves de. **Extração mineral na Amazônia: a experiência de exploração de manganês da Serra do Navio no Amapá**. 1994. 148 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém. 1994.

[27]NOBRE, Izanil Rodrigues. et al. **Vila Amazonas:** comunidade urbana às margens do rio. 1997. 56 f. Monografia (Especialização em História) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 1997.

[28]MOURÃO, Leila. **Memória da indústria paraense.** Belém: FIEPA, 1989.

[29]BRITO, Daniel Chaves de. Op.cit. p. 5.

[30]BRITO, Daniel Chaves de. Op. cit. p.68.

[31]BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

[32]GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

[33]RODRIGUES, Roberta Menezes. Op. cit.

[34]RODRIGUES, Roberta Menezes. Op. cit. p. 2.

[35]RODRIGUES, Roberta Menezes. Op. cit. p. 6.

[36]BARBOSA, N. N. et al. Op. cit.

[37]BARBOSA, N. N. et al. Op. cit. p.12.

[38]MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Op. cit. p. 5-41.

[39]MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Op. cit. p. 5.

[40]LE GOFF, Jaques (Org.). Op. cit.

[41]DUBY, Georges; LE GOFF, Jacques; LADURIE, Emmanuel Le Roy (Org.). **A Nova história**. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições,1991.p. 9.

[42]FONTES, Edilza. **O peão de trecho e o peão de casa:** a identidade operária entre os trabalhadores da construção civil de Barcarena no canteiro de obras da ALBRAS/ALUNORTE. In: MAGALHÃES, Sônia Barbosa; BRITTO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Maria Ramos de (Org.). **"Energia na Amazônia".** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; EDUFPA, 1996. 2. v. p. 335-348.

[43]HOBSBAWM, Eric. Op. cit.

[44]HOBSBAWM, Eric. Op. cit.

[45]GINZBURG, Carlo. Op. cit. p. 12.

[46]THOMPSON, E. P. Op. cit. v.3.

[47]HOBSBAWM, Eric. J. **mundos do trabalho:** novos estudos sobre história operária. Rio de janeiro: Paz e terra, 2000.

[48]ANTUNES, Augusto**. ICOMI-Notícia**, Rio de janeiro, ano1, n.1, jan., 1964.

[49]ANTUNES, Augusto. Op. cit.

[50]ONDE as crianças morrem menos. **ICOMI-Notícia**, Rio de janeiro, ano1, n. 1, jan., p. 24, 1964.

[51]ONDE as crianças morrem menos. Op. cit. p. 24.

[52]TRABALHADORES: o amapaense se adapta ao uso das máquinas pesadas. **ICOMI-Notícia**, Rio de janeiro, ano2, n. 22, out., 1965.

[53]CONTRIBUIÇÃO para o progresso do território. **ICOMI-Notícia**, Rio de janeiro, ano1, n.1, mar., 1964. p. 28.

[54]MANGANÊS: vida no coração da floresta. **ICOMI-Notícia**, Rio de janeiro, ano1, n.1, jan., 1964. p. 8.

[55]QUEIROZ, Raquel. Viagem à Amazônia. **ICOMI-Notícia**, Rio de janeiro, ano2, n.17, maio, 1965.p. 1.

[56]QUEIROZ, Raquel. Op. cit.

[57]FONTES, Edilza. Op. cit.

[58]OLIBERAL, Belém, ago. 1965, p. 4.

[59]O MANGANÊS do Amapá**. ICOMI-Notícia.** Macapá, 1972. p. 28.

[60]O MANGANÊS do Amapá. Op. cit. p. 28

[61]O MANGANÊS do Amapá. Op. cit. p. 28

[62]O MANGANÊS do Amapá. Op. cit. p. 28

[63]O MANGANÊS do Amapá. Op. cit. p. 29

[64]LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit.. p. 25.

[65]THOMPSON, E. Paul. **A voz do passado:** história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 318.

[66]THOMPSON, E. Paul. Op. cit.

[67]PRINS, Gwyn. História oral. In: BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 163-198.

[69]HOBSBAWM, Eric. **O mundo do trabalho**. Rio de janeiro: Paz e terra, 2000.

[70]LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit. TRINDADE Jr., Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda (Org.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Pakatatu, 2002.

[71]LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Mater (Org.) **A escrita da história**: novas perspectivas. 2.ed. São Paulo: Unesp, 1992.

[72]LE GOFF, Jaques. **História nova**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1998.

[73]DOSSE, François. A **História em migalhas.** Bauru: Edusc, 2004

[74]THOMPSON, E. Paul. Op. cit.

[75]DUBY, George. História social e ideologia das sociedades. In : LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre (Org.). **História:** novos problemas. 2. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 130-145.

[76]LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit. p. 38.

[77]RODRIGUES, Roberta Menezes. Op. cit.

[78]HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.) **A inovação das tradições**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

[79]RIBEIRO, Benjamin Adiron. **Vila Serra do Navio**: comunidade urbana na selva Amazônica. São Paulo: Pini, 1992. p. 22.

[80]RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 22.

[81]LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit.

[82]RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 26.

[83]RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 26.

[84] BRITO, Daniel Chaves de. Op. cit. p. 5.

[85] BRITO, Daniel Chaves de. Op. cit. p. 5.

[86]RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 26.

[87]RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 40.

[88]RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 42.

[89]RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 63.

[90]RIBEIRO, Benjamin Adiron. Op. cit. p. 88.

[92]LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit. p. 17.

[93]FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 24. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

[94]MANGANÊS: vida no coração da floresta. **ICOMI-Notícia**. Rio de janeiro, ano.1, n. 1, jan., 1964. p. 9.

[95]O MANGANÊS do Amapá**. ICOMI**-Notícia. Macapá, 1960. p.18.

[96]ONDE as crianças morrem menos. Op. cit. p. 24.

[97] O MANGANÊS: vida no coração da floresta. Op. cit. p. 9.

[100]TÉNICOS invadem florestas para defender a saúde. **ICOMI-Notícias**. Rio de Janeiro, ano. 1, n. 8, ago., 1964. p. 8.

[101]DADOS de: nenhuma só criança sem escola. **ICOMI-Notícia**. Rio de janeiro, ano.1, n. 1, jan., 1964. p. 3.

[102]PARA suprir 4.000 pessoas**. ICOMI-Notícias**. Rio de Janeiro, ano.1, n. 7, jul., 1964. p.10.

[104]OPERAÇÃO Zona da Mata. **ICOMI-Notícias**, Rio de Janeiro, ano. 1, n. 9, set., 1964. p.14-15.

[105]OPERAÇÃO Amapari. **ICOMI-Notícias**. Rio de Janeiro, ano2, n.21, set. 1965. p.13-17

[106]BOMBEIROS voluntários em alerta dia e noite. **ICOMI-Notícias**, Rio de Janeiro, ano1, n.7, jul., 1964. p.2-3.

[107]TEATRO amador ganha força em Serra do Navio. **ICOMI-Notícias**, Rio de Janeiro, ano1, n.12, dez. 1964. p.2.

[109]ASSNAV promove bingo para dar ajuda na Serra. **ICOMI-Notícias,** Rio de Janeiro, ano2, n.24, dez., 1965. p.9.

[112]BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

[113]MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Op. cit**.**, 2005. p. 141-187

[114]ÊXITO na "operação férias coletivas". **ICOMI-Notícias,** Rio de Janeiro, ano1, n.2, fev., 1964. p.2-3.

[115]ÊXITO na "operação férias coletivas". Op. cit. p. 2-3.

[116]FÉRIAS coletivas. **ICOMI-Notícias,** Rio de Janeiro, ano1, n.12, dez., 1964. p.3.

[117]LANÇAMENTO foi festa. **ICOMI-Notícias,** Rio de Janeiro, ano1, n.3, maio. 2004. p. 1.

[119]AS RAINHAS do carnaval. **ICOMI-Notícias,** Rio de Janeiro, ano1, n.3, mar., 1964. p.29.

[120]DOS 1200 funcionários da empresa ICOMI no Amapá, mais de 250 eram paraense, manganês: vida no coração da floresta. **ICOMI-Notícias,** Rio de Janeiro, ano 1, n.1, jan. 1964. p. 8-12

[121]NOSSA Senhora de Nazaré na Serra. **ICOMI-Notícias,** Rio de Janeiro, ano1, n.1, jan., 1964. 17 p.

[122]MINEIRO tem seu dia na Serra. **ICOMI-Notícias,** Rio de janeiro, ano1, n.3, mar. 1964. p. 6.

[123]PRÊMIOS para novos estáveis. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 1, n.5, maio, 1964, p. 4.

[124]FESTIVIDADES e premiação assinalaram mais um aniversário da ICOMI. **ICOMI-Notícias**: Rio de Janeiro, ano 2, n. 17, maio, 1965, p. 4.

[125]O SÍMBOLO da empresa criado em 1965. **ICOMI-Notícias,** Rio de janeiro, ano 2, n.14, fev. 1965.

[126]HOBSBAWM, Eric ; RANGER, Terence (Org.).Op. cit. p. 17.

[127]GURJÃO, Walter. Entrevista. **Estado de São Paulo**, São Paulo, abr., 1998. Disponível em:< www.estadao.com.br>. Acesso em: 10 set. 2008.

[128]GURJÃO, Walter. Op. cit.

[131]GOFFMAN, Erving. **Relations in Public**: microstudies of the public order. Nova York: Basic Books, 1971.

[132]LOPES, José Sérgio Leite. Op. cit.

[133]JORNAL DO AMAPÁ E FOLHA DO NORTE. Macapá, 1954-1965.

[134]LIBERAÇÃO do TRT para a empresa trabalhar nos fins de semana e feriado na EFA. Jornal do Amapá, 1954.

[135]VIAGEM à Amazônia. **ICOMI-Notícias**. Rio de janeiro, maio, 1965, n.17, p.1.

[136]VIAGEM à Amazônia. Op. cit.

[137]TRIBUNAL Regional do Trabalho da 8ª Região – Pará E Amapá: varas do trabalho. 2006. Disponível em: < htp//www.trt8.gov.br/varas.>. Acesso em: 11 set. 2006.

[144]THOMPSON, E. P. Op. cit. p. 29.

[147]MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Modernização, técnica moderna e risco ambiental**: o curso da valorização do manganês da Serra do Navio. Belém, 2003.

[149]O MANGANÊS do Amapá**.** Op. cit**.** p. 29.

[167]DRUMMOND, José A; PEREIRA, Mariângela de A. Op. cit.

[170]BARBOSA, N. N. et al. Op. cit. p. 12.

[177]THOMPSON, Paul. Op. cit. p. 15.

Processos com reclamações trabalhistas efetuados contra a Indústria e Comércio de Minérios S. A – ICOMI de 1973 a 1984 (Arquivo da 1ª Vara do Trabalho de Macapá)

[145]Agostinho Oliveira Aguiar, nº 11.595, 1983.

[146]Ibid.

[148]Joaquim Coelho Queiroz, nº 3185, 1976.

[150]José Luiz Larraburre da Silva, nº 1591, 1975

[151]Ibid.

[152]Ibid.

[153]Ibid.

[154]Ibid.

[156]José Chaves Brasil, nº 11.667, 1983.

[160]João Guilherme Rodrigues Luz, nº 15.129, 1984.

[161]Ibid.

[162] Benedito Bezerra Nunes, nº 3377, 1976.

[163]Armando Pinheiro Almeida, nº 12.563, 1984.

[164]Antônio Nonato Araújo, nº 11.608, 1983.

[168]Pedro Paulo Azevedo da Costa, nº 12.885, 1984.

[171]Bauer de Azevedo Leão, nº 9630, 1982.

[172]Ibid

[174]José Lima Tavares, nº 723, 1976.

APÊNDICE

APÊNDICE A- Processos com reclamações trabalhistas efetuados contra a Indústria e Comércio de Minérios S. A – ICOMI

NOME	NUM. DO PROCESSO	ARQUIVO	VARA	DATA DE AUTUAÇÃO
PAULO DA COSTA REIS	3	528	1ª	22/2/1974
MIGUEL DEL TETO FILHO	9	680	1ª	16/4/1974
MANUEL SOARES DE ALMEIDA	10	801	1ª	24/5/1974
LUIS GOMES PEREIRA	1.076	1.184	1ª	3/7/1974
FRANCISCO NEVES ALVES	937	1.140	1ª	30/9/1974
ANTONIO CORREA DE ARAGÃO	1.169	2.282	1ª	30/9/1974
PEDRO COSTA FILHO	12	1.268	1ª	14/11/1974
PEDRO DE OLIVEIRA CAMPOS	19	1.425	1ª	9/1/1975
JOÃO MONTEIRO DOS SANTOS	109	1.543	1ª	28/1/1975
JOSÉ LUIZ LARRABURRE DA SILVA	1.212	1.591	1ª	14/2/1975
ODON MORALES Y MORALES	29	1.931	1ª	2/7/1975
LEONEL SOEIRO	32	2.345	1ª	4/11/1975
WALTER JAMES MAYNARD	38	2.484	1ª	18/12/1975
JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA	7	2.630	1ª	25/2/1976
MILTON BARBOSA MARCIEL	8	2.630	1ª	25/2/1976
JOSÉ DA SILVA	11	2.693	1ª	25/2/1976
MARCÍLIO PAES DA COSTA	225	2.760	1ª	17/3/1976
MANOEL AMÂNCIO DE SOUZA	12	2.694	1ª	25/3/1976
LUIS OLIVEIRA DOS SANTOS	13	2.694	1ª	25/3/1976
ALBERTO CASTILHO MONTEIRO	212	3.054	1ª	25/3/1976
PEDRO PEREIRA DE CARVALHO	15	2.954	1ª	22/6/1976
FRANCISCO MUNIZ DA SILVA	16	2.955	1ª	22/6/1976
ANTÔNIO DE SOUZA BEZERRA	17	2.987	1ª	28/6/1976
MANOEL FERREIRA DE ALMEIDA	18	2.988	1ª	28/6/1976
JOÃO MACENA PINHEIRO MONTEIRO	19	2.989	1ª	28/6/1976
JOÃO PAULO DE MORAIS	21	2.990	1ª	28/6/1976
SEBASTIÃO SEVERINO ASSUNÇÃO	20	2.991	1ª	28/6/1976
CIPRIANO NOGUEIRA DIAS	22	2.992	1ª	28/6/1976
ALAN CASTRO DOS SANTOS	831	3.155	1ª	16/7/1976
JOAQUIM COELHO QUEIROZ	966	3.185	1ª	4/8/1976
RAIMUNDO EUGÊNIO LIMA	28	3.261	1ª	10/9/1976
PAULO BATISTA DA COSTA	29	3.261	1ª	10/9/1976
WALTER GONÇALVES RAMOS	30	3.261	1ª	10/9/1976
MANOEL DE SOUZA	1.233	3.527	1ª	29/9/1976
ALVARO CAXIAS DA SILVA	1.234	3.527	1ª	29/9/1976
BENEDITO BEZERRA NUNES	1.239	3.377	1ª	1/10/1976
ERNEST FRANÇOIS GUIPET BARNIBE	34	3.340	1ª	13/10/1976

JOSÉ LIMA TAVARES	661	723	1ª	17/10/1976
CESÁRIO DA FONSECA FRANÇA	3	3.747	1ª	16/3/1977
VITOR VIEIRA MACIEL	9	3.808	1ª	4/4/1977
OSCAR CARDOSO CARVALHO	6	3.807	1ª	4/4/1977
JOAQUIM COELHO QUEIROZ	8	3.807	1ª	4/4/1977
RAIMUNDO GUEDES DE MELO	10	3.849	1ª	15/4/1977
PEDRO ARAGÃO DE SOUZA	11	3.849	1ª	15/4/1977
JORGE BALIENO ALFAIA	12	3.849	1ª	15/4/1977
VIVALDO DA SILVA RIOBEIRO	13	3.849	1ª	15/4/1977
MANOEL PEREIRA MESQUITA	14	3.849	1ª	15/4/1977
IZAC RANGEL DE SOUZA	15	3.849	1ª	15/4/1977
MARIVAL DA SILVA BARBOSA	16	3.849	1ª	15/4/1977
ORLANDO COUTINHO	17	3.849	1ª	15/4/1977
JOSÉ SANTOS BRITO PINHEIRO	18	3.849	1ª	15/4/1977
OSVALDO ILDELFONSO DOS SANTOS	19	3.849	1ª	15/4/1977
MANOEL PAULINO DA SILVA	20	3.849	1ª	15/4/1977
ANTÔNIO FERREIRA LIMA	21	3.862	1ª	19/4/1977
GREGÓRIO MOURÃO DO NASCIMENTO	24	4.153	1ª	1/9/1977
RAIMUNDO LEITE ANTUNES COELHO	935	4.414	1ª	2/12/1977
JOSÉ DA CRUZ GONÇALVES	945	4.423	1ª	15/12/1977
SEBASTIÃO ALFREDO CORRÊA	26	4.324	1ª	15/12/1977
JOSÉ GONÇALVES DE ARAÚJO	27	4.324	1ª	15/12/1977
VITALINO FERREIRA DE LIMA	184	4.609	1ª	16/2/1978
RICARDO DE OLIVEIRA RODRIGUES	1	4.649	1ª	20/3/1978
LAURO GONÇALVES LEÃO DE MAGALHÃES	2	4.649	1ª	20/3/1978
JUVÊNCIO BATISTA DE CARVALHO	3	4.649	1ª	20/3/1978
LUIZ MONTEIRO COSTA	351	4.721	1ª	28/3/1978
LUIZ GONZAGA FERREIRA	4	4.721	1ª	12/4/1978
LUCIMAR DE ROSÁRIO DE LIMA	5	4.721	1ª	12/4/1978
JOSÉ ALBERTO FURTADO	6	4.721	1ª	12/4/1978
JOSÉ PIRES SOBRINHO	7	4.721	1ª	12/4/1978
ALEXANDRE VALES GONÇALVES	8	4.721	1ª	12/4/1978
FRANCISCO BARBONA	9	4.721	1ª	12/4/1978
JÚLIO GUEDES DA SILVA	10	4.721	1ª	12/4/1978
ANIBAL COELHO DOS SANTOS	11	4.721	1ª	12/4/1978
RAIMUNDO NONATO CORRÊA	12	4.721	1ª	12/4/1978
SEVERINO SILVA	13	4.721	1ª	12/4/1978
RAIMUNDO BATISTA ARAÚJO	14	4.721	1ª	12/4/1978
HERCULANO FERREIRA BARROS	15	4.721	1ª	12/4/1978
JOÃO BATISTA DA GAMA	16	4.721	1ª	12/4/1978
MANOEL SOARES FILHO	13	4.721	1ª	12/4/1978

JOSÉ GERALDO DE SOUZA	14	4.721	1ª	12/4/1978
FRANCISCO FERNANDES DANTAS	439	4.721	1ª	26/4/1978
CARLOS ALBERTO DE SOUZA	612	5.344	1ª	16/6/1978
HENRIQUE LIMA	21	4.721	1ª	1/9/1978
JOSÉ SANTARÉM	22	4.721	1ª	1/9/1978
MANOEL DOMIM BARBOSA	23	4.721	1ª	1/9/1978
MANOEL JOSÉ VILHENA	24	4.721	1ª	1/9/1978
MANOEL TIBÚRCIO FILHO	25	4.721	1ª	1/9/1978
LUIZ SARDINHA DA CRUZ	26	4.721	1ª	1/9/1978
RAIMUNDO NUNES DA CRUZ	27	4.721	1ª	1/9/1978
PAUL RODRIGUES NASCIMENTO	28	4.721	1ª	1/9/1978
ORLANDO BARBOSA DA SILVA	29	4.721	1ª	1/9/1978
RAIMUNDO NONATO DA SILVA	30	4.721	1ª	1/9/1978
SEBASTIÃO ANTÔNIO VILHENA	31	4.721	1ª	1/9/1978
ANTÔNIO DAMIÃO DE SOUZA	1.050	5.439	1ª	25/10/1978
RAIMUNDO DE ALMEIDA MARTINS	18	4.721	1ª	6/2/1979
JOSÉ FERREIRA GOMES	10	6.131	1ª	9/4/1979
FARNCISCO ROCHA ALMEIDA	5	7.426	1ª	28/3/1980
SEBASTIÂO MEDEIROS DE LIMA	7	7.428	1ª	28/3/1980
FREDERICO LOBATO CRUZ	8	7.429	1ª	28/3/1980
JOÃO CAMPOS DA COSTA	9	7.430	1ª	28/3/1980
FLORISVALDO BAIA DO NASCIMENTO	10	7.431	1ª	28/3/1980
RAIMUNDO PONCIANO DA SILVA	11	7.432	1ª	28/3/1980
ANTÔNIO CORÊA DE ARAGÃO	12	7.433	1ª	28/3/1980
WALDOMIRO DA LIRA SOBRINHO	13	7.434	1ª	28/3/1980
GERALDINO LOPES PEREIRA DA SILVA	14	7.435	1ª	28/3/1980
BENEDITO ALVES RODRIGUES	29	7.480	1ª	11/4/1980
RAIMUNDO IZAÍAS VILHENA	28	7.479	1ª	11/4/1980
DEMÉTRIO MIRANDA	27	7.478	1ª	11/4/1980
ANTENOR FROÉS DE CARVALHO	26	7.477	1ª	11/4/1980
RAIMUNDO ARAÚJO COSTA	25	7.476	1ª	11/4/1980
ANTÔNIO CORDEIRO PINTO	24	7.475	1ª	11/4/1980
ANTONIO ALEXANDRE DE SOUSA	23	7.474	1ª	11/4/1980
WALDEMAR ALVES BARBOSA	22	7.473	1ª	11/4/1980
JOÃO EVANGELISTA TEIXEIRA	21	7.472	1ª	11/4/1980
MELQUISEDEQUE DE ALMEIDA SILVEIRA	20	7.471	1ª	11/4/1980

DÍDIMO FERREIRA BARBOSA	19	7.470	1ª	11/4/1980
ALEXANDRE ANTÔNIO DA SILVA	18	7.502	1ª	11/4/1980
WILSON TAVARES BATISTA	58	7.945	1ª	17/9/1980
MANOEL NAZARENO OLIVEIRA NAZARENO	786	8.849	1ª	17/6/1981
ANÔNIO FERNANDO TAVARES GUEDES	866	9.601	1ª	7/7/1981
DJARD MENDES MONTEIRO	1	9.512	!ª	8/1/1982
BAUER DE AZEVEDO LEÃO	134	9.630	1ª	27/1/1982
ROSIVAN SERIGUE GATO	145	9.649	1ª	29/1/1982
ROQUE DE SOUZA	221	9.775	1ª	16/2/1982
DARLINDO PEREIRA FARIAS	256	9.908	1ª	1/3/1982
LUZIMAR FERREIRA DE NASCIMENTO	3	10.012	1ª	26/5/1982
ALMERINDO ANTÔNIO DOS SANTOS	9	10.054	1ª	8/6/1982
LUIZ CARLOS BATISTA	12	10.077	1ª	15/6/1982
MILTON MOURA ABRINHEIRO	32	10.549	1ª	13/10/1982
JOSÉ RODRIGUES DE BRITO	31	10.548	1ª	13/10/1982
AGOSTINHO DOS SANTOS PEREIRA	30	10.547	1ª	13/10/1982
DOMINGO GOMES DA SILVEIRA	29	10.546	1ª	13/10/1982
JOFRE ANTUNES RIBEIRO	28	10.545	1ª	13/10/1982
MANOEL BARROS LIMA	27	10.544	1ª	13/10/1982
MANOEL DO CARMO DO ESPÍRITO SANTO	41	10.542	1ª	13/10/1982
ALMERINDO DOS SANTOS LOBATO	40	10.541	1ª	13/10/1982
ANTONIO GUEDES SILVA	39	10.541	1ª	13/10/1982
ALEXANDRE DOS SANTOS ALBERTO	38	10.539	1ª	13/10/1982
EULÁLIO JOSÉ DOS SANTOS	37	10.538	1ª	13/10/1982
RAIMUNDO FERREIRA PICANÇO	36	10.537	1ª	13/10/1982
CÉLIO ALCANTARA DA SILVA	35	10.536	1ª	13/10/1982
ALADIM AMORAS DEL CASTILO	34	10.535	1ª	13/10/1982
JOSÉ GOMES DE OLIVEIRA	33	10.534	1ª	13/10/1982
HALLIWEL JUSTINO DE ARAÚJO	43	10.677	1ª	13/10/1982
EDILSON ANTÔNIO DA CUNHA BRITO	26	12.759	1ª	9/3/1983
ANTONIO RODRIGUES DA SILVA	292	11.313	1ª	14/3/1983
JOSÉ GADELHA DOS SANTOS	321	11.665	1ª	18/3/1983

ANTÔNIO DE SENA	355	11.142	1ª	25/3/1983
JOSÉ TAVARES DE ARAÚJO	738	11.402	1ª	26/3/1983
MANOEL ALVES DOS SANTOS	2	11.053	1ª	4/4/1983
WILSON TAVARES BATISTA	8	11.223	1ª	16/5/1983
EDILSON ANTÔNIO DA CUNHA BRITO	570	11.582	1ª	17/5/1983
CARLOS BECHMAN DE MORAES	680	11.487	1ª	14/6/1983
RAIMUNDO DIRSON DOS SANTOS	739	11.551	1ª	23/6/1983
AGOSTINHO OLIVEIRA AGUIAR	741	11.595	1ª	23/6/1983
JOSÉ FERRERA GUEDES	140	11.623	1ª	23/6/1983
ANTÔNIO NONATO ARAÚJO	806	11.608	1ª	6/7/1983
GERALDO PANTOJA FARIAS	805	11.626	1ª	6/7/1983
JOSÉ CHAVES BRASIL	1.046	11.667	1ª	1/9/1983
BENEDITO COSTA	1.105	11.695	1ª	20/9/1983
VICENTE DE PAULA PEREIRA SOUZA	34	11.769	1ª	10/10/1983
FLORISBERTO ABREU DA CONCEIÇÃO	41	11.769	1ª	14/10/1983
MANOEL MARQUES BARBOSA	40	11.791	1ª	14/10/1983
ANTÔNIO DA PAIXÃO SANTOS	39	11.792	1ª	14/10/1983
WASHINGTON ALVES FERREIRA	38	11.793	1ª	14/10/1983
JOSÉ NEWTON CASTRO	37	11.794	1ª	14/10/1983
JOSÉ MARTEL PINHEIRO	36	11.795	1ª	14/10/1983
FÉLIX NOGUEIRA LIMA	35	11.796	1ª	14/10/1983
ANTONIO MATOS FERNANDES	43	11.798	1ª	19/10/1983
MANOEL TADEU MARINHO	42	11.799	1ª	19/10/1983
HERALDO JANARI SANTOS BETTENCOURT	1.370	12.092	1ª	1/12/1983
ODIVALDO MARQUES MONTEIRO	48	11.955	1ª	14/12/1983
JOSÉ ADAMOR GOMES DA SILVA	49	11.956	1ª	14/12/1983
JOSÉ MARCULINO DA COSTA	50	11.957	1ª	14/12/1983
SEBASTIÃO DO CARMO FAÇANHA	51	11.958	1ª	14/12/1983
RAIMUNDO MAGALHÃES DA SILVA	52	11.959	1ª	14/12/1983
MANOEL LUIZ DE MELO	53	1.196	1ª	14/12/1983
JORGE ARAÚJO DOS SANTOS	54	11.961	1ª	14/12/1983
ANTONIO BORGES GONÇALVES	3	1.199	1ª	16/1/1984
ABEL EZERRA NUNES	2	11.991	1ª	16/1/1984
JAIME FERNANDES MENEZES	1	11.992	1ª	16/1/1984
ROMILDO FERREIRA HOLANDA	6	12.039	1ª	26/1/1984

MANOEL MUNIZ FERREIRA	16	1.204	1ª	26/1/1984
ORIAS DOS SANTOS FERREIRA	15	12.056	1ª	26/1/1984
ANTONIO OLIVEIRA DA SILVA	7	12.059	1ª	26/1/1984
RAIMUNDO SIQUEIRA BARROS	10	12.064	1ª	26/1/1984
JOSÉ PINHEIRO DA ROCHA	8	12.066	1ª	26/1/1984
VALDELIRO DOS SANTOS TRINDADE	9	12.069	1ª	26/1/1984
CARLOS ALBERTO SILVA CARNEIRO	11	12.072	1ª	26/1/1984
JOSÉ JACY RIBEIRO AYRES	4	12.073	1ª	26/1/1984
RAIMUNDO MONTEIRO SOEIRO	13	12.037	1ª	27/1/1984
HUMBERTO PIMENTA QUINTAS	14	12.038	1ª	27/1/1984
JOAQUIM NATALINO AMORAS	12	12.057	1ª	27/1/1984
DIOGO DOS SANTOS NOGUEIRA	5	12.071	1ª	27/1/1984
ANTONIO BARBOSA DE SOUZA	22	1.206	1ª	31/1/1984
ANTONIO CLAUDIO DE SOUZA BARBOSA	19	12.061	1ª	31/1/1984
JUACY BRITO DOS SANTOS	20	12.062	1ª	31/1/1984
SEBASTIÃO DA SILVA NERI	21	12.063	1ª	31/1/1984
ANTONIO MARQUES DE ALMEIDA	23	12.065	1ª	31/1/1984
CARLITO BATISTA DE ASSUNÇÃO	24	1.207	1ª	31/1/1984
ARMANDO PINHEIRO ALMEIDA	130	12.563	1ª	7/2/1984
OSMAR BORGES	145	12.143	1ª	9/2/1984
JOSÉ ALMEIDA VILHENA	27	12.255	1ª	11/4/1984
RAIMUNDO FEREIRA DA SILVA	28	12.255	1ª	11/4/1984
JOSÉ RIBAMAR ALMEIDA	29	12.255	1ª	11/4/1984
ARMANDO PEREIRA FREITAS	30	12.255	1ª	11/4/1984
OSMAR BORGES	31	12.255	1ª	11/4/1984
CARLOS DÉCIO DA COSTA	32	12.255	1ª	11/4/1984
VALDIR PEREIRA RIBEIRO	33	12.255	1ª	11/4/1984
JOSÉ MARIA LIMA DE SOUZA	34	12.255	1ª	11/4/1984
DIVAL MENDONÇA RODRIGUES	35	12.255	1ª	11/4/1984
THIAGO DOS SANTOS	36	12.255	1ª	11/4/1984
CADMO PEREIRA DE FARIAS	37	12.255	1ª	11/4/1984
JOSÉ LINO RIBEIRO DE FARIAS	38	12.255	1ª	11/4/1984
GERSON DE ALMEIDA BRASIL	39	12.255	1ª	11/4/1984
NEUZA BRAGA FERNANDA	40	12.255	1ª	11/4/1984
JOSÉ PEREIRA DE SOUZA	41	12.269	1ª	11/4/1984
OFIR DA SILVA PENAFORD	42	12.269	1ª	12/4/1984
OSMAR AZEVEDO DA SILVA	43	12.269	1ª	12/4/1984
ROSEMIR BERNARDINO DA SILVA	44	12.269	1ª	12/4/1984
MARIANO ALVES DA CUNHA	45	12.269	1ª	12/4/1984

JOSÉ COSTA MONTEIRO	46	12.269	1ª	12/4/1984
LÁZARO ARTHUR FARRIPAS DE MORAES	47	12.269	1ª	12/4/1984
JOSÉ BERNARDO DA SIQUEIRA	48	12.269	1ª	12/4/1984
FÁBIO BARBOSA DA SILVA	49	12.269	1ª	12/4/1984
RAIMUNDO CANDIDO DA COSTA	50	12.269	1ª	12/4/1984
JOSÉ ALVES MAIA	51	12.269	1ª	12/4/1984
JOSÉ DE JESUS MARQUES PEREIRA	52	12.269	1ª	12/4/1984
MANOEL LEONIRO DA LUZ	53	12.269	1ª	12/4/1984
LAURO GOMES DA SILVA	54	12.269	1ª	12/4/1984
ROSEMIRO DA SILVA CARMONA	55	12.269	1ª	12/4/1984
MANOEL DA COSTA	56	12.269	1ª	12/4/1984
AGAIAS CARMONA DOS SANTOS	57	12.269	1ª	12/4/1984
AMADEU MOREIRA DA TRINDADE FILHO	58	12.269	1ª	12/4/1984
PEDRO RAMOS DE ARAÚJO	59	12,269	1ª	12/4/1984
SAMUEL PEREIRA BORGES	375	12.458	1ª	17/4/1984
EDILSON ANTÔNIO DA CUNHA BRITO	696	12.635	1ª	1/8/1984
EDILSON ANTÔNIO DA CUNHA BRITO	761	12.724	1ª	21/8/1984
PEDRO PAULO AZEVEDO DA COSTA	775	12.885	1ª	27/8/1984
ANTONIO MACHADO ATAIDE	68	12.867	1ª	11/10/1984
LUZIMAR FERREIRA NASCIMENTO	69	12.868	1ª	11/10/1984
ORLANDIM FERREIRA SILVA	70	12.869	1ª	11/10/1984
CREMILDO DA SILVA GIBSON	71	1.287	1ª	11/10/1984
JOSÉ MONTEIRO LIMA	72	12.871	1ª	11/10/1984
JOÃO FERREIRA DOS SANTOS	73	12.872	1ª	11/10/1984
CARLOS SANTA ROSA RAMOS	74	12.873	1ª	11/10/1984
FABIANO FURTADO	75	12.874	1ª	11/10/1984
FRANCISCO MARTINS DE OLIVEIRA	76	12.875	1ª	11/10/1984
MANOEL FRANCISCO DE ANDRADE	77	12.876	1ª	11/10/1984
COSME JUZÁ DE LIMA	78	12.877	1ª	11/10/1984
CIRO FERREIRA DA SILVA	79	12.878	1ª	11/10/1984
MILTON FERNANDES PINHEIRO	80	12.879	1ª	11/10/1984
DOMINGOS SANTOS DE SOUZA	81	1.288	1ª	11/10/1984
PRIMOR CANELA DOS SANTOS	950	13.262	1ª	11/10/1984
JOSÉ MARIA DE MAGALHÃES VASCONCELOS	17	12.067	1ª	31/10/1984
FELICIANO BRITO DOS SANTOS	18	12.068	1ª	31/10/1984

ADINAEL DA SILVA PINHEIRO	1.064	13.501	1ª	20/11/1984
JOÃO GUILHERME RODRIGUES LUZ	1.125	15.129	1ª	6/12/1984
VALDEMAR ALVES	83	13.032	1ª	17/12/1984
FRANCISCO PEDRO DA SILVA	84	13.033	1ª	17/12/1984
ALDENOR FAÇANHA OLIVEIRA	85	13.034	1ª	17/12/1984
MELQUIADES GOMES DE LIMA FILHO	86	13.035	1ª	17/12/1984
DOMINGOS DOS SANTOS GOMES	82	13.036	1ª	17/12/1984
NILO MARLON DOS SANTOS BONFIM	24	13.196	1ª	9/1/1985
AUGUSTO SANTIAGO DA COSTA	97	1.318	1ª	28/1/1985
NILO MARLON DOS SANTOS BONFIM	1.016	14.432	1ª	5/8/1985
GENESIO CARDOSO DUARTE	10	14.155	1ª	11/11/1985
JOÃO ADAMOR ALMEIDA ROCHA	11	14.156	1ª	11/11/1985
JOAQUIM BRITO DOS SANTOS	211	14.505	1ª	24/2/1986
RAIMUNDO FREITAS MONTEIRO	298	14.788	1ª	13/3/1986
FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA DA SILVA	16	16.316	1ª	8/1/1987
RAIMUNDO PANTOJA FARIAS	729	15.943	1ª	23/7/1987
JOÃO GUILHERME RODRIGUES LUZ	1057	16.253	1ª	2/10/1987
JOSÉ DACIMAR CORDEIRO DIAS	435	17.138	1ª	26/4/1988
DEODENIR BARBOSA CHAGAS	2	1.708	1ª	22/8/1988
JOSÉ GERALDO DE SOUZA	951	21.301	1ª	19/9/1988
JOSÉ MAURÍCIO COLARES DE OLIVEIRA	482	19.786	1ª	26/3/1989
MANOEL MORAES CORRÊA	1.688	19.147	1ª	19/9/1989
JOAQUIM NATALINO AMORAS	455	19.514	1ª	25/4/1990
JOSÉ ESTOESSES FERREIRA	553	19.349	1ª	15/5/1990
LUCEIMA BENEDITA GÓES DA COSTA	156	20.273	1ª	23/1/1991
ARMANDO BRITO DA COSTA	196	20.219	1ª	1/2/1991
SIND. TRAB. NAS IND. EXT.DO PA/AP	458	22.895	1ª	4/7/1991
SIND. TRAB. NAS IND. EXT.DO PA/AP	472	22.895	1ª	4/7/1991
MILTON FERREIRA CAVALCANTE	2.759	23.396	1ª	15/8/1991
LOURIVAL DIEPP HAGE	2.757	23.507	1ª	15/8/1991
RAIMUNDO NONATO MENDES TOURINHO	2.994	21.541	1ª	2/9/1991
JOSÉ CARLOS OLIVEIRA ARAÚJO	2.991	23.398	1ª	2/9/1991
RAIMUNDO NONATO SOUZA PADILHA	2.993	23.705	1ª	2/9/1991

JOSÉ DA SILVA COSTA	4.829	21.519	1ª	28/11/1991
JOSÉ DE MELO BAIA	5.336	21.616	1ª	17/12/1991
FRANCISCO DO SOCORRO DE OLIVEIRA SILVA	555	21.895	1ª	6/2/1992
SIND. TRAB. NAS IND. EXT.DO PA/AP	1.318	21.594	1ª	3/4/1992
JOÃO BATISTA ALVES MONTELLES	2.098	22.166	1ª	26/5/1992
JOSÉ ORLANDO DE SOUZA	794	23.255	1ª	16/3/1993
SIND. TRAB. NAS IND. EXT.DO PA/AP	1.369	23.259	1ª	6/5/1993
SIND. TRAB. NAS IND. EXT.DO PA/AP	1.948	23.628	1ª	25/6/1993
RAIMUNDO GADILHA MORAES	2.556	24.799	1ª	17/8/1993
WALTER VILHENA DUARTE	5	365	2ª	8/1/1996
JOSÉ GONÇALVES MIRANDA E OUTRO	1.000	1.218	2ª	4/7/1996
JOÃO DA TRINDADE BORGES	1.372	1.414	2ª	2/9/1996
FERNANDO OTÁVIO FONSECA DE CASTRO	1.376	2.057	2ª	2/9/1996
LUIZ BRITO FERREIRA	1.851	1.913	2ª	26/11/1996
RAIMUNDO PEREIRA LEMOS COIÊ	1.655	5.312	2ª	22/7/1997
JACI DA COSTA BARRIGA	1.878	3.444	2ª	19/9/1997
JOSÉ RAIMUNDO CUNHA LOPES	1.876	9.230	2ª	9/9/1999
JONAS DOS REIS MARCIEL	739	9.610	2ª	10/4/2000
JONAS DOS REIS MARCIEL	1.366	13.279	2ª	18/7/2000
DOMICÍLIO PEREIRA COSTA	2.431	ASSINADA	2ª	14/8/2003
FIRMINO LOPES DA COSTA	22	10.317	1ª	

Fonte: Elaborado pelo autor (2009).